UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

POLLYANA CRISTIANE DE MELO SANTOS

A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência

SÃO PAULO
2013

POLLYANA CRISTIANE DE MELO SANTOS

A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de Concentração:
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientadora:
Profª Drª Marie Claire Sekkel

SÃO PAULO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E DE PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Melo-Santos, Pollyana Cristiane de.

A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência / Pollyana Cristiane de Melo-Santos; orientadora Marie Claire Sekkel. -- São Paulo, 2013.

120 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia forense 2. Atuação do Psicólogo 3. Direito de família I. Título.

BF 61

Nome: MELO-SANTOS, Pollyana Cristiane de

Título: A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: 05/07/2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

À Sonia e Geraldo, aos quais sou plena e eternamente grata pela vida, dedicação e amor. A vocês, o meu respeito e todo o meu amor.

Ao Leandro e ao Leonardo, que compartilharam comigo do mesmo ninho, deixando reciprocamente marcas que nos assemelham e nos distinguem. A vocês, o meu carinho e amor.

Ao Fábio, pela força, respeito, carinho, colo e amor. Com você, o partilhar de tudo que tenho e que sou.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força e pelas pessoas especiais que pude encontrar durante a trajetória e que tanto auxiliaram na conclusão deste trabalho.

Carinhosamente à Claire¹, pelo caminhar junto comigo nesta dissertação, oferecer espaço para falar das minhas angústias e sensibilidade ao lidar com as mudanças no meio do caminho. Pelo apoio e cuidado. Por me apresentar a Teoria Crítica da Sociedade e incitar uma maneira crítica de pensar. Por deixar marcas boas durante a minha passagem pela pós-graduação, mostrando em momentos cruciais as finalidades humanas da sua atuação.

Às professoras Lidia Levy de Alvarenga e Marilene Proença Rebello de Souza, pelas importantes considerações na banca de qualificação que apontaram caminhos para esta dissertação.

Às profissionais do Serviço de Psicologia, que proporcionaram ricas contribuições para esta pesquisa, possibilitando uma reflexão sobre as finalidades da atuação do psicólogo e instigando questionamentos sobre o papel da Psicologia na sociedade.

À professora Vânia Lucia Pestana Sant'Ana, por ter possibilitado a minha Iniciação Científica durante a graduação.

À professora Marlene Aparecida Wischral Simionato, por me ensinar a olhar para as diferenças com a sensibilidade necessária para compreendê-las. Sua maneira de ensinar despertou em mim o interesse de querer um mundo melhor para todos, e o sentimento de que é possível fazer algo para que isso aconteça. Das marcas que levo da graduação, com certeza é uma das mais importantes.

À professora Maria Julia Lemes Ribeiro, quem me incentivou a buscar a pós-graduação e acreditou em mim. Sua atenção, apoio e incentivo foram fundamentais para que eu percebesse este caminho.

¹ Profa. Dra. Marie Claire Sekkel.

Aos colegas da pós-graduação, que puderam dividir suas experiências de ingresso e do caminhar na pós-graduação. Em especial, à Angelina Pandita Pereira, com quem pude estar de maneira mais próxima, dividindo angústias e encontrando apoio necessário. Obrigada pelas orientações, pela atenção, nos e-mails, nas mensagens, nos cafés, nos almoços.

À Cynthia Borges de Moura, por me acolher no momento mais crítico desta trajetória. Obrigada pelo cuidado, pelas orientações, por me mostrar caminhos e pelo “colinho fofinho”.

À amiga Silvana Maria de Souza Pinto, com quem pude partilhar todos os momentos da graduação e pós-graduação. Mesmo à distância seu apoio é sempre presente, revelando portas sempre abertas para compartilhar novas experiências. Obrigada por dividir comigo histórias, cargas e vitórias. Agradeço pela amizade sincera.

Ao Paulo André de Souza que no período da graduação e especialização, entendendo as fragilidades de uma estudante longe da família, sempre se dispôs a oferecer auxílio que foram importantes para concluir esta etapa da vida acadêmica. Obrigada pelas caronas, hospedagens em sua casa, apoio jurídico quando necessário, momentos de lazer e por cuidar da minha amiga Silvana.

À amiga Marília Vasconcellos Rossi, por dividir, durante a graduação, momentos bons e momentos difíceis. Obrigada por ser atenciosa e muito paciente compartilhando comigo o mesmo espaço e me ensinando com os resultados de sua determinação.

Aos meus tios, tias, primos e primas. Em especial, à Sara Maria dos Santos Trindade, Alderico Rodrigues Trindade e João Victor Trindade, por todo apoio e carinho que foram muito importantes para mim durante esta trajetória.

Aos meus pais, Geraldo Caetano de Melo e Sonia Maria dos Santos Melo, por me ensinarem as coisas mais importantes da vida. Por me ensinarem a amar a Deus, pelo amor e dedicação à nossa família. Obrigada por acreditarem na educação e me proporcionarem oportunidades para encontrar o caminho da pós-graduação. Obrigada por confiarem em mim.

Mãe, obrigada pelos telefonemas e por sempre me acolher de maneira carinhosa. Obrigada pelo exemplo de força e coragem.

Aos meus irmãos, Leandro Caetano dos Santos Melo e Leonardo Caetano de Melo por todo o carinho comigo. Em momentos da pós-graduação, tive lembranças de quando éramos crianças. Penso que todas as nossas experiências foram importantes para as minhas vitórias. Obrigada, irmão mais velho. Obrigada, irmão mais novo.

À minha cunhada Ana Lúcia Cristani Melo, por fazer parte desta família, por cuidar do meu irmão mais velho e por ter proporcionado um dos sentimentos mais lindos que tive durante meu percurso na pós-graduação: o amor de tia.

Ao Davi Caetano de Melo, meu sobrinho querido, que me recarrega de alegria, calma e paz com um sorriso único.

Ao meu amor, Fábio Alves dos Santos, meu amigo, companheiro, namorado, noivo, marido. Obrigada pelas importantes contribuições a este trabalho e pelo apoio, carinho, paciência e cuidado nos momentos mais difíceis e nos mais felizes durante o percurso da pós-graduação, e da vida.

Mesmo as noites totalmente sem estrelas
podem anunciar a aurora de uma grande
realização.

Martin Luther King

RESUMO

MELO-SANTOS, P. C. de. **A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência.** 2013. 121 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Nesta dissertação buscou-se refletir sobre a atuação do psicólogo junto às Varas de Família, a partir da experiência e da perspectiva de profissionais que participaram da implantação de um Serviço de Psicologia em um fórum. Teve como objetivo ainda descrever o processo de implantação desse Serviço, conhecer as temáticas dos casos encaminhados e identificar possibilidades de atuação do psicólogo junto às Varas de Família. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa através de um estudo de caso. As observações, análise documental, conversas informais e entrevistas foram os procedimentos utilizados na construção dos dados para análise, para a qual foi utilizado o referencial da Teoria Crítica da Sociedade. Os dados foram organizados a partir de três temas mais recorrentes, sendo eles *a construção do espaço*, *as possibilidades de atuação* e *a adaptação* ao meio. A análise apresenta as contradições em meio às quais se dá a atuação do psicólogo junto às Varas de Família, dentre as quais se destaca aquela relacionada às finalidades humanas e às finalidades jurídicas da atuação do psicólogo. Para o Direito, os conflitos de família ganham sentido no processo judicial, e este passa a ser o objeto do Direito. Para a Psicologia, os conflitos ganham sentido nas relações entre os indivíduos, e o processo judicial consiste em um meio pelo qual a lide se manifesta, sendo os fins da atuação pautados no cuidado com as pessoas, voltados para as finalidades humanas. Na análise da *construção do espaço*, remeteu-se a aspectos como a naturalização da desigualdade presente na instituição judiciária entre os magistrados e demais servidores. A implantação do Serviço de Psicologia é percebida pelos próprios profissionais como um imprevisto. A construção do espaço vai além do ambiente físico, diz respeito também à construção de um lugar para a Psicologia no fórum, nas relações que se estabelecem, no trabalho a ser realizado. Quanto às *possibilidades de atuação*, identificou-se que no Serviço de Psicologia, campo desta pesquisa, a atuação dos profissionais de psicologia junto às Varas de Família está restrita à demanda de avaliação psicológica determinada pelos juízes. Intervenções são realizadas em alguns casos, a fim de auxiliar as famílias, à medida que não interfiram no processo de avaliação que resulta em um laudo psicológico. Levanta-se a hipótese de que existe um sentimento de ameaça reprimido frente à realização de uma atuação que não apresente finalidades jurídicas. Ainda que haja consciência sobre a importância de pensar outras formas de atuação, a necessidade de ajustamento leva à submersão da consciência crítica e à *adaptação*. Esta dissertação contribui para uma possível análise crítica dessa atuação.

Palavras-chave: Psicologia Forense. Atuação do Psicólogo. Direito de Família.

ABSTRACT

MELO-SANTOS, P. C. de. **The work of the psychologist with the family courts: reflections from an experience.** 2013. 121 p. Dissertation (MA) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

This dissertation aimed to reflect on the psychologist's role at family courts, based on the experience and the perspective of professionals who participated in the implementation of a Psychology Service in a court. It also had the purpose of outlining the process of implementation of this service, to get acquainted with the topics of court cases and to identify opportunities for psychologists at family courts. For the development of this research, a qualitative methodology was used through a case study. The observations, document examination, informal conversations and interviews were the procedures conducted to make up data for analysis, which was grounded on the Critical Theory of Society. Data were organized from the three most recurrent topics, namely *the construction of space, the possibilities of intervention and the adaptation to the environment*. Data analysis shows the contradictions amidst which the psychologist stands at family courts. Among them it should be highlighted the ones related to human ends and the purposes of the psychologist's legal work. Under the law, family conflicts make sense in the judicial process and this becomes the object of law. For Psychology, conflicts make sense in the relationship between individuals, and the judicial process is a means by which the confrontation is expressed. Psychologist's interventions aim at human care leading to human ends. The analysis of the *construction of space*, revealed some issues such as the naturalization of inequality of magistrates and other officers in a judicial institution. The establishment of the Psychology Service is perceived by the professionals themselves as an improvisation. The construction of the space goes beyond the physical environment, also involving the constitution of a locus for Psychology in the court, in the relationships that are established, and in the work accomplished. As for the *possibilities of intervention*, we found out that within the Psychology Service, which is this research field, the role of professional psychologist at family courts is restricted to the requirements for psychological assessment determined by judges. Interventions are performed in some cases to assist families, provided they do not interfere in the evaluation process which leads to a psychological assessment report. It is possible to hypothesize that there could be a sense of repressed threat facing the achievement of interventions that do not express legal purposes. Although there is an awareness of the importance of considering other ways of intervention, the need for adjustment leads to the restraint of critical awareness and to *adaptation*. This dissertation contributes to a possible critical analysis of this intervention.

Keywords: Forensic Psychology. Psychologist Intervention. Family Law.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisa bibliográfica realizada por meio dos acessos eletrônicos: BVS-PSI ;
busca integrada no Portal de Periódicos CAPES e BDTD.

45

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1- Classificação das pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família por ano de publicação.	46
Figura 2 – Percentual de pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com os locais.	
Figura 3 – Percentual de pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com o tipo de produção	48
Figura 4– Percentual de teses e dissertações relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com as instituições de ensino superior em que foram produzidas	48
Figura 5 – Percentual de teses e dissertações relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com as áreas de concentração em Psicologia	49
Figura 6 – Percentual de assuntos relacionados nas 26 pesquisas do levantamento bibliográfico.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacional
BVS-PSI – Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil
CFP – Conselho Federal de Psicologia
CPP – Código de Processo Penal
CPC – Código de Processo Civil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
HTP – Teste *House, Tree, Person*
IES – Instituição de Ensino Superior
NAF – Núcleo de Atendimento à Família
SPTJ – Serviço de Psicologia do Tribunal de Justiça²
PSA - Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano
PSC – Psicologia Clínica
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAP – Síndrome de Alienação Parental
TAT – Teste de Apercepção Temática
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
USP - Universidade de São Paulo
VIJ – Vara da Infância e Juventude

² Nome fictício dado ao local campo desta pesquisa, sendo chamado por vezes de Serviço de Psicologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PSICOLOGIA JURÍDICA E FAMÍLIA	19
1.1 Foucault em “A verdade e as formas jurídicas”: Aspectos Introdutórios	19
1.1.1 Provas Sociais	20
1.1.2 Prova Verbal	20
1.1.3 Provas mágico-religiosas	21
1.1.4 Provas corporais ou físicas	22
1.1.5 Características da prova no velho direito feudal	22
1.1.6 Poder Judiciário	22
1.2 Histórico da Psicologia Jurídica e da Atuação do Psicólogo nesse Campo	28
1.3 A Atuação do Psicólogo no Direito de Família	31
1.4 Conclusão	40
2 CONHECENDO AS PESQUISAS RELACIONADAS AO TEMA “ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO DIREITO DE FAMÍLIA”	43
2.1 Análise quantitativa do levantamento bibliográfico	44
2.2 Análise qualitativa do levantamento bibliográfico	53
2.2.1 Possibilidades de Atuação	53
2.2.2 Interação entre Direito e Psicologia	54
2.2.3 Avaliação Psicológica	55
2.2.4 Aspectos Psicológicos	57
2.2.5 Formação do Psicólogo	59
2.2.6 Construção Histórica	59
2.2.7 Temáticas Específicas	60
2.2.8 Percepção dos Profissionais	60
2.2.9 Família Tradicional e Família Moderna	61

2.3 Conclusão	61
3 MÉTODO	64
3.1 Abordagem Qualitativa com Perspectiva Etnográfica	64
3.2 Objetivos	65
3.2.1 Objetivo geral:	65
3.2.2 Objetivos específicos:	65
3.3 Caminhos da Coleta de Dados	66
3.4 Questões Éticas	67
3.5 Caracterização do Campo de Pesquisa: Serviço de Psicologia	68
4 ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO, AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E A ADAPTAÇÃO	70
4.1 A construção do espaço	71
4.2 As possibilidades de atuação	78
4.3 Adaptação	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA (SPTJ)	108
APÊNDICE B - CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA	109
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111
ANEXO A - CARTA DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	113
ANEXO B - NOTA COMPLETA DO CFP SOBRE A SUSPENSÃO DA RESOLUÇÃO Nº 10/2010.	114
ANEXO C – LEI QUE DISPÕE SOBRE A ALIENAÇÃO PARENTAL	116

INTRODUÇÃO

O modelo presente no atual sistema de Justiça consiste em um dos desdobramentos da ascensão da burguesia ao poder e consolidação do Estado moderno, que traz em seu bojo os princípios da Revolução Francesa e os ideais de justiça, que são Igualdade, Liberdade e Fraternidade. Após a consolidação do Estado moderno, o poder que ficava nas mãos dos soberanos passa a ficar sob a tutela do Estado, surgindo assim o Direito moderno, que passa a ter como atribuição assegurar e garantir a ordem pública, e regular a convivência social (COSTA, PENSO e LEGNANI, 2009).

Para realizar as suas atribuições, os órgãos judiciais passaram a valer-se de áreas da saúde mental, como a Psiquiatria e a Psicologia. A atuação dessas áreas iniciou-se com a função de apresentar um parecer técnico, através da realização de diagnósticos solicitados pelos juízes, com base na aplicação de testes para a classificação e o controle dos usuários do sistema de Justiça (GONZAGA, 2007; COSTA, et. al. 2009; MIRANDA JÚNIOR, 2010). No capítulo 1 desta dissertação, é possível verificar a partir de Michel Foucault, a inserção do exame como substituto do inquérito na produção de prova no sistema Jurídico. A Psicologia utilizada para auxiliar o Direito consiste uma prática presente, que tem origem no século XVIII (COSTA, PENSO e LEGNANI, 2009).

Segundo as autoras, a atuação do psicólogo na Justiça é determinada tanto por legislações específicas quanto por regimentos internos dos Tribunais de Justiça. Porém, existe uma preocupação de que os órgãos que regulamentam a profissão (Conselho Federal de Psicologia - CFP e Conselho Regional de Psicologia - CRP) não participam da elaboração dos procedimentos de atuação do psicólogo no Poder Judiciário, acarretando em regulamentações próprias dos Tribunais de Justiça que apresentam uma perspectiva clássica das atribuições do psicólogo, e dificultam a interlocução entre a Psicologia e o Direito.

Estão apontadas aí algumas questões precípuas: qual é o trabalho do psicólogo no sistema judicial, considerando-se seu objeto de estudo e atuação como a subjetividade presente nos processos judiciais? Como deve ser a relação estabelecida entre o psicólogo e o profissional do Direito, considerando-se que o processo judicial diz respeito a um sujeito que se mostra apenas parcialmente nesse contexto (França, 2004)³? Como pode o psicólogo apreender os sentidos presentes nos atos

³ França, F. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, 6(1), 2004, p.73-80.

delituosos, entrando em contato com esse sujeito que já tem sua conduta pré-formulada pelo contexto da Justiça? (COSTA, PENSO e LEGNANI, 2009, p.235).

Em meio à legislação que aponta a atuação do psicólogo na justiça ressaltam-se a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que estabelece a necessidade do psicólogo nas questões referentes à proteção ou conflito com a lei envolvendo crianças e adolescentes. Destaca-se ainda o Código de Processo Civil - CPC – lei 5.869/73, que trata dos auxiliares da Justiça, do perito, e os critérios para nomeação e habilitação, sendo esta uma das atribuições do psicólogo. O Código Processual Civil, no entanto, apresenta-se limitado em relação ao que concerne à Perícia, conceituando-a como exame, de vistoria ou avaliação, e o psicólogo que atua em Varas de Família é levado a encaixar sua atuação nesta especificação (COSTA, PENSO e LEGNANI, 2009) oferecendo atendimentos com finalidades jurídicas, de auxiliar os juízes nas decisões. Atualmente é possível identificar por meio da literatura⁴ a tendência dos profissionais de Psicologia em refletir sobre as finalidades humanas de atuação. Os psicólogos buscam intervir no sistema judiciário para a construção de um modelo de Justiça comprometido com a humanização. Esta postura vem sendo paulatinamente inserida no meio jurídico pela Psicologia, por meio da busca pela ocupação de um espaço nessa área, a inserção de um novo olhar para as questões jurídicas, juntamente com reformulações da atuação a partir das reflexões sobre seu próprio campo de saber e como ele pode concorrer para esse almejado modelo de Justiça. Tal postura pode ser identificada ao entrar em contato com resoluções e notas do CFP⁵ que tratam de assuntos relacionados à Psicologia Jurídica, observando-se ainda uma aproximação com os princípios do Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

A dimensão interventiva da atuação do psicólogo no Poder Judiciário não é algo formalmente estabelecido no que diz respeito à atuação em Varas de Família. Na atuação na Vara da Infância e Juventude - VIJ é possível estabelecer uma relação de atendimento voltado para os usuários do sistema de maneira mais ampla. Ainda que o psicólogo ocupe um lugar no qual ele venha auxiliar os juízes na VIJ, é prioridade absoluta a proteção e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, viabilizando uma atuação do psicólogo com abertura para que os conhecimentos da Psicologia sejam empregados amplamente para auxiliar a criança ou suas famílias, seja com intervenções diversas ou encaminhamentos necessários, buscando auxiliar nas soluções para os conflitos, não apenas quanto às decisões em processos.

⁴ Considera-se o levantamento bibliográfico apresentado nesta dissertação.

⁵ As resoluções e notas podem estar disponíveis em: < <http://site.cfp.org.br/> >.

As finalidades humanas e as finalidades jurídicas da atuação do psicólogo nas Varas de Família consistem no pano de fundo dessa dissertação. Por cima dele, buscou-se trabalhar com a reflexão sobre uma experiência, a construção de um serviço de Psicologia em um fórum de um Tribunal de Justiça, e a atuação de psicólogos junto às Varas de Família, a partir da perspectiva de profissionais que participaram da implantação deste serviço.

Objetivo geral: Refletir sobre a atuação do psicólogo junto às Varas de Família, a partir da experiência e da perspectiva de profissionais que participaram da implantação de um Serviço de Psicologia em um fórum. Objetivos específicos: Descrever o processo de implantação de um Serviço de Psicologia e dos serviços oferecidos à Vara de Família; conhecer as temáticas dos casos encaminhados pela Vara de Família; identificar as possibilidades de atuação do psicólogo junto às Varas de Família.

O primeiro capítulo desta dissertação intitula-se *Psicologia Jurídica e Família*, no qual estão presentes algumas considerações relevantes em relação ao tema. O capítulo encontra-se subdividido em 3 tópicos, sendo eles, *Foucault em: As verdades e as formas jurídicas*, apresentando algumas considerações históricas das bases que constituíram a instituição judiciária e alguns determinantes que inseriram a Psicologia no campo da Justiça; *Histórico da Psicologia Jurídica e da atuação do psicólogo nesse campo*, utilizando alguns autores que abordam este tema, entendendo no entanto que não há como definir exatamente o início dessa área de atuação, mas fazendo algumas considerações sobre os caminhos percorridos até hoje; e *A atuação do psicólogo no Direito de Família*, com alguns elementos relevantes dessa atuação, como as discussões em torno da alienação parental, da guarda compartilhada, do trabalho com as famílias e a judicialização da vida.

No segundo capítulo, *Conhecendo as pesquisas relacionadas ao tema “Atuação do psicólogo no Direito de Família”*, apresento uma pesquisa bibliográfica realizada por meio das bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia - BVS-PSI (IndexPsi, PePSIC, Lilacs, Scielo); da busca integrada no Portal de Periódicos Capes (PsycInfo, Scielo, Web of Science, e SCOPUS) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacional - BDTD. Foi possível conhecer as pesquisas que se relacionam com a atuação do psicólogo no Direito de Família em portais eletrônicos utilizados no meio científico, além de caracterizá-los. Apresento neste estudo uma análise quantitativa e qualitativa dos dados.

No terceiro capítulo, apresento *o método* utilizado para esta pesquisa, os motivos que levaram à escolha da abordagem qualitativa e, como estratégia, o estudo de caso com a perspectiva etnográfica. A abordagem teórica que sustenta a análise consiste na Teoria Crítica

da Sociedade. São descritos os cuidados éticos empregados para realizar a pesquisa e a caracterização do Serviço de Psicologia, campo desta pesquisa.

No quarto capítulo, *Análise: a construção do espaço, as possibilidades de atuação e a adaptação*, faço uma análise a partir da abordagem da Teoria Crítica da Sociedade, abarcando os objetivos propostos nesta dissertação. É neste capítulo que, em meio a comunicação da experiência, faço uma reflexão possível, buscando um olhar crítico para as questões que envolvem a Psicologia Jurídica, o lugar da Psicologia no campo do Direito, e as possibilidades de atuação do psicólogo, tendo em vista as finalidades humanas de atuação.

Nas *Considerações Finais*, procuro apontar os limites dessa pesquisa e, a partir deles, apresento sugestões de outros estudos sobre o tema. Espero que a leitura deste trabalho vá ao encontro das expectativas daqueles que buscam refletir sobre o lugar da Psicologia no âmbito forense, em especial junto às Varas de Família, e contribuir com um olhar crítico para a atuação do psicólogo nesse contexto.

1 PSICOLOGIA JURÍDICA E FAMÍLIA

A fim de apresentar um olhar possível sobre o panorama histórico e atual da Psicologia Jurídica e a família, introduzo neste capítulo algumas discussões pertinentes. Início a partir de considerações históricas das bases que constituíram a instituição judiciária e alguns determinantes que inseriram a Psicologia nesse meio, valendo-se da obra *A verdade e as formas jurídicas*, de Michel Foucault. Posteriormente, apresento considerações históricas da Psicologia Jurídica e da atuação do psicólogo nesse campo; na sequência exponho alguns aspectos da atuação do psicólogo no Direito de Família os quais considero relevantes ao tema estudado.

1.1 Foucault em “A verdade e as formas jurídicas”: Aspectos Introdutórios

Na busca por um modelo de justiça que priorize as finalidades humanas e a reflexão sobre as novas possibilidades de atuação da Psicologia que possam concorrer para tal, é fundamental conhecer historicamente as bases que constituíram a instituição judiciária, e compreender as modificações e os determinantes que inseriram a Psicologia nesse meio⁶. Na obra *A verdade e as formas jurídicas*, de Michel Foucault, situa-se historicamente a origem dos personagens jurídicos, através das transformações de práticas sociais que definem formas de poder.

No Direito de Família os juízes determinam a perícia psicológica frequentemente nos casos de disputa de guarda, na qual duas partes litigam pela guarda da criança. Neste caso, a avaliação psicológica é reconhecida como uma *prova* no processo⁷ judicial. Tal prova consiste em um dos elementos que auxiliam os juízes na sentença. No velho Direito Feudal, a resolução do litígio entre dois indivíduos também se dava por meio da *prova*, sendo estas do

⁶ Sugiro a leitura da obra completa de Foucault *A verdade e as formas jurídicas* a quem desejar estudar sobre o surgimento do poder judiciário e das perícias no âmbito jurídico. Faço aqui uma breve exposição da maneira como Foucault aborda a busca pela verdade e os personagens que fazem parte do cenário jurídico até hoje.

⁷ Neste trabalho, utilizo em momentos específicos a palavra *processo* no sentido do Direito, processo judicial. Peço ao leitor a sensibilidade para diferenciar os usos da palavra. Processo é: latim *processus*, -us, avanço, marcha, progressão. [Direito] Conjunto dos autos e mais documentos escritos numa causa cível ou criminal. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=Processo>>. Acesso em 10 abr. 2012.

tipo *social, verbal, mágico-religiosas, corporais* ou *físicas* (FOUCAULT, 2003). As provas, nesta época, eram entendidas de maneira bastante peculiar, como veremos a seguir.

Importante destacar que no velho Direito Feudal, o processo consistia apenas na continuação regulamentada e ritualizada da guerra, não havia ainda um poder judiciário. Tratava-se de saber sempre quem era o mais forte, não havia pesquisa da verdade. Quem ganhava o processo era aquele que apresentava mais força. Assim, a *prova* nesta época “não tem a função apofântica, não tem a função de designar, manifestar ou fazer aparecer a verdade. É um operador de direito e não um operador de verdade ou operador apofântico” (FOUCAULT, 2003, p.62).

1.1.1 Provas Sociais

O princípio deste tipo de prova consiste na importância social do litigante. Quando duas pessoas estão brigando por algo, aquela que tem maior importância social vence o litígio. Por exemplo, quando alguém era acusado de um assassinato, se ela reunisse 12 pessoas que dissessem que ela não havia cometido, estabeleceria a sua inocência. Era importante que as testemunhas fossem pessoas ligadas ao acusado com alguma forma de parentesco, pois dessa forma haveria certeza sobre o valor social desta pessoa. Reconhecendo-se o poder de influência, o peso e a autoridade que ela tinha no grupo social, reconhecia-se também sua inocência. A garantia de sua inocência e prova de não ter cometido o ato não era o testemunho, mas sua importância social.

1.1.2 Prova Verbal

Nas provas do tipo *verbal*, quando um indivíduo era acusado de alguma coisa, devia responder a acusação com um certo número de fórmulas. Ao pronunciá-las, poderia obter sucesso ou fracasso. Em alguns casos perdia, não por ter dito uma inverdade ou por provar que havia mentido, mas por não pronunciar a fórmula como devia. Um erro de gramática ou uma troca de palavras invalidava a fórmula e não a verdade do que se pretendia

provar. No caso de menor, mulher ou padre o acusado podia ser substituído por outra pessoa. Segundo Foucault, essa pessoa mais tarde tornar-se-ia a figura do advogado. Shine (2010), ao falar sobre a *prova verbal*, lembra que atualmente nos processos de Vara de Família as partes só podem se manifestar por intermédio dos advogados, sendo a única exceção quando a parte é advogado e atua em causa própria. Assim, ambas as partes se manifestam por seus advogados, cabendo a eles o duelo verbal que será julgado pelo juiz.

1.1.3 Provas mágico-religiosas

Neste tipo de prova a pessoa era desafiada a prestar um juramento. Nesse caso, ela deveria jurar por Deus que não havia cometido aquilo do que estava sendo acusada. Se ela se recusasse ou hesitasse em fazê-lo, perdia o processo.

Ainda hoje é possível observar resquícios deste tipo de prova nos tribunais. Nos Estados Unidos, por exemplo, as pessoas fazem um juramento de dizer a verdade perante o juiz com a mão sobre a bíblia, o que simboliza a submissão a Deus para ser punido caso falte com a verdade. No Brasil, as testemunhas antes de serem inquiridas são advertidas pelo juiz sobre as consequências de um falso testemunho; não há invocação da figura de divindades, mas manifestação de um compromisso de dizer a verdade perante o juiz. Isso também remete à ideia do juramento perante Deus.

Na lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008 que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal - CPP, relativos à prova, decreta no art. 210 que "As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho".

Apesar do Brasil ser instituído como um país laico, é comum encontrarmos nos Tribunais e salas de audiência a cruz com Cristo, o que vai ao encontro de doutrinas e leis baseadas na religião cristã.

1.1.4 Provas corporais ou físicas

Nesse tipo de prova, que podiam ser chamadas também de ordálios, a pessoa era desafiada a uma luta com o próprio corpo. Por exemplo, teria que andar sobre brasas, e caso dois dias depois ainda houvesse cicatrizes, perderia o processo. Nos ordálios de água, a pessoa era lançada no rio com a mão amarrada ao pé e se não se afogasse, perderia o processo, pois significava que nem as águas a queriam. Se ela se afogasse, ganharia o processo. Havia também as lutas entre os dois litigantes, sendo que a um terceiro cabia apenas verificar a regularidade da prova, e quem ganhasse a luta ou batalha, ganharia o processo.

1.1.5 Características da prova no velho Direito Feudal

Foucault (2003) apresenta quatro características da prova nesse período. A *primeira* é que ela tem a forma binária, são sempre dois indivíduos que brigam, litigam. Ou ele aceita a prova, ou recusa. Se recusar, ele perde. A *segunda* característica da prova é que ou o indivíduo ganha ou ele perde. Ao final da prova, fica constatado quem é o mais forte e quem é o mais fraco, e o mais forte vence. Não há sentença, há apenas vitória ou fracasso.

A *terceira* característica da prova é que ela é automática. Não há necessidade de um terceiro para distinguir os adversários. Eles ganham ou perdem de acordo com o jogo de forças, de sorte, agilidade física ou intelectual. O terceiro surge apenas para assegurar a regularidade da prova, nesse caso, o juiz, que tem como única função constatar que a luta se desenvolveu regularmente. A *quarta* característica da prova é que o mais forte vence, e por esse motivo ele tem a razão. A prova, portanto, não tem a função de fazer aparecer a verdade, mas regulamenta um jogo de forças e por meio dele se chega à razão. O mais forte é designado quem tem a razão.

1.1.6 Poder Judiciário

Segundo Foucault (2003), novas formas de relações de poder e maneiras de exercê-lo fez com que se criasse o poder judiciário no final do século XII. São criadas também a figura do *procurador*, bem como a noção de *infração* e de *reparação*.

Quando surge a figura do *procurador*, ele se apresenta como representante do rei ou do senhor (o Estado). Havendo crime, delito ou contestação entre dois indivíduos, ele se manifesta como representante de um poder lesado pelo único fato de ter havido um delito ou crime. O procurador vai dublar a vítima, vai estar por trás daquele que deveria dar a queixa, dizendo: “Se é verdade que este homem lesou outro, eu, representante do soberano, posso afirmar, que o soberano, seu poder, a ordem que ele faz reinar, a lei que ele estabeleceu foram igualmente lesados por esse indivíduo. Assim eu também me coloco contra ele” (FOUCAULT, 2003, p.65-66).

Com o Estado fazendo parte de todos os conflitos apresentados entre os indivíduos, surge também a noção de *infração*. Segundo o autor “infração não é um dano cometido por um indivíduo contra o outro; é uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano. A infração é uma das grandes invenções do pensamento medieval” (FOUCAULT, 2003, p.66).

Quando um indivíduo perde o processo, é declarado culpado e deve uma *reparação* à sua vítima. Tal reparação é exigida do culpado não apenas pelo dano causado ao outro indivíduo “[...] mas também a reparação da ofensa que cometeu contra o soberano, o Estado, a lei. É assim que aparece, com as multas, o grande mecanismo das confiscações. [...] Eis o pano de fundo político desta transformação” (FOUCAULT, 2003, p.67).

Como agora o rei entra sempre como parte lesada nos conflitos (representado pelo procurador), não cabe mais o modelo belicoso para saber se alguém é culpado ou não. Dois modelos entram em questão para resolver o problema: o intrajurídico, que envolve o *flagrante delito*, no qual quando uma pessoa é surpreendida no momento em que comete um crime, quem o flagrou pode levá-lo ao soberano e exigir que seja punido⁸; e o modelo extrajurídico (mais comum, visto que nem sempre era possível surpreender o criminoso no ato do crime), que Foucault denomina de *inquérito*.

O inquérito vai ser substituto do flagrante delito. Se, com efeito, se consegue reunir pessoas que podem, sob juramento, garantir que viram, que sabem, que estão a par; se é possível estabelecer por meio delas que algo aconteceu realmente, ter-se-á indiretamente, através do inquérito, por intermédio das pessoas que sabem, o

⁸Havia, assim, na própria esfera do Direito, um modelo de intervenção coletiva e de decisão autoritária para a liquidação de um litígio de ordem judiciária (Foucault, 2003, p.68).

equivalente ao flagrante delito. E se poderá tratar de gestos, atos, delitos, crimes que não estão mais no campo da atualidade, como se fossem apreendidos em flagrante delito. Tem-se aí uma nova maneira de prorrogar a atualidade, de transferi-la de uma época para outra e de oferecê-la ao olhar, ao saber, como se ela ainda estivesse presente. Esta inserção do procedimento do inquérito reatualizado, tornando presente, sensível, imediato, verdadeiro, o que aconteceu, como se o estivéssemos presenciando, constitui uma descoberta capital (2003, p.72).

Uma nova forma de poder que se institui no século XVIII e XIX, Foucault denomina de *exame*. “Trata-se de um poder epistemológico, poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes” (FOUCAULT, 2003, p.121). Através da observação, é possível extrair dos indivíduos um saber sobre eles, ao mesmo tempo submetê-los a um controle. Segundo Foucault (2003), esse saber consiste em um saber tecnológico, surgindo junto com ele um saber clínico,

[...] do tipo da psiquiatria, da psicologia, da psicossociologia, da criminologia, etc. É assim que os indivíduos sobre os quais se exerce o poder ou são aquilo a partir de que se vai extrair o saber que eles próprios formaram e que será retranscrito e acumulado segundo novas normas, ou são objetos de um saber que permitirá também novas formas de controle (FOUCAULT, 2003, p.121-122).

A partir da leitura foucaultiana do poder judiciário e da busca pela verdade, é possível entender a entrada da Psicologia no âmbito jurídico como uma das técnicas de *exame*, procedimento que substitui cientificamente o inquérito na produção da verdade jurídica (FOUCAULT apud MIRANDA JÚNIOR, 1998). Ainda hoje, o Poder Judiciário, ao solicitar a atuação do psicólogo, busca a verdade por meio da avaliação psicológica. É isto que deve ser problematizado. A perícia psicológica é utilizada como prova, sendo que em alguns casos utiliza-se de inquérito, na busca pela “verdade real”.

Atualmente existe uma discussão maior acerca do procedimento de inquirição de crianças realizada por psicólogos, que envolve a questão do Depoimento sem Dano. O Projeto de Lei n. 156/2009 visa instituir o procedimento de inquirição de crianças por profissionais designados pelo juiz (psicólogos ou assistentes sociais). O procedimento, de acordo com o projeto, consiste na inquirição de crianças e adolescentes em uma sala distinta da sala de audiência, preparada com equipamento audiovisual para que o juiz e as partes possam visualizar e transmitir perguntas ao profissional para que ele as faça à vítima, reformulando a pergunta para melhor entendimento da criança ou adolescente.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) a partir de diversas discussões com a categoria, manifestou um posicionamento contrário sobre a realização do procedimento de Depoimento sem Dano por psicólogos, e publicou, em junho de 2010, a Resolução CFP nº 010/2010 que instituiu a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, determinando que fosse vedado ao psicólogo o papel de inquiridor no atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência. No entanto, juízes de diversos estados continuaram fazendo essa determinação e alguns profissionais atendendo a ela. Observa-se no procedimento de inquirição o que Foucault chama de prorrogar a atualidade, tornando presente, sensível e verdadeiro o que aconteceu, através do inquérito. Existe uma grande preocupação dos profissionais de Psicologia justamente nessa reatualização e revitimização da criança diante da exposição ao inquérito.

De maneira vertical e hierárquica, em 9 de julho de 2012, o juiz da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, decidiu suspender a resolução do CFP em todo território nacional. Porém, as discussões nessa seara continuam, tanto em relação ao papel do psicólogo quanto aos princípios do processo legal e à reforma do Código de Processo Penal (CPP) no que tange a necessidade de depoimento da criança ou do adolescente como uma prova indispensável ao processo. Neste caso, o *inquérito* (depoimento da criança ou adolescente) não pode ser substituído pelo *exame* (avaliação psicológica).

As manifestações do CFP apresentam uma distinção entre a escuta psicológica, atribuição do psicólogo que se baseia em uma relação de cuidado, e a inquirição, procedimento jurídico que visa levantar provas que possam instruir o processo judicial. O CFP também acredita que esta discussão deva acontecer de maneira interdisciplinar e interprofissional, uma vez que “extrapola questões procedimentais e inscreve-se em um cenário mais amplo de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. [...] o debate deve ocorrer de forma articulada com no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente” (OLINDA, 2012, p.26).

Em entrevista à revista *Diálogos*, as psicólogas Tatiana Hartz e Eliana Olinda manifestam-se em relação às finalidades e os méritos de cada área no impasse ético-profissional gerado a partir dessa demanda. Para a primeira, que defende a instituição do procedimento de Depoimento sem Dano, o psicólogo seria o profissional ideal para realizar a inquirição, tendo em vista sua formação para interpretar a subjetividade da vítima. Ela ressalta que o psicólogo deve conduzir o procedimento de maneira ética, sem interferência do Poder

Judiciário (HARTZ, 2012). A psicóloga Eliana Olinda posiciona-se de maneira contrária, afirmando que:

Norteados pela ética da escuta clínica, não realizamos inquirições. Uma inquirição pressupõe uma investigação precisa, onde se busca naquela narrativa extrair uma dada verdade, saber o que aconteceu. No universo da escuta sensível, os territórios não estão demarcados com essa precisão. A narrativa de uma experiência no contexto de uma escuta sensível, se ela contém algo de preciso ou verdadeiro, está sempre balizada por outros aspectos subjetivos que reduzem a uma proposição de falso-verdadeiro (OLINDA, 2012, p.28).

A psicóloga percebe a interdisciplinaridade como uma possibilidade de diálogo entre os diversos campos de saberes para a construção de práticas. No entanto, suas especificidades devem ser respeitadas.

A importância dos saberes da Psicologia nas práticas judiciais justifica-se por tratar de relações humanas, para as quais têm contribuições importantes. Porém, há um impasse na interlocução do trabalho do Direito e o da Psicologia, nas diversas áreas em que podem ocorrer essa atuação. No Direito de Família, por exemplo, a Psicologia considera que nem sempre os conflitos relacionais entre as pessoas terminam ao final da sentença, pois a verdade é relacional, não se chega a uma verdade; os aspectos emocionais atravessam o discurso lógico presente nos autos processuais, permanecendo assim o conflito (ALVARENGA, 2010).

Tentando responder a esse impasse, psicólogos têm buscado alternativas para sua atuação, de modo que possam alcançar as finalidades humanas. Para tanto, é insuficiente a prática de realização de perícia pelo psicólogo, respondendo à demanda do Poder Judiciário tal qual ela se apresenta, pois tal prática apenas reforça a ideia de poder sobre a verdade atribuída – historicamente – ao psicólogo. Segundo Alvarenga (2010), o psicólogo deveria escutar os sentidos particulares atribuídos pelos sujeitos em relação ao conflito e buscar implicá-los no próprio discurso, induzindo-os a buscar eles próprios, soluções para superar a crise. Para a autora,

O trabalho do psicólogo é o de mostrar ao magistrado as características emocionais, próprias àquele determinado caso, naquele momento, naquelas circunstâncias. Ao mesmo tempo deve colaborar ativamente para devolver à clientela sua capacidade de reflexão e resolução, a potencialidade para encontrar saídas que lhes façam sentido (ALVARENGA, 2010, slides).

Shine (2010), a partir da obra de Foucault referida aqui faz uma brilhante discriminação de termos presentes nos processos da Vara de Família. Peço licença para reproduzir tal qual ele os apresenta:

O litígio processual inicia-se com uma contestação que opõe duas partes (o *requerente*, aquele que demanda a ação e o *requerido*, aquele que a contesta). As partes se farão representar por seus *advogados* que serão os porta-vozes das demandas em tela. O litígio em Vara de Família pode ter como foco a guarda da criança (que não é parte do processo, ou seja, não é representada por advogado). O procurador, mais especificamente o *promotor de família*, é quem zela pelo correto andamento processual, bem como representa os interesses do menor [...]. O *juiz*, que tem sua origem na realeza, é o terceiro neutro a quem caberá a sentença que termina o conflito (liquida a ação judiciária). No processo de formar sua convicção, o juiz analisa as provas do processo, dentre elas, a avaliação psicológica. A *sentença* refletirá o entendimento do juiz sobre a matéria julgada, cabendo a ele a decisão final da guarda. Decisão esta que será influenciada pelas condições sociais e culturais, bem como pelos valores e códigos vigentes em uma dada época e lugar. O juiz terá à sua disposição três tipos de recursos: a prova documental, a testemunhal e a pericial (Código de Processo Civil). A prova documental pode ser desde certidão e outros documentos oficiais até fitas com gravações, cartas, cartões, etc. A prova testemunhal, como vimos com Foucault, é dada a partir do “ter visto e sabido” em primeira mão. E finalmente, a prova pericial que é a avaliação técnica⁹. Nesses três meios de fazer surgir a verdade, contidos no procedimento judicial atual, podemos ver as três técnicas da verdade que Foucault explorou: a prova (*épreuve*), o inquérito (*enquête*) e o exame (SHINE, 2010, p. 31-32).

Shine (2010) dá ênfase para o conflito relacionado à disputa de guarda em Vara de Família. Além desta questão, algumas outras demandas que têm solicitado os serviços da Psicologia Judiciária são: processos de adoção, separação litigiosa, regulamentação de visita, alienação parental, cuidados e decisões em relação à criança e cuidados com a criança em relação aos aspectos emocionais decorrentes da separação parental, dentre outros. Muitas são as demandas, e muito também se deve pensar sobre o papel que a Psicologia tem assumido no âmbito jurídico, diante das transformações sociais. Como em tantos outros ramos nos quais o psicólogo tem atuado, ele pode proporcionar muitas contribuições ao adotar como prática a dinâmica de problematizar suas próprias intervenções.

⁹BRASIL. Código de Processo Civil. Art. 420 – A prova pericial consiste em exame, vistoria. [Nota do autor].

1.2 Histórico da Psicologia Jurídica e da Atuação do Psicólogo nesse Campo

A relação entre a Psicologia e o Direito não é recente, como afirma Miranda Junior (1998; 2010). Na literatura, Costa (2009) cita o livro de Eckardts Hausem *A necessidade de conhecimento psicológico para julgar delitos*, de 1792, como uma das primeiras obras sobre o tema. Também, *A Psicologia em suas principais aplicações à administração da Justiça*, de Hoffbauer, em 1808, e o *Manual sistemático de Psicologia Judicial*, de Zitelman, em 1835.

Leal (2008) cita a publicação do livro *Psychologie Naturelle*, do médico francês Prosper Despine, em 1868, como o primeiro livro que insere a Psicologia no cenário das ciências que auxiliam a justiça. Por suas pesquisas – dividiu os estudos de casos dos grandes criminosos da época em grupos de acordo com as motivações que desencadearam os crimes, identificando as particularidades psicológicas dos membros dos vários grupos – Despine passou a ser considerado o fundador da Psicologia Criminal¹⁰ (LEAL, 2008).

Já para Costa (2009), a primeira obra de Psicologia Criminal, originalmente intitulada *Kriminalpsychologie*, foi publicada pelo jurista austríaco Hans Gross em 1898, tornando-se um marco para o surgimento da Psicologia Jurídica. A autora aponta que no século XX começaram a surgir diferentes denominações para essa nova área de trabalho, sendo o objeto de estudo o que as determinava¹¹.

Em entrevista à revista *Diálogos*, a psicóloga e professora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Leila Maria Torraca de Brito fala acerca das designações dos profissionais que atuam no campo da Psicologia Jurídica. Para ela, “Entende-se como psicólogo jurídico não só aqueles que exercem sua prática profissional perante os Tribunais, mas os que trabalham com questões relacionadas ao sistema de justiça” (DIÁLOGOS, 2012, p.5). Tenham estes profissionais vínculo empregatício ou não com o Poder Judiciário, como os psicólogos que atuam no sistema socioeducativo, ou com jovens que praticam ato infracional, podem ser considerados psicólogos jurídicos. Já os termos

¹⁰Segundo a autora, Psicologia Criminal consiste na “denominação dada naquela época às práticas psicológicas voltadas para o estudo dos aspectos psicológicos do criminoso” (p.173).

¹¹Costa (2009; p.234) afirma que na França, aqueles que estudavam os autores das infrações cunharam o termo “Psicologia Criminal”; aqueles que se dispuseram a examinar as interações entre Juristas e os usuários do sistema de justiça passaram a utilizar o termo “Psicologia Judiciária”; e os interessados nas implicações da Psicologia na punição e nas sanções, utilizam a expressão “Psicologia Penal”.

Judiciário, Judicial e Legal formam expressões que restringem o campo de abrangência de atuação na Psicologia Jurídica (DIALOGOS, 2012).

Apesar do encontro entre a Psicologia e o Direito ser localizado na literatura desde o século XVIII, no Brasil este campo ainda pode ser considerado recente, com atuação e discussão dos profissionais nesta área apenas a partir do século XX. No início dos anos 1990 psicólogos de estados e os Conselhos Regionais juntaram-se para lutar pela criação do cargo no Poder Judiciário (DIÁLOGOS, 2012). Somente em 2001 a Psicologia Jurídica foi reconhecida como especialidade no país, por meio da Resolução CFP 02/2001, que regulamenta a Especialização em Psicologia Jurídica.

Lago, et al. (2009) chama a atenção para o fato de que delimitar o início da Psicologia Jurídica no Brasil consiste em uma tarefa complexa, visto que não existe um marco histórico que defina esse momento. Muito antes de se tornar uma especialidade, alguns psicólogos já vinham realizando inicialmente como voluntários o trabalho que hoje é compreendido como característico da Psicologia Jurídica (LAGO et. al, 2009). Em 1979, psicólogos iniciaram um trabalho voluntário com famílias carentes por meio do Tribunal de Justiça de São Paulo, marcando a entrada dos profissionais de Psicologia no fórum de maneira informal (SHINE, 1998). O primeiro concurso público para admissão de psicólogos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ocorreu em 1985 (SHINE, 1998).

Historicamente é no campo da criminologia que a Psicologia Jurídica se inicia, sendo a primeira demanda no campo do exame e da psicopatologia, com diagnósticos de sanidade mental baseado nos testes (GONZAGA, 2007; COSTA, 2009; MIRANDA JÚNIOR, 2010). No início, o uso de testes nos exames diagnósticos fez com que o psicólogo fosse visto como um “testólogo”, cujos instrumentos forneciam dados matematicamente comprováveis para a orientação dos operadores do Direito (LAGO et al., 2009).

Em nome da Justiça os psicólogos eram chamados a realizar avaliações psicológicas para melhor classificar e controlar os indivíduos, a partir da análise da subjetividade individual descontextualizada, a fim de emitirem pareceres com o objetivo de subsidiar a decisão dos magistrados (MIRANDA JÚNIOR, 2010). Hoje, o papel de subsidiar os juízes não mudou, sendo estes profissionais ainda solicitados a emitirem pareceres que serão anexados aos processos. No entanto, novas possibilidades de atuação estão se abrindo nos últimos anos, tendo os profissionais adotado posturas mais críticas (MIRANDA JUNIOR, 2010). Atualmente a justiça solicita muitas vezes o estudo Psicossocial, que possibilita a

atuação conjunta do profissional de Psicologia e do Serviço Social, viabilizando um olhar mais abrangente.

É possível identificar que mesmo atuando com exames e avaliação psicológica, alguns autores (GONZAGA, 2007; CARVALHO, 2007; COSTA, 2009; SILVA, 2009; LAGO et al, 2009; SHINE, 2010; MIRANDA JÚNIOR; 1998; 2010) apontam que os profissionais passaram a repensar sua atuação no âmbito jurídico, buscando novas formas que tenham por objetivo as finalidades humanas. Tal postura denota a busca de uma intervenção preocupada com o resgate da cidadania, com a promoção do bem-estar, a saúde mental dos indivíduos e com a construção de uma estrutura social reflexiva e humanizadora.

Lago et al. (2009) pontua que com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o trabalho do psicólogo passou a ser solicitado com mais frequência pelos Juizados da Infância e Juventude. Sua atuação consistia em atividades na área pericial, acompanhamentos e aplicação das medidas de proteção ou socioeducativas. A autora fala ainda da legalização de cargos para psicólogos por meio de concursos públicos para atender a esta demanda. Cita a criação dos cargos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 1992, do Rio Grande do Sul, em 1993, e do Rio de Janeiro, em 1998.

Ainda no Direito Civil, uma atuação pioneira do psicólogo que se diferencia da prática de psicodiagnóstico pode ser reconhecida no Rio Grande do Sul, onde em 1997 foi criado o Núcleo de Atendimento à Família (NAF) (LAGO, et al. 2009). Este serviço está voltado para promover uma comunicação sadia entre os casais e os membros da família. Consiste em um espaço no qual as famílias recebem auxílio para exercitar a capacidade de resolverem seus conflitos, contribuindo assim para a celeridade do sistema judiciário (LAGO, et al. 2009).

Em 2010, o Conselho Federal de Psicologia lançou o documento *Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo em Varas de Família* para nortear o psicólogo nesse campo de atuação. O referencial teórico que embasa o documento aponta para a necessidade de uma postura reflexiva deste profissional, tendo em vista que suas ações podem “tanto contribuir para a consolidação de representações e práticas sociais, mais ou menos excludentes, quanto podem contribuir para promover uma nova compreensão do agir humano” (CFP, 2010; p. 16).

Os primeiros psicólogos que atuaram junto à justiça encontraram demanda no modelo pericial junto às Varas de Família, criminais e da infância e juventude (CARVALHO, 2007). Perceberam logo a necessidade de novas formas de atuação que considerassem a

cidadania, os direitos humanos e a saúde dos indivíduos. O documento do Conselho Federal de Psicologia menciona que, nos últimos anos, os “psicólogos ampliaram suas intervenções nos casos, realizando orientação, aconselhamento, encaminhamento, práticas alternativas de resolução de conflitos, mediação, participação ativa na articulação de políticas públicas de atendimento em rede” (CFP, 2010; p.16).

1.3 A Atuação do Psicólogo no Direito de Família

O campo do Direito de Família constitui uma das áreas que abarcam a Psicologia Jurídica na qual a intervenção do psicólogo tem crescido. Segundo Lago (2008), o contexto que envolve as famílias em processo de divórcio exige o acompanhamento por parte dos profissionais de saúde mental, dentre eles o psicólogo, aumentando consideravelmente a atuação deste profissional na avaliação em situação de disputa de guarda a partir da promulgação do Código Civil em janeiro de 2002.

Observando a dinâmica das configurações familiares, é comum encontrarmos famílias que se formam da maneira tradicional, os casais heterossexuais se apaixonam, casam-se, têm filhos e como é inerente a qualquer relação humana, passam também por conflitos. Estes conflitos podem se dar por diversas razões, e tomar proporções que, frequentemente quando o casal não consegue lidar, levar à separação.

O número de divórcios no Brasil tem sido cada vez maior (IBGE, 2012). Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística esse número chegou a 351.153 em 2011, o que representa um crescimento de 45,6% em relação ao ano anterior. Porém, segundo Farkas (2003), a separação ou o divórcio não são banais, visto que causam uma série de reações de estranhamento entre as pessoas, trazem consequências para a vida de todos que fazem parte da família, em especial para o casal e os filhos. Brito (2007) realiza uma pesquisa com filhos de pais separados que demonstra bem isto. A autora compreende por meio dos depoimentos que “a separação conjugal não deve ser reduzida a uma situação corriqueira no contexto contemporâneo, à qual os filhos se acostumam. [...] acarreta um complexo processo de mudanças para os diversos componentes do núcleo familiar” (BRITO, 2007, p.43).

Em relação à separação, Costa (2009) apresenta uma interessante distinção entre dois tipos de divórcio: o *divórcio no ciclo de vida*, que representa uma postura de considerar a

separação como uma etapa do processo de vida daqueles que passam por ela, incluindo novos arranjos conjugais e familiares; e o *divórcio destrutivo*, que consiste na separação conjugal envolvendo grandes disputas e expressões de violência, buscando acordos no contexto judicial.

Segundo o dicionário, “litígio” consiste em ação entregue em tribunal, sendo sinônimos a contenda, a disputa e a alteração (LITÍGIO, 2013). Trata-se da questão judicial, do conflito de pretensões que será discutido entre as partes na ação. É a disputa que será solucionada em juízo, a pendência submetida a juízo para ser examinada. Quando o conflito chega à esfera judiciária, ele entra no modelo adversarial do Direito, que consiste na lógica binária do ganhar e perder (ALVARENGA, 2010). Nesta luta pela razão, os pares não desejam uma solução agradável a ambos, pois um quer que o outro perca, que seja considerado culpado, e pague por isso, seja responsabilizado pelo sofrimento gerado. Para isso, buscam a voz do juiz.

Miranda Júnior (1998) afirma que “a instituição judiciária é sempre um lugar de trabalho com o sofrimento” (p.30). Aquele que leva seus conflitos ao Poder Judiciário busca de alguma forma uma resposta ao seu sofrimento. No entanto, expressar-se no âmbito judicial não garante alívio em relação à demanda, nem mesmo diante de uma resposta favorável do juiz. Não é isto que sanam os conflitos, conforme expressa o autor:

A Justiça é uma das mais legítimas e mais impossíveis demandas do ser falante. Deve-se frisar: dizer que ela é impossível não significa que é totalmente irrealizável. Significa que a Justiça deve permanecer no horizonte ético mas que sua expressão nas decisões judiciais sempre parece subjetivamente incompleta. O dano pelo qual sofremos e do qual nos queixamos nos parece sempre estar além de qualquer reparação (MIRANDA JUNIOR, p.30).

A respeito da busca pela justiça, Prado (2003) fala da imparcialidade do juiz, problematizando principalmente o conceito de neutralidade. Para ela, a imparcialidade do juiz é imprescindível no processo litigioso, pois garante que a ação será decidida por alguém que não esteja relacionado nem com o autor tampouco com o réu. Já a neutralidade, abordada por ela como uma herança do Iluminismo, está relacionada à ideia de desinteresse, o que é inadmissível no processo legal atual. O juiz neutro “relaciona-se com a ideia do magistrado formalista, exageradamente preso às leis e afastado dos desejos da comunidade e das características de seu próprio psiquismo” (PRADO, 2003, p.309).

Souza (2009) chama a atenção para a importância dos juízes e promotores familiaristas enxergarem toda a complexidade que envolve a separação litigiosa, não apenas o que consta no processo, mas “o que subjaz em uma invisibilidade aparente” (SOUZA, 2009, p.4). Para auxiliá-lo nessa compreensão e subsidiar a sentença, o juiz solicita a perícia do psicólogo, o que caracteriza uma ação imparcial que evita a neutralidade. Aqui a questão que deve ser problematizada sempre, o papel do psicólogo nas práticas judiciais, para não legitimar a falsa ideia do psicólogo como o “dono da verdade”, pois ele é chamado para dar o seu parecer sobre o outro, sobre a fala do outro. Na busca pela verdade por meio de um saber científico, o psicólogo é convidado, entre outras coisas, a analisar se a pessoa está dizendo a verdade ou não, o que significam os tropeços na sua fala¹². Porém, devido à vulnerabilidade do ser humano, da sua capacidade consciente e inconsciente de torcer ou distorcer o que vê, a verdade é sempre parcial, pois é sempre uma interpretação (ALVARENGA, 2010).

Uma lei recente que fortalece o espaço da Psicologia no Poder Judiciário consiste na Lei nº 11.698/2008 que altera os artigos 1.583 e 1.584 do Código Civil sobre a guarda de crianças para instituir e disciplinar a *guarda compartilhada*. A lei apresenta dois tipos de guarda, a unilateral ou a compartilhada. A guarda unilateral é atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua; a compartilhada é a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns (BRASIL, 2008).

No art. 1.584 § 3º determina-se que “para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência sob a guarda compartilhada, o juiz de ofício ou a requerimento do Ministério Público, poderá basear-se em orientação técnico-profissional ou de equipe interdisciplinar” (BRASIL, 2008, p.1). Quando é determinado ao psicólogo que atue, por meio de avaliação psicológica, a fim de auxiliar o juiz nesta decisão, percebe-se um desafio da interlocução entre a Psicologia e o Direito, tendo em vista que para o Juiz, as orientações a partir da avaliação psicológica devem caber dentro dos parâmetros estabelecidos pela lei. A lógica do Direito não abarca toda a complexidade e possibilidade de relações humanas que podem se estabelecer no interior da família, as quais a Psicologia busca compreender para auxiliar aqueles que estão envolvidos nessas relações.

¹²O que pode ser relacionado com a *prova verbal*. Um modelo de justiça do velho Direito Feudal, quando a pessoa não podia sequer cometer erros gramaticais ao falar, o que a condenava, segundo Foucault (2003).

Após essa lei, foi promulgada ainda a Lei da Alienação Parental, Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 (ANEXO C). No art. 2º fica explícito o que a legislação entende por alienação parental:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este (BRASIL, 2010, p.1).

No artigo 5º desta mesma lei fica estabelecido que o juiz pode determinar a perícia psicológica ou biopsicossocial nos casos em que houver indícios da prática de ato de alienação parental. Segundo a lei, o psicólogo pode atuar tanto na avaliação para verificar se a criança está passando por alienação parental, bem como, ao identificar os danos causados, sugerir os acompanhamentos necessários para suspender ou minimizar o sofrimento. A atuação do psicólogo nesse sentido visa concorrer para a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente (BRASIL, 2010).

Denise Silva (2009) em seu livro *Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental: o que é isso?* aborda o tema da alienação parental pelo viés da saúde mental, discutindo acerca da *Síndrome de Alienação Parental - SAP*, termo cunhado pelo psicanalista e psiquiatra infantil Richard Gardner, em 1985. Segundo a autora, Gardner definiu a SAP como: “um distúrbio que surge principalmente no contexto das disputas pela guarda e custódia das crianças” (SILVA, 2009, p. 43). A autora traz as seguintes considerações sobre a SAP:

A SAP é uma patologia psíquica gravíssima que acomete o genitor que deseja destruir o vínculo da criança com o outro, manipulando-a afetivamente para atender motivos escusos. A SAP deriva de um sentimento neurótico de dificuldade de individuação, de ver o filho como um indivíduo diferente de si, e ocorrem mecanismos para manter uma *simbiose sufocante* entre pai/mãe e filho, como a superproteção, dominação, dependência e opressão sobre a criança. O pai/mãe acometido (a) pela SAP não consegue viver sem a criança, nem admite a possibilidade de que a criança deseje manter contatos com outras pessoas que não com ele/ela. Para isso, utiliza-se de manipulações emocionais, sintomas físicos, isolamento da criança de outras pessoas, com o intuito de incutir-lhe insegurança, ansiedade, angústia e culpa. Por fim, e o que é mais grave, pode chegar a influenciar e induzir a criança a reproduzir relatos de eventos de supostas agressões físicas/sexuais atribuídas ao outro genitor, com o objetivo único de afastá-lo do contato com a criança. Na maioria das vezes, tais relatos não têm veracidade, dadas certas inconsistências ou contradições nas explanações, ou ambivalência de sentimentos, ou mesmo comprovação (por exemplo, resultado negativo em exame

médico); mas tornam-se argumentos fortes o suficiente para requerer das autoridades judiciais a interrupção das visitas e/ou a destituição do poder familiar do “suposto” agressor (o outro genitor) (SILVA, 2009, p.44-45).

Silva (2009) apresenta a Síndrome como uma patologia que acomete um dos genitores. De maneira distinta, Brockhausen (2011) afirma que a SAP é uma síndrome que se refere à criança que sofre alienação parental e que passa a apresentar comportamentos típicos da SAP. Assim como Brockhausen (2011), Martins (2012) cita o psiquiatra norte-americano referindo-se à síndrome como um distúrbio que acometeria a criança. Segundo ela, para Gardner a SAP seria:

[...] um distúrbio infantil que ocorreria especialmente em crianças expostas às disputas judiciais entre seus pais. Sua manifestação se expressaria por meio da rejeição exacerbada da criança a um dos genitores, *sem que houvesse justificativa para isso*. O distúrbio seria resultado de ‘lavagem cerebral’ ou ‘programação’ feita por um genitor na criança, somada à colaboração desta contra o outro responsável (MARTINS, 2012, p.18 -grifo nosso).

O ato de alienação parental reconhecido juridicamente no Brasil a partir da Lei nº 12.318/2008 não atribui ao genitor alienante o caráter patológico, conforme aborda Silva (2009). No entanto, prevê medidas para atenuar os efeitos da alienação. A autora afirma que existem diversas críticas a respeito da SAP por parte das áreas de saúde mental e jurídicas, por não ter sido reconhecida por nenhuma associação profissional nem científica, e ainda rejeitada a sua inclusão no DSM-IV e no CID-10 por não apresentar bases empíricas.

A autora apresenta uma distinção em três níveis de alienação parental nos filhos: leve, médio e grave. No grau leve a criança começa a ser exposta a mensagens do alienador para prejudicar a imagem do outro genitor, no entanto o sentimento pelo pai continua preservado, ela deseja o contato e a convivência com ele. No grau médio, a criança passa a manifestar ambiguidade de sentimentos, ama o genitor alienado, mas sente que precisa evitá-lo para não desagradar o alienador. Em um nível grave, já não existe mais a ambiguidade, a criança exclui e rejeita completamente o genitor alienado. Manifesta sentimentos de ódio e está completamente envolvida no vínculo de dependência com o alienador, que impede a autonomia e a independência. A criança repete mecanicamente seus discursos e aprende a manipular as informações assimilando os interesses e os objetivos do alienador (SILVA, 2009).

É nesse momento que se implantam com mais facilidade as “falsas memórias”: as crenças improcedentes de eventos de agressão física e/ou molestação sexual que a criança passa a imputar ao genitor alienado, repetindo o tal “relato” a tantas pessoas, por vezes despreparadas ou desconhecedoras das circunstâncias, a ponto de registrar as informações como se a lembrança fosse verdadeira, chegando até mesmo a manifestar as mesmas reações psicossomáticas que uma criança verdadeiramente abusada (SILVA, 2009, p.77).

Martins (2012) apresenta uma postura crítica em relação à SAP. Para ela, os profissionais de Psicologia devem questionar as ideias de Gardner (médico que criou o termo SAP) para a atuação e a intervenção junto às famílias. Considera que as ideias do médico difundiram-se no Brasil muito rapidamente, sem estudos e debates aprofundados, o que “contribuiu para que fosse percebida – a SAP – por muitos, como uma verdade incontestável” (MARTINS, 2012, p. 19, grifo nosso).

Observa-se que a atuação do psicólogo no Direito de Família tem como foco auxiliar os juízes em tomadas de decisões. Esta postura coloca o psicólogo em uma posição na qual a utilização de seus conhecimentos em Psicologia fica sujeita à lógica adversarial do Direito e às determinações do juiz. No entanto, entende-se que o campo de atuação é permeado por questões psíquicas e emocionais que possibilita uma intervenção com foco de atuação nas finalidades humanas, pensando no bem-estar e na promoção de famílias que tenham sofrido um processo de separação que esteja causando dores aos envolvidos.

Vainer (1999) chama a atenção para o fato de que na Vara de Família, que trata dos conflitos familiares, prioriza-se o bem-estar da criança. Assim, o casal parental tem total atenção em detrimento do casal marital, ou ex-casal marital, visto que como adultos não têm a mesma prioridade que a criança como elemento a ser cuidado. Porém, o autor considera importante que o Poder Judiciário passe a valorizar o ex-casal marital, visto que são eles que compõem o casal parental. “Os conflitos provenientes do casal parental e que tanto interferem nos interesses do menor originam-se nos conflitos maritais e estes, se forem reconhecidos e valorizados como se valoriza a criança, trarão benefícios para toda a família” (VAINER, 1999, p.43).

Acerca do trabalho de profissionais com as famílias, de uma maneira geral, Cynthia Sarti (2004) afirma que “quando se trabalha com famílias, tanto cientistas sociais, quanto psicólogos, médicos, educadores e outros profissionais enfrentam um primeiro problema: o de identificar a noção de família com suas referências pessoais” (p.16). Este deve

ser um ponto reconhecido pelos psicólogos do Poder Judiciário que buscam uma atuação crítica em benefício dos usuários.

A autora sinaliza a importância de abordar a noção de família “a partir do sentido a ela atribuído por quem a vive, considerando-o como um ponto de vista” (SARTI, 2004, p.13).

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios e que será, por eles, reproduzida e resignificada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. Vista como uma realidade que se constitui pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo, portanto, entre mim e o outro (SARTI, 2004, p.13).

Nas famílias com processos em Vara de Família é possível encontrar diversas configurações e momentos diferentes vivenciados por elas. Dentre as possíveis situações existem, por exemplo, casais que estão no início do processo de separação e disputam a guarda dos filhos, casais que já se separaram há bastante tempo, porém buscam a regulamentação de visitas e vivenciam atos de alienação parental, e há ainda casais parentais que nunca foram casados ou estabeleceram união estável, tendo o filho crescido apenas com um dos genitores, estando o outro lutando há anos para estabelecer uma convivência com a criança. Cada uma destas pessoas possui uma noção de família que lhes é própria, estando os indivíduos, em meio ao conflito vivenciado, passando por ressignificação desta noção e dos papéis que ocupam na família.

Ao psicólogo que os atende cabe a difícil tarefa de reconhecer e lidar tanto intelectual quanto emocionalmente com o fato de existirem noções de famílias alheias às suas próprias referências, para compreender e poder auxiliar aquelas que estiverem em conflito. Sarti (2004) apresenta a família como uma ordem simbólica. No entanto, no campo do Direito, a família é entendida como algo objetivo, definida a partir dos laços sanguíneos e dos documentos que atestam a filiação dos indivíduos; uma concepção tão naturalizada quanto a noção de família tradicional. Essa diferença de concepções de família entre a Psicologia e o Direito consiste em um dos desafios da atuação do psicólogo no sistema judiciário, em relação aos limites em meio às possibilidades de interlocução com o Direito.

Outro desafio a ser enfrentado no trabalho relacionado às famílias e que no campo jurídico é um ponto chave, consiste na normatização das relações familiares, conforme aponta Sarti (2004).

[...] a já comentada naturalização das relações familiares, junto à sua transformação num modelo a ser seguido, faz da família um terreno fértil para um discurso normativo, o que cria outro problema no trabalho com famílias. Há, frequentemente, um “dever ser” no horizonte, referência positiva a partir da qual todo o resto torna-se “desvio” ou “anormalidade”, quando não, “patologia” (SARTI, 2004, p.17).

No Direto, há regras que regulamentam os tipos de relações, e o juiz sentencia de que forma elas devem ocorrer. É ele quem determina se pais e filhos terão contato, como e quando; quem se responsabilizará pelos atos da criança ou adolescente; quanto o pai/mãe deverá pagar de pensão para custear as despesas do filho. Esta formalização judicial tem reflexo em toda a complexa dinâmica familiar, interfere também nos determinantes que dão à criança a noção de família e nas relações estabelecidas com o outro. Para determinar, o juiz se vale da avaliação psicológica dos envolvidos e da dinâmica familiar, esperando que o psicólogo que atua no Poder Judiciário possa lhe dizer os desvios, anormalidades, patologias daquela família, dar sugestões sobre o que deve ser feito para corrigi-las.

Eis aqui um ponto que sugere reflexão entre os psicólogos do Poder Judiciário que buscam uma atuação crítica. Atuar na proteção da criança e na promoção da família (ainda que separada fisicamente) a partir de padrões estabelecidos, naturalizados pela sociedade e normatizados pelo Direito. E também atuar com foco no resgate da cidadania, promoção do bem-estar e construção de uma sociedade reflexiva e humanizadora que, embora tenha noções culturalmente instituídas, comporta a singularidade dos indivíduos que deve ser respeitada.

As famílias em litígio já apresentam um sofrimento inerente às questões emocionais envolvidas, às vezes pela mudança e processo de ressignificação de uma noção de família culturalmente instituída.

As mudanças são particularmente difíceis, uma vez que as experiências vividas e simbolizadas na família têm como referência definições cristalizadas de família socialmente instituídas pelos dispositivos jurídicos, médicos, psicológicos, religiosos e pedagógicos, enfim, os dispositivos disciplinares existentes em nossa sociedade, que têm nos meios de comunicação um veículo fundamental, além de suas instituições específicas. Essas referências constituem os “modelos” do que é e deve ser a família, fortemente ancorados numa visão de família como uma unidade biológica constituída segundo as leis da “natureza”. A pergunta a ser formulada, então, é: no atendimento a famílias, como romper esses modelos sociais internalizados e como escutar os discursos das próprias famílias sobre si, nessa

permanente tensão entre a singularidade de cada uma e as referências sociais das quais não podemos escapar? (SARTI, 2004, p.16).

Como ouvir essas famílias, pensar nas singularidades em um campo de atuação que regulamenta e normatiza as relações? Talvez seja uma tarefa impossível, e os conflitos vivenciados devam ser trabalhados em outro campo, distinto do jurídico. Uma possibilidade discutível.

Em palestra de capacitação aos profissionais de Psicologia e Serviço Social oferecida por um Tribunal de Justiça, uma das psicólogas palestrantes aborda o tema dos encaminhamentos psicológicos realizados pelos profissionais de Psicologia que atuam em Varas de Família. Ela sugere que os conflitos que chegam pela via da justiça, devam ser trabalhados dentro da justiça, pois dificilmente qualquer outro encaminhamento será efetivado (Evento WebCast, 2012).

A partir dessa ideia podemos pensar em um assunto que tem sido discutido e conceituado de diferentes formas entre áreas do conhecimento como a Psicologia, o Direito, e as Ciências Sociais, dentre outras, que é a “Judicialização da Vida” (CANAL, 2012). Segundo Barroso (s/d)

Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário [...] envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade (p.2).

A judicialização da vida, portanto, diz respeito à transferência de diversas questões de ordem social ao âmbito jurídico. É possível reconhecer isso em processos de Vara de Família, nos quais conflitos que poderiam ser resolvidos pelos próprios envolvidos a partir de reflexão e tomada de decisões, são levados ao Poder Judiciário para que juízes decidam e balizem suas vidas.

Canal (2012) discute a questão de que, as pessoas buscam a justiça de maneira exacerbada como uma forma de valer os seus direitos. Ainda, que mudanças sociais têm levado também a uma expansão na criação de leis que traduzam interesses em direitos. A autora afirma que o Poder Judiciário está embasado nos direitos para a intervenção na vida coletiva e privada da população. Quando os interesses refletidos nos direitos não estão sendo atendidos, o sujeito de direitos passa a ser um sujeito judicializado, na busca pela garantia de

seus direitos. Este consiste em mais um ponto de reflexão para os psicólogos que atuam no Poder Judiciário.

Tento em vista que os processos de Vara de Família se iniciam a partir da solicitação de um requerente, a postura de trabalho do psicólogo é que irá determinar se a judicialização do conflito e suas implicações será trabalhado nos atendimentos, se realizará apenas a avaliação diagnóstica conforme solicitada, ou se questionará o seu papel como um dos operadores do sistema judiciário ao participar ativamente na judicialização da vida, lidando com os conflitos emocionais no âmbito judiciário.

É possível encontrar diferentes discussões acerca da judicialização da vida a partir de áreas distintas. A forma como é apresentada nesse momento sugere a necessidade de reflexão sobre a atuação do psicólogo no sistema judiciário, considerando os papéis que pode assumir na sociedade, como parte de uma ciência que se propõe à emancipação ou normatização dos indivíduos.

1.4 Conclusão

Neste capítulo, foi possível apresentar aspectos da Psicologia Jurídica e Família a partir do enfoque de diferentes autores. Em Foucault, foi possível conhecer as práticas de justiça utilizadas em séculos passados, os tipos de provas e demais elementos que foram balizando a construção do Poder Judiciário e as atuais práticas no campo da justiça. Nesse processo, a inserção da Psicologia surge como um elemento que visa atender a finalidades jurídicas, ganhando espaço junto ao surgimento da técnica de *exame*, conforme explica Foucault. Uma forma de conhecer a verdade, seja para punição ou outro tipo de controle sobre os indivíduos.

Com estes elementos como pano de fundo para o atual sistema de justiça, é possível perceber algumas práticas semelhantes ainda nos dias atuais. As características da prova, por exemplo, podem ser identificadas nos processos jurídicos atuais. Ainda hoje existe uma lógica binária; aquele que consegue oferecer mais e melhores provas ganha o processo, e quem se recusar ou por algum motivo deixar de apresentar as provas perde o processo, sem necessidade de questionamentos. A verdade é buscada por meio das provas, que continuam não sendo funcionais para conhecer a verdade, porém apontam quem tem a razão e vencerá o

processo. O exame, que surge já com o Poder Judiciário, tem a função de conhecer a verdade. No entanto, esta prova não cabe a nenhuma das partes, mas ao Estado oferecê-la. Assim, o juiz solicita a produção de provas por um terceiro (avaliação psicológica) para conhecer a verdade.

É possível observarmos ao longo da história que, por muito tempo, a Psicologia atuou unicamente com finalidades jurídicas. No Brasil, pode-se dizer que a Psicologia Jurídica está em processo de estruturação, ainda que como uma especialidade já reconhecida na área e diversas discussões desde o século XX. À medida que se modifica o cenário político e social, a Psicologia levanta questionamentos – ou deixa de fazê-los – que, por vezes corrobora outras discussões sobre a forma pela qual a sociedade se organiza e busca resolver os seus conflitos. Inicialmente emitir diagnósticos no campo jurídico, posteriormente, avaliar e orientar, mais recentemente a possibilidade de intervir, são algumas práticas do psicólogo jurídico no Brasil. Atualmente, a discussão dos desafios sobre a interlocução entre a Psicologia e o Direito tem possibilitado abordar temas e problemas que direcionem para uma atuação mais crítica, que tenha por objetivos as finalidades humanas.

No Direito de Família, a Psicologia tem apresentado suas contribuições no que tange às relações entre as pessoas. No entanto, sua prática ainda está submetida às normatizações e leis que regem o campo do Direito. Algumas temáticas são apresentadas por autores com maior número de discussões, como, por exemplo, a Lei da Alienação Parental, as disputas de guarda e os tipos de guarda. Essas temáticas são apresentadas na literatura como assuntos que devem fazer parte dos questionamentos de profissionais de Psicologia que atuam em Vara de Família. Talvez isto ocorra por serem questões explicitamente do Direito nas quais o psicólogo encontre um espaço de atuação, sendo, portanto naturalizadas na Psicologia Jurídica.

Alguns autores, no entanto, discutem algumas práticas do psicólogo jurídico que não estão diretamente relacionadas ao campo do Direito, como o cuidado com as famílias que passam por processo de separação, principalmente com o ex-casal marital que permanecerá assumindo as funções de casal parental. O cuidado na atuação do psicólogo ao trabalhar com a família, da maneira apresentada por Sarti (2004), pouco tem sido discutido por psicólogos jurídicos que atuam em Varas de Família. Outro assunto pouco discutido por estes profissionais e que se relaciona com esse campo do saber diz respeito à judicialização da vida.

Além das questões já naturalizadas como pertinentes ao campo de saber da Psicologia Jurídica, demais debates estão surgindo para compor as reflexões de profissionais

que caminham para atuar de forma crítica. O aumento de tais reflexões atende o que orienta o Código de Ética da categoria, e contribui para construir uma atuação que tenha por objetivo as finalidades humanas.

2 CONHECENDO AS PESQUISAS RELACIONADAS AO TEMA “ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO DIREITO DE FAMÍLIA”

Diante dos objetivos deste estudo, optei por fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da atuação do psicólogo no Direito de Família a fim de conhecer as publicações em bases de dados conceituadas no meio acadêmico e identificar as preocupações, reflexões e possibilidades de atuação dos profissionais desta área.

A pesquisa bibliográfica foi realizada entre 16 e 26 de junho de 2012, por meio dos acessos eletrônicos às bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia - BVS-PSI (IndexPsi, PePSIC, Lilacs, Scielo); busca integrada no Portal de Periódicos Capes (PsycInfo, Scielo, Web of Science, e SCOPUS) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacional - BDTD. O objetivo foi conhecer e caracterizar as pesquisas que se relacionam ao tema deste trabalho no que tange à atuação do psicólogo no Direito de Família em portais eletrônicos do meio científico. Assim, o eixo central das buscas relaciona-se com o tema “atuação do psicólogo no Direito de Família”.

A escolha dos termos de busca foi orientada pelo objetivo desta pesquisa bem como pela normalização de palavras-chave de acordo com a ferramenta de busca “Terminologia em Psicologia”, disponível na BVS-Psi (<http://www.bvs-psi.org.br/>). Sendo que, para as palavras *atuação/trabalho* foram utilizados os termos “atuação do Psicólogo”; para a palavra *jurídica* foram utilizados “psicologia forense” e “psicologia jurídica”; para a palavra *família*, foram utilizados “família”, “separação conjugal” e “divórcio”.

Os termos de busca utilizados para esse levantamento foram “atuação do psicólogo”, “psicologia forense”, “psicologia jurídica”, “família”, “separação conjugal” e “divórcio”. Foram feitas diversas combinações entre todos eles, nas três bases de dados. Optei por apresentar somente as pesquisas que se relacionam com o tema; dessa forma, estão presentes apenas as combinações que resultaram em pesquisas relacionadas. Foram descartadas as combinações que resultaram pesquisas não relacionadas ao tema.

Para classificar as pesquisas relacionadas ao tema foram realizadas leituras dos resumos das pesquisas. Foram consideradas como pesquisas relacionadas, aquelas que abordavam de alguma forma a atuação do psicólogo e o Direito de Família.

A partir da análise do levantamento bibliográfico foi possível identificar características como o número total de publicações, o número de publicações por ano, o local e o tipo das produções, além dos assuntos presentes nas pesquisas com esta temática.

Apresento inicialmente uma breve análise quantitativa da pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia - BVS-PSI (IndexPsi, PePSIC, Lilacs, Scielo); busca integrada no Portal de Periódicos Capes (PsycInfo, Scielo, Web of Science, e SCOPUS) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Nacional - BDTD. Em seguida, apresento uma análise qualitativa das pesquisas, classificando-as por assuntos presentes nas produções a partir da leitura dos resumos. Algumas pesquisas foram lidas na íntegra, outras, apenas parcialmente.

2.1 Análise quantitativa do levantamento bibliográfico

Inicialmente apresento uma tabela com o resultado do levantamento nas três bases de dados (BVS-PSI, CAPES e BDTD) com as combinações dos termos que resultaram pesquisas relacionadas ao tema. Nesta tabela constam além dos termos utilizados, o número de pesquisas relacionadas ao tema, o autor e o ano da publicação. Em seguida, apresento dados quantitativos extraídos deste levantamento acompanhado por gráficos para melhor visualização dos resultados.

Na busca na BVS-PSI foram encontradas pesquisas relacionadas a partir da combinação dos termos (ATUAÇÃO DO PSICOLOGO) AND (PSICOLOGIA FORENSE); (ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO) AND (DIREITO DE FAMÍLIA); (PSICOLOGIA FORENSE) AND ATUAÇÃO AND FAMÍLIA; FORENSE AND FAMÍLIA. Na busca integrada pelo portal da Capes a combinação de termos que resultou em pesquisa relacionada foi “PSICOLOGIA JURIDICA” AND “FAMILIA”. Já na busca pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, a combinação que trouxe resultados foi FORENSE AND FAMÍLIA.

Tabela 1 – Pesquisa bibliográfica realizada por meio dos acessos eletrônicos: BVSPSI ; busca integrada no Portal de Periódicos CAPES e BDTD.

TERMOS UTILIZADOS	NÚMERO DE PESQUISAS	AUTORES/ ANO
(ATUAÇÃO DO PSICOLOGO) AND (PSICOLOGIA FORENSE)	5	COSTA, et. al. (2009); LAGO, et. al. (2009); SHINE (2009); SANTOS (2005); BERLIM (2003).
(ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO) AND (DIREITO DE FAMÍLIA)	1	REIS (2005).
(PSICOLOGIA FORENSE) AND ATUAÇÃO AND FAMÍLIA	2	LIMA (1998); SANTOS e COSTA (2007).
FORENSE AND FAMÍLIA	17	PERUCCHI (2010); LAGO (2009); SOUZA (2009); BRITO (2007); SILVA (2003); SILVA (2001); SILVA (2000); SHINE (1998); PELEGINELLI (1994); MIRANDA JUNIOR (2009); MACIEL (2002); SHINE (2002); CASTRO (2001); SHINE (2005); SILVA (2011); LAGO (2008); BROCKHAUSEN (2011).
“PSICOLOGIA JURÍDICA” AND “FAMÍLIA”	1	BEIRAS, MÜLLER e CRUZ (2007).
TOTAL	26 PESQUISAS	

O número total de pesquisas relacionadas ao tema “atuação do psicólogo no Direito de Família”, encontradas a partir dessas bases de dados, foi de 26 publicações.

A partir deste levantamento, uma classificação possível consiste em agrupá-las por ano de publicação, conforme o gráfico 1. Dessa classificação, verifica-se que as publicações iniciaram em 1994 com 1 artigo; o maior número de produções com esse tema foi em 2009 (das 6 produções deste ano, 4 são artigos e 2 são teses).

Figura 1- Classificação das pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família por ano de publicação.

A partir do gráfico 1 é possível perceber que, de 1994 a 2007, o número de publicações aumentou, caiu em 2008 e atingiu o pico de publicações no ano seguinte. Em 2010, o número de publicações foi igual ao dos primeiros anos, e em 2011, apresenta novamente um aumento em relação ao ano anterior. É possível observar que foram poucas as publicações relacionadas ao tema ao longo de quase duas décadas. Uma das análises que podem ser feitas refere-se ao número restrito de faculdades de Psicologia que oferecem o curso de Psicologia Jurídica, o que restringe o interesse acadêmico por este campo, deixando os profissionais que atuam na área a cargo de desenvolver e publicar as pesquisas. O pequeno número de publicações denota também a característica de uma área de atuação e discussão recente no Brasil, ainda não consolidada, que demonstra a necessidade de aumentar a produção de pesquisas relativas ao tema.

Outra classificação que pode ser realizada a partir do levantamento refere-se ao local de produções científicas com esse tema. É possível verificar que os estados que mais publicaram pesquisas com esse tema foram São Paulo (46%), Rio Grande do Sul (19%), e Santa Catarina (15%), conforme o gráfico 2. De acordo com as considerações históricas apresentadas no capítulo 1, estes são estados pioneiros da atuação do psicólogo no âmbito judiciário.

Figura 2 – Percentual de pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com os locais.

O Rio de Janeiro (12%) também se apresenta como um dos centros que realizam produções nesta área, assim como Minas Gerais (4%) e Distrito Federal (4%).

A pesquisa revelou ainda que o maior número de produções com esse tema refere-se a artigos (n=13), seguido de dissertações (n=9) e teses (n=3). Foi também encontrado 1 livro nos acessos eletrônicos. O percentual das pesquisas relacionadas ao tema, de acordo com a classificação por tipo de produção, pode ser verificado no gráfico 3.

Figura 3 – Percentual de pesquisas relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com o tipo de produção

Das produções acadêmicas de Teses e Dissertações verificou-se que a Universidade de São Paulo (USP) apresenta 50% (n=6) das produções. As demais, conforme o gráfico 4, estão dispostas entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 16,67% (n=2), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) 8,33% (n=1), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 8,33% (n=1), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) 8,33% (n=1). A única universidade privada que apresenta produção com esse tema é a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) 8,33% (n=1).

Figura 4– Percentual de teses e dissertações relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com as instituições de ensino superior em que foram produzidas

Todas as produções científicas foram realizadas na área de Psicologia. No gráfico 5 é possível observar o número de publicações por área de concentração¹³ em Psicologia nas quais as pesquisas foram desenvolvidas. O gráfico oferece também um panorama das áreas de concentração nas quais há interesse voltado para o tema, e poderiam estar localizados os cursos de Psicologia Jurídica nas respectivas universidades. A maior produção de teses e dissertações relacionadas concentra-se na USP, que não oferece o curso de Psicologia Jurídica. Os autores de todas as pesquisas apresentam-se como profissionais da área assim como os autores com produções em outras universidades.

Na USP foram desenvolvidas pesquisas na Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - PSA (n=4) e na Psicologia Clínica – PSC (n=2). Na UFSC as pesquisas foram desenvolvidas na Aprendizagem, Processos Organizacionais e Trabalho (n=1) e na Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico (n=1). Na UFRS não foi especificada a área de concentração em que foi desenvolvida a pesquisa. As demais

¹³ De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Pós-Graduação do PSA, no Instituto de Psicologia da USP o termo “área de concentração” foi substituído por “programa”.

universidades apresentaram uma pesquisa cada. Na UFRJ a área de concentração é a Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social; na UFU é a Psicologia Aplicada, e na PUC-RS é a Psicologia Social e da Personalidade.

Figura 5 – Percentual de teses e dissertações relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família de acordo com as áreas de concentração em Psicologia

Por meio da leitura dos resumos das pesquisas relacionadas e de algumas produções na íntegra ou parcialmente, foi possível identificar assuntos comuns entre duas ou mais pesquisas. Optei por realizar uma categoria de assuntos relacionados. Todos os assuntos agrupados se relacionam com a atuação do psicólogo no Direito de Família.

Foram classificados e discriminados da seguinte maneira:

- a) Identificação e reflexões acerca de possibilidades de atuação e necessidade de repensá-las, presentes em 11 pesquisas, agrupadas como POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO;
- b) Aspectos acerca da interação entre os fenômenos jurídicos e psicológicos ou implicações da inter-relação dos operadores do Direito e da Psicologia, presentes em 11 pesquisas, agrupadas como INTERAÇÃO ENTRE DIREITO E PSICOLOGIA;

c) Avaliação psicológica, perícia psicológica, laudo psicológico, presentes em 10 pesquisas, agrupadas como AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA;

d) Aspectos psicológicos que incidem sobre os sujeitos (criança) em processo de disputa de guarda ou separação dos pais e sentimentos que perpassam o processo judicial, presentes em 9 pesquisas, agrupadas como ASPECTOS PSICOLÓGICOS;

e) Questões sobre a formação do psicólogo, presentes em 5 pesquisas, agrupadas como FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO;

f) Identificação de referenciais teóricos e construção histórica da ação do psicólogo na Justiça no Brasil, presente em 3 pesquisas, agrupadas como CONSTRUÇÃO HISTÓRICA;

g) Temáticas específicas: guarda compartilhada, síndrome de alienação parental e falsas alegações de abuso sexual, presentes em 3 pesquisas, agrupadas como TEMÁTICAS ESPECÍFICAS;

h) Percepção dos profissionais do campo jurídico a respeito do trabalho do psicólogo neste campo, presentes em 2 pesquisas, agrupadas como PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS;

i) Aspectos relacionados à família tradicional ou à formação da família moderna, presentes em 2 pesquisas, agrupadas como FAMÍLIA TRADICIONAL E MODERNA.

Para melhor visualização, no gráfico 6 apresenta-se o percentual dos assuntos relacionados ao tema da atuação do psicólogo no Direito de Família presentes nas 26 pesquisas encontradas a partir do levantamento bibliográfico.

Figura 6 – Percentual de assuntos relacionados presentes nas 26 pesquisas do levantamento bibliográfico.

O gráfico possibilita identificar que os assuntos mais frequentes são as *Possibilidades de Atuação* 42% (n=11) e *Interação ente Direito e Psicologia* 42% (n=11). Também com frequência expressiva *Avaliação Psicológica* 38% (n=10), seguido de *Aspectos Psicológicos* 35% (n=9). Os quatro assuntos apresentam temáticas extremamente relacionadas com a atuação do psicólogo. Tendo em vista que a maioria dos autores se apresentaram como profissionais da área, entende-se que estas são áreas que despertam maior preocupação e reflexão entre eles.

Com frequência intermediária apresenta-se o assunto *Formação do Psicólogo* 19% (n= 5). Nesta classificação estão reunidos os cinco autores que abordam o tema de maneira mais explícita. De modo tangencial, a maioria das pesquisas concorda sobre a necessidade de preparação dos profissionais e uma formação voltada para atuarem nesse novo campo com um olhar mais crítico e voltado para as finalidades humanas de atuação.

Com a mesma frequência aparecem os assuntos *Construção Histórica* 12% (n= 3) e *Temáticas Específicas* 12% (n=3). Com menor frequência *Percepção dos Profissionais* 8% (n=2) e *Família Tradicional* 8% (n=2). Apesar destes assuntos se apresentarem relacionados à atuação do psicólogo, são mais abrangentes e menos expressivos no interesse dos

profissionais. Surpreende que o assunto *Aspectos relacionados à família tradicional ou a formação da família moderna* se apresente com pouca expressividade, visto que atuação do psicólogo no Direito de Família percorre a temática da família e deve ser um tópico de maior discussão e reflexão entre os profissionais.

2.2 Análise qualitativa do levantamento bibliográfico

A partir da análise dos resumos das pesquisas relacionadas foi possível observar assuntos comuns, conforme aparecem no item anterior nos tópicos de a) ao i), que refletem as principais preocupações e discussões dos profissionais que atuam na área. Optei aqui por identificar estas pesquisas e apresentar algumas considerações a respeito delas.

2.2.1 Possibilidades de Atuação

Um dos assuntos mais constantes nas pesquisas se refere à necessidade de pensar diferentes possibilidades de atuação do psicólogo no campo jurídico, mais especificamente junto às Varas de Família. A maior parte das pesquisas com esse assunto indica que não existem parâmetros estabelecidos sobre a prática do psicólogo nesse campo de atuação. Shine (2002; 2009) aponta em suas pesquisas a necessidade das Comissões de Ética dos Conselhos Regionais e Federal estabelecerem parâmetros que norteiem a atuação do psicólogo no âmbito judiciário para garantir a normatização da prática psicológica neste campo. O autor alerta para a necessidade de normatização principalmente em razão do resultado de sua pesquisa na qual analisou laudos psicológicos que passaram por processos éticos, avaliando que os psicólogos não têm parâmetros bem estabelecidos sobre a atuação nesse campo.

Alguns autores apresentam propostas de atuação. Costa, et al. (2009), aponta para a necessidade de uma atuação em conjunto com o Serviço Social. Ressalta que por meio de uma avaliação psicossocial é possível intervir junto às famílias em conflito, considerando primordial a promoção do bem-estar da criança e da família atendida pelo serviço. Miranda Júnior (2009) identifica uma possibilidade de intervenção pelo viés psicanalítico durante o

processo de avaliação psicológica. Beiras, Müller e Cruz (2007) apresentam uma possibilidade de atuação focada no trabalho de mediação dos conflitos.

Santos (2005) avalia a necessidade de o psicólogo atuar de diferentes maneiras a partir das expectativas que os profissionais do Direito têm acerca do trabalho do psicólogo e das diferentes intervenções que esperariam do profissional de Psicologia junto às variadas problemáticas com as quais trabalham. Este foi o único trabalho encontrado que sinaliza uma atuação do psicólogo para atender inicialmente as finalidades jurídicas, apresentando uma visão pouco crítica da atuação do psicólogo. Castro (2001) demonstra interesse em identificar as possibilidades de atuação que possam atender ao maior número de problemáticas demandadas. Santos (2005) e Castro (2001) expõem em momentos de suas pesquisas a Psicologia como uma ciência à serviço do Direito.

Lago, et al. (2009), Berlim (2003), Reis (2005) apresentam uma preocupação com novas possibilidades de trabalho que levem em consideração os aspectos sociais na atuação do psicólogo nesse campo.

Perucchi (2009) faz considerações acerca da atuação do psicólogo com base no referencial de família para o Direito. Afirma que a atuação do psicólogo necessita avançar, e levar em consideração as diferentes formas de família existentes na contemporaneidade.

A partir do levantamento foi possível identificar diferentes propostas e considerações sobre a atuação do psicólogo; a maior parte demonstra a preocupação dos profissionais acerca das finalidades humanas da atuação, buscando atender as demandas sociais de maneira crítica. Shine (2002, 2009) ao falar sobre parâmetros de atuação leva em consideração garantir que o psicólogo possa ser esclarecido sobre os cuidados éticos nesse campo, a fim de se assegurar contra processos éticos, além de garantir que os que passam pelos serviços de Psicologia no campo jurídico tenham direitos éticos claros.

2.2.2 Interação entre Direito e Psicologia

Alguns autores como Reis (2005), Miranda Junior (2009), e Perucchi (2009) levantam questionamentos acerca da inter-relação entre a Psicologia e o Direito. A partir de sua atuação como psicóloga em Varas de Família, Reis (2005) realizou uma pesquisa considerando preocupações éticas. Para ela, assim como para Miranda Júnior (2009), as

práticas do Direito são determinadas por padrões de normalidade e concepções naturalizantes a respeito de homens e mulheres, o que é criticado pela Psicologia. Perucchi (2009) critica uma atuação da Psicologia apenas como ciência aplicada, complementar ao Direito. Aponta que o campo de atuação da Psicologia junto às Varas de Família necessita avançar, e deve contemplar as múltiplas tensões que constituem as relações familiares sem se submeter às concepções do Direito. Em certa medida, a autora questiona o lugar da Psicologia no contexto jurídico.

Existem ainda tópicos mais específicos abordados pelos autores acerca desse assunto. Lima (1998) fala sobre isso se referindo ao contexto institucional e às peculiaridades deste campo no qual o psicólogo está inserido, o campo do Direito. Santos e Castro (2007) apresenta uma das questões que mais caracterizam o sistema judicial: o tempo. “A justiça é lenta” consiste em uma expressão conhecida por quem necessitou algum dia recorrer ao Poder Judiciário por meio de processo. O estudo aponta que a atuação com famílias em litígio exige celeridade, por isso aborda questões sobre as dificuldades em conciliar diferentes tempos do indivíduo, da família, da lei, do magistrado, e dos profissionais nas decisões sobre uma família. Esta é uma das dificuldades que o psicólogo deve conhecer e aprender a lidar em sua prática. Segundo as autoras, a sociedade pede por justiça de forma rápida, mas os prazos nem sempre condizem com as necessidades dos indivíduos. Por outro lado, apontam as autoras que os prazos processuais têm também a função de proteger a sociedade em seus anseios.

Demais pesquisas que abordam aspectos acerca da interação entre os fenômenos jurídicos e psicológicos ou as implicações da inter-relação dos operadores do Direito e da Psicologia são as de Silva (2005), Costa, et al.(2009), Shine (2009), Lago (2009), Brockhausen (2011) e Silva (2001).

2.2.3 Avaliação Psicológica

No que se refere à Avaliação Psicológica, Shine (2009) realizou um importante trabalho, a tese de doutorado *Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça*. Nela o autor fala sobre a perícia psicológica como um recurso previsto no Código do Processo Civil para instruir litígios processuais em Vara de Família. A avaliação psicológica pericial resulta em um laudo que deve preencher requisitos

formais (técnicos e éticos) para ser aceito como uma prova pericial pelo Direito, e pela Psicologia como um trabalho científico. O autor estudou uma amostra de 31 representações (denúncias éticas) contra psicólogos que produziram laudos no período de 1997 a 2005. A partir das categorias de análise, pôde identificar o motivo da representação, o profissional representado e o que o laudo deve conter para ser considerado um operador de verdade (ter caráter de prova judicial). A partir da análise, concluiu que grande parte da categoria desconhece o trabalho desenvolvido no campo da Psicologia Jurídica, especialmente na Vara de Família. As falhas mais graves consistem nas estratégias de avaliação psicológica equivocadas.

Shine (2009) aponta para uma questão extremamente delicada em relação à avaliação psicológica e à elaboração de documentos escritos que dizem respeito aos aspectos importantes e peculiares aos conflitos de famílias envolvidas em litígios processuais. Alerta também para o risco ético do profissional prescrever encaminhamentos jurídicos (sentenças) como resultado da avaliação psicológica, extrapolando o objeto e objetivo da avaliação psicológica.

Outro trabalho importante de Shine refere-se à sua dissertação de mestrado *Avaliação psicológica para determinação de guarda de criança: um estudo de psicologia jurídica*, defendida em 2002. Trata-se de um estudo sobre a utilização da avaliação psicológica como prova em processos judiciais para determinar a guarda e um levantamento do estado da arte quanto aos procedimentos técnicos entre 1980-2002. Neste trabalho, transformado em livro no ano seguinte com o título *A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos*, Shine (2003) apresenta as especificidades do enquadre da perícia psicológica. Entende que o campo ainda necessita de um modelo conceitual que integre a avaliação psicológica e os critérios para a determinação de guarda. No livro são relevantes as questões sobre quando termina a avaliação e começa o julgamento, apresentando a dificuldade dos profissionais no processo avaliativo.

Maciel (2002) apresenta uma proposta bastante abrangente em sua dissertação de mestrado *Perícia psicológica e resolução de conflitos familiares*. Ele busca caracterizar a perícia psicológica e sua influência na resolução dos conflitos familiares em processos judiciais. O caminho percorrido para buscar as respostas aos objetivos propostos consistiu identificar os procedimentos adotados pelos psicólogos e os principais elementos que compõem a perícia; a caracterização da produção das jurisprudências sobre a perícia psicológica; a compreensão que psicólogos e juízes possuem sobre a importância e a eficácia

da perícia para a decisão judicial. As categorias analisadas foram: verificar a situação anterior ao pedido de perícia psicológica, caracterizar o perito nomeado e verificar a necessidade de assistente técnico, caracterizar as condições motivadoras para o pedido de modificação de guarda, a formulação e a compreensão dos quesitos, caracterizar os principais instrumentos e técnicas utilizados pelos psicólogos e a composição dos laudos. Sobre o entendimento dos juízes, da leitura dos autos foi verificado que a solicitação para a perícia psicológica se dá nos casos como: regulamentação de visitas, modificação de guarda, atentado violento ao pudor, destituição do pátrio poder. Os resultados da pesquisa indicam que são vários os fatores que interferem na prática pericial e na resolução dos conflitos apresentados nas Varas de Família. São destacados, dentre os principais, a identificação da natureza dos conflitos, a manutenção do litígio como forma de vínculo, o entendimento que os psicólogos e juízes fazem da perícia psicológica e as delimitações da função do psicólogo como perito.

Sobre os procedimentos utilizados na prática de Avaliação Psicológica, Silva (2001), Silva (2000) e Castro (2001) se referem ao uso de testes projetivos como importantes ferramentas que possibilitam compreender a personalidade das pessoas avaliadas.

Demais autores que abordam a Avaliação Psicológica, principalmente no que se refere aos processos de disputa de guarda são Shine (1998; 2005), Lago (2008) e Miranda Junior (2009).

2.2.4 Aspectos Psicológicos

Outro assunto presente na pesquisa bibliográfica refere-se aos aspectos psicológicos que incidem sobre os sujeitos – e principalmente sobre as crianças – em processo de disputa de guarda ou separação dos pais, assim como sentimentos que perpassam o processo judicial.

Reis (2005), a partir de sua pesquisa, afirma que as dificuldades relacionais anteriores à separação do casal se repetem e perduram durante o período do processo. Questões de gênero se manifestam mediante concepções do papel de homem e mulher estabelecidos socialmente e tomados pelo Poder Judiciário como verdade. Em meio aos conflitos e discussões a criança é submetida aos efeitos psicológicos dessa disputa. A autora apresenta alguns desses efeitos percebidos pelos próprios pais. Lima (1998) também aborda

os possíveis impactos do processo judicial sobre os conflitos familiares, e principalmente, sobre a vida da criança.

A pesquisa de Brito (2007) *Família pós-divórcio: a visão dos filhos*, aborda a visão dos filhos de casais que entram em processo de separação. Analisou como os jovens adultos que passaram por um processo de separação dos pais percebem as mudanças que ocorreram em suas vidas em decorrência do rompimento conjugal dos genitores. Os resultados da pesquisa apontam que a separação trouxe desdobramentos desagradáveis para alguns filhos. Destaca-se o fato de serem colocados no centro das desavenças, o afastamento de um dos pais, preocupação com aquele com o qual ficou residindo e a dificuldade em aceitar novos relacionamentos dos pais. A pesquisa aponta para a necessidade de fazer uma avaliação diferenciada a respeito dos desdobramentos da separação conjugal para os pais e para os filhos, questão a qual o psicólogo deve estar atendo durante a intervenção com a família.

No artigo *Jogos colusivos nas Varas de Família*, de Silva (2003), a autora aponta para as mensagens emocionais que trazem os processos nas Varas de Família. Afirma que muito além dos pedidos, nos processos estão expressos sentimentos de raiva, revolta, frustração e desejos insatisfeitos próprios da relação conjugal que não deu certo e se perpetuam por meio da relação via processo, trazendo sofrimento para toda a família. A autora aponta que o termo “colusão” foi criado pelo psiquiatra Jürg Wili para conceituar esse jogo neurótico da relação familiar, e afirma que o psicólogo deve estar atento a estas mensagens emocionais para auxiliar as pessoas a encontrarem a melhor solução para os conflitos familiares.

Em um artigo, Shine (1998) aborda os sentimentos presentes nos casos de Vara de Família e como as determinações judiciais são dificultadas por estes sentimentos. Durante o processo de avaliação psicológica realizada pelo psicólogo numa abordagem psicodinâmica, os sentimentos de amor-ódio reaparecem e se relacionam com o processo de separação conjugal. Assim como na pesquisa de Reis (2005) e Silva (2003), o autor aborda as questões relacionais e os sentimentos que perpassam o processo judicial de famílias em litígio.

Demais autores que abordam o assunto são Lago (2009), Souza (2009), Brockhausen (2011) e Silva (2011).

2.2.5 Formação do Psicólogo

As pesquisas sobre a formação do psicólogo que atuam junto às Varas de Família (COSTA et al, 2009; LAGO, et al., 2009; LAGO, 2009; SANTOS, 2005; BERLIM, 2003) se referem principalmente à necessidade de uma formação voltada ao cuidado e à cidadania das pessoas. Na pesquisa de Berlim (2003) e Lago (2009) os profissionais de Psicologia reconhecem uma defasagem nos conhecimentos teóricos e a falta de formação para lidar com a demanda. Berlim (2003) apresenta como principal objetivo identificar as características formativo-profissionais dos psicólogos. Já na pesquisa de Santos (2005) a autora refere-se a comportamentos que os psicólogos deveriam aprender em sua formação para responder às expectativas que os profissionais do Direito têm em virtude das especificidades dos casos. Este posicionamento de Santos (2005) vai de encontro com a crítica feita por Perucchi (2009) a respeito de a Psicologia atuar apenas como uma ciência aplicada e complementar ao Direito.

2.2.6 Construção Histórica

Lago, et al. (2009) com o artigo *Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação* discute os referenciais históricos da Psicologia Jurídica no Brasil, apresenta alguns campos de atuação do psicólogo e as tarefas desempenhadas pelos profissionais em cada um deles. Dentre as principais áreas de interface entre a Psicologia e o Direito reflete sobre: o Direito de Família, o Direito da Criança e do Adolescente, o Direito Civil, Penal e do Trabalho. O texto se propõe a servir como um referencial teórico para disciplinas de Psicologia Jurídica apontando novas possibilidades de atuação e indicando perspectivas.

Outros trabalhos que perpassam algumas questões sobre os referenciais teóricos e a construção histórica da ação do psicólogo na justiça são Berlim (2003) e Costa, et al. (2009).

2.2.7 Temáticas Específicas

Algumas pesquisas abordam diretamente as temáticas específicas de guarda compartilhada, síndrome de alienação parental e falsas alegações de abuso sexual. Lago (2009) apresenta uma revisão teórica abordando aspectos conceituais e históricos sobre estes três temas específicos. Silva (2011), em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Uberlândia *Compreender para intervir: um estudo sobre a prática alienativa nas Varas de Família* busca compreender aspectos relacionados à alienação parental por meio de entrevistas com psicólogos que atuam em Varas de Família, bem como por meio de depoimentos de pais que passaram ou passam por esta experiência em processos envolvendo a alienação parental. A pesquisa de Brockhausen (2011) discute a Síndrome de Alienação Parental pelo viés psicanalítico.

2.2.8 Percepção dos Profissionais

Duas pesquisas do levantamento bibliográfico abordam o assunto da percepção dos profissionais do campo jurídico a respeito do trabalho do psicólogo neste campo. Santos (2005) apresenta uma dissertação de mestrado na qual investiga as expectativas de magistrados e outros profissionais do campo jurídico acerca da atuação do psicólogo jurídico. Ao delimitar o campo na interação entre os fenômenos jurídicos e os psicológicos, a pesquisa *Percepções e expectativas de profissionais do campo jurídico sobre a atuação do psicólogo nesse campo de trabalho* aponta deficiências em relação à formação do psicólogo para atender às necessidades sociais reais. O estudo foi realizado mediante entrevistas com juízes, advogados e promotores acerca da atuação do psicólogo. Já a pesquisa de Maciel (2002) aborda as expectativas e as percepções dos profissionais do campo jurídico acerca do trabalho do psicólogo por meio da análise de processos, identificando o tipo de caso no qual os juízes e os advogados solicitam a intervenção do psicólogo, bem como as jurisprudências e as considerações posteriores à perícia psicológica.

2.2.9 Família Tradicional e Família Moderna

As pesquisas que abordaram este assunto foram as de Reis (2005) e Perucchi (2010). Esta última consiste em um ensaio teórico intitulado *Nos trâmites da lei: uma crítica à perspectiva tradicional da noção de família no âmbito da psicologia jurídica brasileira* que aborda questões relacionadas à concepção de família pelo Direito. A autora aponta que o campo de atuação da Psicologia junto às Varas de Família deve contemplar as múltiplas tensões que constituem as relações familiares. Em certa medida, questiona o modelo de família tradicional.

Diante das poucas pesquisas sobre o assunto, entende-se que é necessário aos profissionais que atuam nessa área voltarem mais suas preocupações e discussões sobre as peculiaridades da família contemporânea. Tendo em vista que se busca uma atuação voltada às finalidades humanas, é preciso conhecer as diferentes configurações e dinâmicas familiares para propiciar a reflexão e a emancipação dos próprios conflitos levados ao âmbito jurídico.

2.3 Conclusão

A partir da pesquisa bibliográfica foi possível observar que, em bases de dados eletrônicas ¹⁴, o número de publicações relacionadas à atuação do psicólogo no Direito de Família é pequeno. Tal constatação indica a necessidade de mais estudos da Psicologia nesse campo.

Um dos fatores que podem ser considerados determinantes para o pouco número de publicações consiste no fato da Psicologia Jurídica ser uma área nova na Psicologia. Ela é reconhecida no Brasil como ciência e profissão há apenas cinco décadas pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que passou a reconhecer a Psicologia Jurídica como uma de suas especialidades em 2001 pela Resolução CFP 02/2001. No entanto, apesar da formalização marcada por esta data, psicólogos no Brasil já atuavam em áreas que hoje são reconhecidas como especialidade da Psicologia Jurídica desde muito antes, como por exemplo, em

¹⁴ As bases de dados eletrônicas pesquisadas foram as consideradas bem conceituadas em pesquisas na área de Psicologia, segundo orientação de Pesquisa em Psicologia, oferecido pela Biblioteca Dante Moreira Leite, do Instituto de Psicologia (USP), em 2012.

instituições penitenciárias. A inserção do psicólogo no Direito de Família se deu antes da formalização do reconhecimento da especialidade, ganhando espaço por meio de discussões entre os profissionais que atuavam na área, inicialmente de maneira voluntária, a respeito de questões pertinentes ao campo e dando contornos à atuação do psicólogo assistente técnico e perito em Vara de Família.

Outro fator que pode estar relacionado ao número restrito de publicações sobre o tema consiste no fato de que, a Psicologia Jurídica não é reconhecida como uma especialidade que deva contemplar a grade curricular dos cursos de graduação em Psicologia de todas as faculdades do país, por meio de uma disciplina específica. Tal situação contribui para que as pesquisas na área acadêmica fiquem quase inteiramente a cargo de pesquisadores que já atuam neste campo, como pode ser observado nas pesquisas relacionadas no levantamento bibliográfico. Somado a isso tem-se o fato de que o cargo de psicólogo ainda não está presente nos Tribunais de Justiça de todo o país.

Vale ressaltar que a categorização da Psicologia em diferentes áreas como escolar, hospitalar, jurídica, etc. deve ser analisada em relação aos possíveis campos de atuação, entendendo que a Psicologia é uma só em sua pluralidade teórica. Com o reconhecimento do campo de atuação no âmbito jurídico, criou-se um mercado de trabalho específico para o psicólogo, e não uma Psicologia diferente.

Os profissionais e pesquisadores de Psicologia relacionados ao campo do Direito de Família levantam questionamentos e aspectos acerca da atuação que puderam ser identificados neste levantamento e organizados em nove tópicos diferentes, compondo assuntos contemplados em mais de uma pesquisa. São eles: possibilidades de atuação e necessidade de repensá-las (em 11 pesquisas); implicações da inter-relação entre os fenômenos jurídicos e psicológicos (em 11 pesquisas); avaliação, perícia e laudo psicológico (em 10 pesquisas); sentimentos que perpassam o processo judicial (em 9 pesquisas); formação do psicólogo (em 5 pesquisas); construção histórica da ação do psicólogo na Justiça no Brasil (em 3 pesquisas); temáticas específicas (em 3 pesquisas); percepções de profissionais do Direito sobre a atuação do psicólogo (em 2 pesquisas); aspectos relacionados à família tradicional ou à formação da família moderna (em 2 pesquisas).

Deve-se considerar que os assuntos presentes nas pesquisas não se esgotam nesses nove tópicos. Trata-se apenas de uma análise possível considerando assuntos que se repetem e são significativos entre as pesquisas deste levantamento bibliográfico. A partir da análise deste levantamento observa-se que a atuação do psicólogo no Direito de Família está em

processo de discussão. A expressividade das pesquisas em apontar e repensar possibilidades de atuação indica um progresso para melhor estruturar a atuação que tenha por objetivo (na perspectiva da maior parte das pesquisas) as finalidades humanas. Neste levantamento, poucas são as pesquisas que problematizam as finalidades jurídicas da inserção da Psicologia no Direito, sendo estas anteriores à Resolução CFP 02/2001. Tem-se, contudo, a busca por finalidades humanas de atuação em meio às finalidades jurídicas às quais a Psicologia Jurídica está inserida.

3 MÉTODO

3.1 Abordagem Qualitativa com Perspectiva Etnográfica

Esta pesquisa consiste em um estudo de caso que utiliza o referencial metodológico da abordagem qualitativa com perspectiva etnográfica conforme apresentam Bogdan e Biklen (1994), Rockwell (1989), Rockwell e Ezpeleta (1989), Delamont (2005), André (2005), Rockwell (2009) e Martins (2011). Tal abordagem apresenta correspondência entre as particularidades e os objetivos desta pesquisa.

Com o objetivo de refletir sobre a atuação do psicólogo junto às Varas de Família, entendi que a abordagem qualitativa com perspectiva etnográfica articula-se com a pesquisa que visa à comunicação da experiência. A partir deste referencial, busquei abordar de maneira crítica a comunicação da experiência de um Serviço de Psicologia em seus aspectos pretendidos enquanto objeto desta pesquisa.

Um dos aspectos da abordagem qualitativa apontados por Bogdan e Biklen (1994) consiste na importância dada ao significado. Nesse sentido, o investigador qualitativo busca apreender as diferentes perspectivas dos sujeitos que atuam em um determinado contexto, tentando compreender o sentido atribuído pelos atores do campo aos diversos fenômenos que estão presentes ou se constituem naquele espaço. No âmbito da Psicologia Jurídica, é possível observar que os significados atribuídos pelos profissionais da área Psi divergem dos atribuídos pelos profissionais de Direito, sendo, portanto, um dos aspectos considerados durante a pesquisa a fim de refletir sobre os desafios de atuação. Como exemplo, tem-se que para o Direito, os conflitos de família ganham sentido no processo judicial, e esse passa a ser o objeto do Direito. Para a Psicologia, os conflitos ganham sentido nas relações entre os indivíduos, e o processo judicial consiste em um meio pelo qual a lide se manifesta, no entanto, os fins da atuação da Psicologia devem estar pautados no cuidado com as pessoas, caracterizando as finalidades humanas da atuação.

O trabalho de campo permitiu uma compreensão da vida cotidiana através da constante observação junto a interpretação, marca significativa da pesquisa com perspectiva etnográfica (ROCKWELL, 1989). Tal enfoque metodológico, de acordo com Rockwell e Ezpeleta (1989) tem “o desafio de apreender analiticamente o que a vida cotidiana reúne”

(p.13), tendo como tarefa básica “documentar a realidade não-documentada” (p.15). No campo judiciário é na realidade cotidiana que os profissionais da Psicologia se deparam com os desafios e possibilidades de atuação e vão construindo o seu papel, considerando nesse processo as dimensões políticas, sociais e culturais em que estão imersos (BRITO, 2012).

Segundo André (2005), o estudo de caso fornece uma visão ampla e integrada de determinada unidade social, possibilita ao pesquisador conhecer situações reais do dia-a-dia institucional em meio a sua dinâmica natural e complexa e tem como foco o conhecimento do particular.

Como características principais do estudo de caso têm-se as múltiplas fontes de informação, de informantes e de situações. Diante destas características, é necessário considerar os diferentes pontos de vista, inclusive a perspectiva do próprio pesquisador e a utilização de um plano de trabalho que possibilite modificações em decorrência das particularidades do trabalho de campo (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo geral:

- Refletir sobre a atuação do psicólogo junto às Varas de Família, a partir da experiência e da perspectiva de profissionais que participaram da implantação de um Serviço de Psicologia em um fórum.

3.2.2 Objetivos específicos:

- Descrever o processo de implantação de um Serviço de Psicologia e dos serviços ofertados à Vara de Família;
- Conhecer as temáticas dos casos encaminhados pela Vara de Família;
- Identificar possibilidades de atuação do psicólogo junto às Varas de Família.

3.3 Caminhos da Coleta de Dados

A partir dos objetivos da pesquisa delimitei a metodologia da coleta de dados, considerando Delamont (2005) acerca da etnografia e observação participante (observação acompanhada de entrevista ou relatos orais, participando o pesquisador das atividades diárias no campo):

- análise documental, que compreende principalmente documentos administrativos do Serviço de Psicologia.

- observação e participação em conversas informais entre os profissionais de Psicologia acerca da atuação e casos das Varas de Família: dúvidas, dificuldades, propostas de atuação, elaboração de laudos psicológicos. Os dados foram coletados entre o período de um ano e nove meses.

- quatro entrevistas individuais semiestruturadas com os profissionais, conforme Roteiro de Entrevista em Apêndice A. As entrevistas foram realizadas de maneira sigilosa em uma das salas de atendimento do Serviço de Psicologia sem intercorrências significativas, em outubro e novembro de 2012. A duração média das entrevistas (gravadas) foi de 60 minutos. Todas foram posteriormente transcritas e armazenadas em local reservado. As gravações eliminadas assim ocorreram conforme acordado no Termo de Consentimento e na Carta de Autorização (Apêndice B e C).

Rockwell (1989) chama a atenção para a importância em não eleger previamente categorias a serem observadas na pesquisa na perspectiva etnográfica, mas estar atento aos detalhes ocorridos no ambiente, pois são eles que dão indícios de relações significativas com o objeto estudado. Nesta pesquisa realizei a observação no ambiente paralelo ao estudo teórico acerca da atuação do psicólogo judiciário, buscando ampliar a visão para identificação de fenômenos que se relacionaram aos desafios da construção do Serviço de Psicologia e da atuação do psicólogo junto às Varas de Família.

Para ampliar o conhecimento acerca deste campo e das temáticas que tem sido motivo de investigação no meio científico no âmbito da Psicologia Jurídica e do Direito de Família, realizei uma pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicas reconhecidas no

meio acadêmico, que possibilitou fazer a correspondência com os dados coletados no trabalho de campo.

3.4 Questões Éticas

Um dos pontos que demanda extremo cuidado nesta pesquisa refere-se às questões éticas envolvidas, mais especificamente em relação ao sigilo acerca da identidade dos envolvidos. Até que ponto é possível discutir a experiência do Serviço de Psicologia em um trabalho acadêmico? É preciso ter **cuidado** para que as pessoas não possam ser identificadas, já que se trata de assuntos que envolvem o compromisso de sigilo profissional e que não podem ser trazidos a público.

As questões éticas neste trabalho estão relacionadas à dimensão do *cuidado*, maneira pela qual busquei caminhar no decorrer de toda a pesquisa em relação às pessoas e materiais aos quais tive contato para realiza-lo. Utilizo a expressão dimensão do cuidado para representar uma atitude, assim como Leonardo Boff:

O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.” (BOFF, 1999, p33.)

A dimensão do cuidado me leva a responsabilizar-me pelas informações que tenho do outro, pela forma de comunicá-las, com respeito e reconhecimento dos limites. Neste trabalho, chamei o serviço, campo da pesquisa, apenas de Serviço de Psicologia, para preservar sua identidade.

Como uma das formas de cuidado optei por não divulgar qual Tribunal de Justiça pertence o Serviço de Psicologia campo desta pesquisa, a fim de preservar de todas as formas possíveis a identidade das pessoas.

Ainda, optei por não identificar as entrevistas no capítulo de análise, para a não identificação dos depoentes. Dessa forma, todas as referências às entrevistas estão citadas como ENTREVISTAS.

Todos os cuidados possíveis foram tomados para evitar expor elementos que pudessem facilitar a identificação das pessoas envolvidas, como nome, apelido, endereços,

nacionalidade, profissão. Foram utilizadas, no entanto, apenas aspectos essenciais para a análise do que se pretendeu abordar nesta pesquisa.

3.5 Caracterização do Campo de Pesquisa: Serviço de Psicologia¹⁵

O Serviço de Psicologia situa-se nas dependências de um fórum localizado na região central da cidade, e é de fácil acesso aos usuários do sistema judiciário. O horário de funcionamento compreende das 12h às 19h de segunda-feira à sexta-feira, ficando aberto ao público das 12 às 18h desde janeiro de 2011. Os atendimentos no Serviço de Psicologia são realizados, portanto, apenas no período da tarde, o que causa algumas dificuldades de agendamento relacionadas ao horário escolar e/ou de trabalho de crianças e adultos atendidos pelo serviço.

O serviço foi formado em 2011 com a chegada de psicólogas que assumiram a nomeação do concurso público para Analista Judiciário – Área de Psicologia. Atualmente o setor conta com a atuação de cinco profissionais da área. Inicialmente foram lotadas na secretaria do fórum, respondendo diretamente à Direção do fórum. Por orientação do diretor, o Serviço de Psicologia daria prioridade às demandas das Varas de Família e Vara da Infância e Juventude.

Entre fevereiro de 2011 e outubro de 2012, o serviço esteve voltado para o atendimento da demanda de todas as varas do fórum (Juizados Especiais Criminais, Varas Criminais, Varas Cíveis, Varas de Família e Vara da Infância e Juventude). Nesse período, os juízes solicitavam avaliação psicológica e demais serviços de Psicologia por meio de um ofício que nomeava o Serviço de Psicologia para realizá-lo.

A partir de outubro de 2012, com uma Resolução do Tribunal de Justiça de 19 de agosto de 2012, as 5 psicólogas foram lotadas na Vara da Infância e Juventude (VIJ), passaram a responder diretamente ao juízo desta Vara, continuaram a atender normalmente

¹⁵ O uso do termo “Serviço de Psicologia” consiste simplificar a denominação fictícia dada ao campo da pesquisa “Serviço de Psicologia do Tribunal de Justiça (SPTJ)”. Por vezes utilizarei o termo “Serviço de Psicologia”, ou apenas “SPTJ”.

toda a demanda das Varas de Família e a atuar nas demais varas apenas em processos que envolvem criança e adolescente¹⁶, ou com autorização do juiz da Vara da Infância.

O setor situa-se fisicamente no interior da cantina¹⁷. Existe a expectativa das servidoras do Serviço de Psicologia de que em 2013 sejam lotadas fisicamente mais próximas da Vara da Infância e Juventude. O espaço almejado é ocupado pela prefeitura, e espera-se que com as mudanças políticas em virtude das eleições de 2012, o município providencie outro local para o serviço que hoje é realizado nas dependências do fórum.

Com a lotação das psicólogas na VIJ, o serviço tem passado por um período de transição. Já foi intitulado nos autos e através de ofícios por no mínimo quatro maneiras distintas, o que caracteriza a indefinição não apenas do espaço físico, mas do lugar institucional ocupado pela Psicologia nesse campo.

¹⁶ Quando esta pesquisa teve início, o SPTJ atuava junto às Varas de Família de maneira similar em todas as varas. A partir da lotação das psicólogas na Vara da Infância e Juventude (VIJ), a atuação do Serviço de Psicologia passou a ser voltada principalmente para a demanda desta vara, com elaboração e execução de projetos específicos nesta vara.

¹⁷ Conforme exposto no capítulo 4: *A construção do Serviço de Psicologia: relato e reflexão sobre uma experiência.*

4 ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO, AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO E A ADAPTAÇÃO

Este capítulo consiste na análise realizada a partir dos dados coletados, tendo em vista os objetivos da pesquisa, com o referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade.

A construção dos dados para a análise se deu principalmente por meio das observações em campo, conversas informais, em conjunto com entrevistas e análise documental. O processo de análise teve início em meio às atividades em campo, guiando o olhar da pesquisadora. As anotações do campo foram retomadas em vários momentos, buscando-se compreendê-las a partir da construção de novas articulações. O material das entrevistas foi lido várias vezes de modo a permitir identificar as questões mais significativas e mobilizadoras. O trabalho com os materiais colhidos nessas diversas fontes pôde ser organizado em três temas principais:

- a construção do espaço,
- as possibilidades de atuação e
- a adaptação.

A escolha da Teoria Crítica da Sociedade permite a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade e as determinações presentes no ambiente social sobre o indivíduo. Essas determinações expressam tendências socialmente dominantes e historicamente construídas. Em nossa sociedade, o Poder Judiciário ocupa lugar de destaque nas determinações do modo de funcionamento das instituições e das relações sociais. Ancorada na psicanálise, a Teoria Crítica da Sociedade possibilita compreender essas tendências dominantes e seus desdobramentos nos processos psíquicos de subjetivação.

Adorno (1995) chama a atenção para a *frieza* presente nas relações sociais, como uma característica importante de nossa sociedade. Para o autor, a frieza está nas relações interpessoais e é determinante para a realização de ações que vão contra os interesses da humanidade. Tais ações são realizadas em muitos casos sob a ameaça da exclusão.

[...] se as pessoas não fossem profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, executando o punhado com que mantêm vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos, então Auschwitz não teria sido possível, as pessoas não o teriam aceito.[...] O que se

chama de "participação oportunista" era antes de mais nada interesse prático: perceber antes de tudo a sua própria vantagem e não dar com a língua nos dentes para não se prejudicar. Esta é uma lei geral do existente. O silêncio sob o terror era apenas a consequência disto. (ADORNO, 1995)

A frieza social tem relação também com a ideologia da racionalidade tecnológica, que busca por certezas, números, relações inequívocas, retirando o lugar da dúvida e da reflexão (CROCHÍK, 2011). Ela está no Poder Judiciário por meio de um aparente progresso do modelo de justiça vigente através das técnicas de exame, dentre elas a perícia psicológica. “A racionalidade técnica dissocia meios e fins e redundante na adoração fetichista de seus próprios meios. Ela não é o triunfo da ‘razão científica’, mas o triunfo do método sobre a ciência. Isso quer dizer que ciência e técnica perdem sua destinação humana (MATOS, 1993, p. 35)”.

Ao longo do capítulo são realizadas reflexões sobre o processo de construção do Serviço de Psicologia e sobre a atuação das psicólogas junto às Varas de Família, a partir da perspectiva das profissionais; a fundamentação na Teoria Crítica da Sociedade dá visibilidade às questões psíquicas e sociais presentes, permitindo que a reflexão avance na concepção de novas possibilidades de ação.

4.1 A construção do espaço

Quando as profissionais foram nomeadas não existia um ambiente físico destinado a esse novo setor. Após serem recebidas pelo juiz diretor, as profissionais foram apresentadas a uma sala no interior do restaurante onde posteriormente configurou-se o SPTJ. Esta sala era parte do restaurante, que foi dividido para aumentar o espaço no fórum, visto que a estrutura não suportava mais salas para receber os novos funcionários aprovados no concurso. Para ter acesso à sala, foi necessário adentrar no restaurante e abrir uma porta localizada entre as mesas. Ao abrir a porta observou-se uma fila com quatro computadores encostados na parede, onde trabalhavam estagiários assessores dos juízes de algumas varas. No restante da sala havia centenas de cadeiras empoeiradas e empilhadas, cuja aparência em nada diferia de um depósito, o que causou certo mal-estar. Este lado da sala fora destinado ao Serviço de Psicologia. Não havia lâmpadas, nem tomadas, e as janelas não abriam. Sem mesas ou computadores, e sem previsão para consegui-los. As primeiras impressões das profissionais ao

iniciarem o trabalho foram um misto da sensação de descaso por parte da instituição, e ansiedade pelo trabalho que seria iniciado. Em entrevista, uma das profissionais refere-se à palavra “caos” ao evocar lembranças dos primeiros dias de trabalho:

Caos! Aquelas cadeiras amontoadas, tinha que limpar. Vi que é assim um trabalho que tava iniciando, que ia exigir toda uma construção e uma conquista de espaço. O primeiro lugar que a gente foi parar era ali num cantinho de uma sala que era dividida com uma sala junto com os assessores dos juízes né, e aí foi aquela coisa, a gente ter que ir arrumando o espaço físico, ir estudando e pensando o que era essa situação essa atuação profissional, o que é que era, o que é que não era, achar uma identidade também. Acho que era tudo isso né. Foram as primeiras impressões (ENTREVISTAS).

O início do trabalho, portanto, foi o de conquistar e organizar o espaço em todos os sentidos, o espaço físico e de relações, em busca de dignidade para trabalhar, que pudesse garantir o sigilo ético de atuação. Foram retiradas as cadeiras daquele grande depósito, deixando apenas o suficiente para compor o SPTJ. As profissionais foram ao depósito oficial do fórum, onde era guardado o mobiliário em desuso, alguns por defeito outros porque eram antiquados e haviam sido substituídos por móveis novos, e escolheram mesas, armários e estantes para utilizarem, o que deu aspecto de ambiente de trabalho àquela grande sala. Neste mesmo depósito, vários móveis eram novos, e ao questionarem a possibilidade de utilizá-los, as profissionais foram informadas de que aqueles estavam reservados para a chegada de novos juízes. A maneira como o psicólogo é visto pelos juízes ganha visibilidade no espaço físico destinado às profissionais, que remete ao julgamento desigual que perpassa essa situação. O juiz é superior não só ao psicólogo como a qualquer outro profissional que atue no fórum. Ele recebe explicitamente melhores condições de trabalho que o psicólogo, desde o espaço físico, ao material de trabalho, além das relações que estabelece institucionalmente.

Nesse contexto é possível remeter às relações de poder, conforme as analisa Foucault. Os indivíduos na sociedade exercem o poder de variadas formas e situações, hora dominando, hora sendo dominado. Para Foucault (1999 apud BRITO, 2010, p.1)

[...] o poder é uma relação de forças que se encontra presente, e em constante movimento, em todos os espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, gerando tensões que se expressam em toda relação. A resistência comparece, então, como parte constitutiva dessa relação, pois ela está sempre presente, e se configura como o grito do descontentamento anunciando o exercício da liberdade.

As relações de poder estabelecidas no fórum estão explicitamente implicadas no poder que o juiz exerce sobre todos os outros servidores do judiciário. O psicólogo é visto no fórum não apenas como um subordinado ao juiz; existe uma desigualdade que vai além da relação de autoridade, podendo ser percebida na construção do espaço uma relação de inferioridade do psicólogo, submetido a condições de trabalho desrespeitosas diante da profissão, em comparação, por exemplo, à preparação da instituição para a chegada de novos juízes.

À medida que as profissionais escolheram os móveis velhos, também limparam e organizaram. Buscaram encontrar a melhor forma de dispô-los no ambiente, levando em consideração o fato de que a grande sala seria dividida com os estagiários, sem nenhuma parede que separasse os dois ambientes. Em meio à organização física, apresentaram-se aos juízes, como um serviço no início de sua organização, mas que em breve passaria a atender a demanda de Psicologia. Que demanda seria esta pouco sabiam as psicólogas, menos ainda os juízes para os quais elas se apresentaram.

Imprevisto. Porque parece que a gente fez tudo assim no imprevisto, não tinha sala, era uma bagunça, ninguém conhecia a gente, a gente tinha que ficar indo em bando, em cinco, em quatro batendo à porta e ficar divulgando o serviço que a gente mesmo não sabia muito bem o que era. A gente falava "olha, a gente tá aqui!", "o que a gente pode ajudar a fazer, se a gente não sabe muito bem? Mas manda que a gente tá construindo", então me veio essa palavra, imprevisto. Não tinha ninguém pra receber a gente, não tinha ninguém que dissesse o que a gente ia fazer. Passasse qual era o trabalho. Sempre que você chega num serviço, tem alguém mais antigo que vai te passar qual é a sua função. Não tinha (ENTREVISTAS).

Por aproximadamente pouco mais de um mês as psicólogas não tiveram onde realizar os atendimentos. A proposta do juiz diretor do fórum era que atendessem nas salas de audiência, o que foi considerado inadequado pelas quatro psicólogas, porque o ambiente não assegurava as mínimas recomendações éticas da profissão no que se refere ao atendimento à população.

Mesmo assim, na única oportunidade em que tentaram reservar um horário para usá-la, ao chegarem no local, encontraram-na ocupada. Foi então descartada a possibilidade de utilizá-la como sala de atendimento, entendendo as profissionais que não seria ético submeter o usuário a situações como esta, sem a garantia de sigilo, e correndo o risco de não ser atendido no dia e no horário marcados por falta de controle quanto ao uso daquele espaço.

Segundo o artigo 3º da Resolução CFP Nº 002/87 que institui o Código de Ética do psicólogo, é seu dever: “[...] em seus atendimentos, garantir as condições ambientais adequadas à segurança da(s) pessoa(s) atendida(s), bem como a privacidade que garanta o sigilo profissional” (CFP, 1987).

Durante aproximadamente dois meses, um único computador foi dividido entre as quatro psicólogas. O equipamento era ligado por um fio de extensão que se conectava a um interruptor localizado no lado da sala destinado aos estagiários assessores dos juízes.

No final de março de 2011, os estagiários que ocupavam a sala foram acompanhar os juízes em seus gabinetes. Então, rapidamente, antes que surgissem novos estagiários, as psicólogas tomaram conta do espaço, pois aquele era o único lugar no qual havia tomadas. Dispuseram então os armários e as estantes de maneira a formar uma semi-sala na qual passaram a atender. Ali ficaram apenas profissionais de Psicologia, o que assegurava minimamente o sigilo e permitia o controle quanto aos horários de atendimento. Não eram condições ideais, mas muito superiores à experiência relatada por profissionais que iniciaram a atuação em outras comarcas do próprio estado, e em outros estados, conforme relata Brito et. al. (2002).

Cerca de 3 meses depois, foram instaladas divisórias, e a grande sala foi repartida em duas salas de atendimento (uma menor, utilizada para o atendimento infantil, e outra para atendimento adulto e em grupo), além de um espaço para reuniões e para as mesas e computadores.

Como não havia saídas para a instalação de ar-condicionado, nem janelas, tampouco tomadas para ligar ventiladores, as divisórias não iam até o teto, e a acústica não era a ideal. Para amenizar o problema, no momento dos atendimentos eram colocadas músicas nas caixinhas de som do computador para possibilitar o atendimento em duas salas, simultaneamente.

Em 2012, novas modificações na estrutura física aconteceram.

Atualmente permanecem duas salas de atendimento, mas as divisórias vão até o teto, o que permite menos interferência sonora entre elas. Além disso, cada uma conta com uma saída de ar condicionado.

Permanece o espaço em que ficam as mesas das profissionais, cinco computadores e a mesa de reuniões. Um aspecto positivo é a vista agradável que tem o Serviço de Psicologia. Uma das paredes da sala é composta, em grande parte, por vidro, e por ser

localizada no terceiro andar do fórum, permite a vista para a cidade e para o pôr do sol que acontece antes do final do expediente.

Foi possível observar que o fato da sala se localizar dentro do restaurante causa alguns constrangimentos, tanto às profissionais, por diversos fatores, quanto aos usuários do serviço, que se submetem à exposição do grande número de pessoas que frequentam o restaurante.

Soma-se a isto o fato da população carente – preocupa principalmente as crianças – terem à disposição de suas vistas refeições e guloseimas as quais muitas vezes desejam e não podem pagar. Por vezes, acabam pedindo aos funcionários da cantina, ou às pessoas sentadas às mesas. Estes fatos foram formalmente informados pelas profissionais, que solicitaram providências para atenderem em um local mais adequado, tendo as mesmas sido informadas da indisponibilidade de outros locais no fórum.

Atualmente existe a expectativa de um ambiente mais adequado nas dependências do fórum e das profissionais receberem material de trabalho para os atendimentos psicológicos, o que inclui mobiliário infantil, brinquedos, lápis de cor, giz de cera, jogos terapêuticos e testes psicológicos, entre outros.

Em pesquisa realizada por Leila Maria Torraca de Brito, no Rio de Janeiro, em 1992, sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família, foi destacado como um dos resultados *O exíguo espaço físico* no qual estavam instaladas as Varas de Família do Palácio da Justiça do Rio de Janeiro. Nesta época, o TJRJ não contava com cargo de psicólogos; a atuação era realizada por assistentes técnicos, psicólogos em suas clínicas ou em desvio de função (BRITO, 1993, p.96). As condições físicas apontaram a pouca estrutura que ainda hoje pode ser identificada em muitos fóruns pelo país.

Dez anos depois da pesquisa, Brito, et.al. (2002) em uma comunicação de pesquisa, publica *Que lugar é esse? Sobre Psicólogos nas Varas de Família*, e aponta novamente algumas questões referentes ao espaço físico, agora diretamente ligado àquele destinado ao psicólogo na estrutura do fórum, tendo em vista que o primeiro concurso a abrir vagas para o cargo de psicólogo no Poder Judiciário do Rio de Janeiro foi em 1998, com alguns destes lotados nas Varas de Família.

A pesquisa faz referência a alguns autores do estado de São Paulo (RAMOS e SHINE, 1994), no qual o primeiro concurso para o cargo de psicólogo no Tribunal de Justiça ocorreu em 1985. Eles indicam que o espaço destinado ao início do novo setor foi “a cozinha,

a garagem, ou o vão embaixo da escada, possibilitando uma série de deduções” (BRITO, et.al., 2002, p.1).

Assim como em São Paulo, a pesquisa aponta que no Rio de Janeiro, o local destinado à equipe de psicólogos para instalar o setor de Psicologia foi “a cozinha, a garagem do prédio, ou ainda o antigo depósito de material de limpeza” (BRITO, et.al., 2002, p.2).

É possível observar que por mais de vinte anos, analisando entre o primeiro concurso para o cargo de psicólogo no Tribunal de Justiça de São Paulo (1985) e o concurso que aprovou as profissionais do Serviço de Psicologia campo desta pesquisa, o psicólogo é submetido a condições de trabalho que o colocam em posição desigual enquanto profissional do Poder Judiciário.

Na perspectiva dessa desigualdade, o psicólogo é posto como um profissional inferior, haja vista que a cozinha, a garagem e o depósito têm as suas finalidades, porém, se distanciam infinitamente das finalidades de atuação do psicólogo no Poder Judiciário, sendo tais locais inadequados à sua atuação.

Não é por acaso que isso se repete em lugares e momentos distintos. A dimensão social e as determinações presentes na cultura levam a essa repetição. O exercício profissional no campo da Psicologia é ocupado predominantemente por profissionais do sexo feminino (CASTRO e YAMAMOTO, 1998) e, historicamente, na questão de gênero, as mulheres ocupam um lugar secundário no trabalho. Embora haja modificações nesse cenário de dominação masculina, as mudanças para a dissolução da desigualdade de gênero no trabalho avançam “dois passos adiante, um atrás” (Desigualdade [...], 2012, p.1).

Durante a permanência no campo desta pesquisa, foi observado que a sala do Serviço de Psicologia foi analisada para servir como gabinete para os juízes (haja vista o belo panorama que a sala proporciona e a vantagem de ser um dos únicos locais na estrutura do fórum no qual o ar condicionado funciona bem). Porém, a ideia foi descartada tendo em vista que nenhum juiz se submeteria a ficar em uma sala cuja porta fosse no meio do restaurante e tivesse cheiro de gordura e comida durante todo o horário de expediente. Essas considerações demonstram condições profissionais desiguais, nas quais as psicólogas são subordinadas a trabalharem “na cozinha”.

A construção do espaço, portanto, vai além das dimensões físicas que o compreendem. Está implicada na construção de relações no ambiente institucional. A repetição da maneira com a qual o psicólogo é recebido pelo Poder Judiciário, em estados e

épocas distintas, demonstra que este é um espaço que o psicólogo vem tendo que construir em cada local que chega, da maneira que pode e com pouco apoio institucional.

No entanto, devido à dimensão social e cultural que compreende esta situação, esta repetição ocorre como um dos desdobramentos do modo de organização social, no qual o juiz é a autoridade máxima, e nenhum outro profissional pode chegar a um lugar de igualdade com ele.

É possível estabelecer uma comparação entre o poder do médico e o poder do juiz na sociedade. O médico psiquiatra Jurandir Freire Costa, em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar*, de 1979, faz uma análise do surgimento do movimento de *medicalização das famílias*. Ele busca conhecer e entender quando e como se deu “a expropriação por técnicos da competência dos adultos por criar seus filhos” (COSTA, 2009, p.1). Em entrevista à *Revista de História*, Costa afirma que antes do seu trabalho, historiadores e sociólogos brasileiros já haviam descrito tal mudança na vida das famílias, nas quais o médico passa a ser a autoridade máxima e a estabelecer as normas na família. Esta mudança pode ser entendida a partir da linha de análise dos micropoderes, conforme preconiza Michael Foucault (COSTA, 2009).

Historicamente, assim como os médicos passam a ser a autoridade nas famílias, é possível comparar o lugar do juiz na família; ele representa a autoridade máxima e passa a estabelecer as normas no seio familiar e na sociedade. Semelhante ao movimento de *medicalização das famílias* (COSTA, 2009), entende-se também o processo de *judicialização da vida*. O juiz, de maneira superior aos médicos, tem o poder de estabelecer normas que devem ser cumpridas sob a pena da lei.

Por mais comprometido e bem intencionado que o psicólogo esteja, ele não vai chegar a um lugar de igualdade com o juiz, consequência do modo de organização social.

Insuficientes têm sido as discussões e as orientações dos órgãos representantes da categoria sobre a exposição dos profissionais às condições institucionais às quais o psicólogo é submetido no Poder Judiciário.

Levar a experiência dos profissionais para a discussão aos órgãos da categoria, que têm maior poder de diálogo junto ao Poder Judiciário, e sinalizar a inadequação ética das condições do exercício da profissão, consiste em uma das vias para mobilizar a instituição contratante quanto à necessidade de oferecer condições mínimas necessárias ao trabalho do psicólogo.

A pouca interferência fiscalizadora e orientadora do Conselho Regional de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia, somada à desorientação e ao despreparo do Poder Judiciário para a chegada dos profissionais de Psicologia na instituição, refletem na maneira com que as profissionais buscam enfrentar essa situação, concentrando seus esforços em se adaptar ao campo, e superar as condições adversas, quando possível.

4.2 As possibilidades de atuação

A atuação das profissionais do Serviço de Psicologia no Direito de Família consiste na realização de Avaliação Psicológica ou Perícia Psicológica que tem início a partir de determinação dos juízes das Varas de Família. A atuação é permeada por algumas intervenções e encaminhamentos que as profissionais consideram pertinentes em cada caso.

No início da construção do serviço as profissionais demonstraram preocupação constante com relação à atuação. Ao serem nomeadas, entraram em exercício sem orientações sobre atribuições do cargo. Não houve questionamentos das mesmas acerca de iniciarem o trabalho sem nenhuma orientação por parte do Tribunal de Justiça quanto à demanda a ser atendida e o trabalho no fórum. As profissionais aguardavam algum tipo de orientação ou capacitação proveniente do tribunal sobre a atuação do psicólogo no ambiente jurídico.

Olha, o projeto de implantação pra nós, no começo foi muito complicado, porque não tinha ninguém pra orientar. Não tinha um coordenador, um responsável por todas as profissionais que estavam assumindo naquele momento, e nenhuma também tinha experiência na área jurídica. Então nós fomos tentando nos organizar por nós mesmas, como seriam distribuídos os casos, qual atenderia, no atendimento, por exemplo, em uma avaliação, como seria isso, quantas entrevistas, usa o teste, não usa o teste, que forma a gente vai trabalhar, então isso a gente foi, através de leitura e de discussões e da prática. Porque faltou não ter ninguém pra coordenar e ninguém tinha experiência, pra implantar através de como era feito em outros lugares, o que tem, o que não tem, então foi assim, e o que deixou a dificuldade grande foi também essa questão de não estar delimitado. A princípio quando formou o *Serviço de Psicologia*, nossa atribuição seria atender a demanda de qualquer juiz, de qualquer vara, priorizando Família e Infância, mas como nós não sabíamos o que ia aparecer mais, o que não ia, então a gente foi lendo de Família, lendo de Infância, lendo de outros tribunais como funcionam, então foi algo que, aí é fazendo, acredito que muita coisa aconteceu em um ano, mas hoje ainda é algo que está em processo de construção, não é algo que tá formatado (ENTREVISTAS).

No Serviço de Psicologia, das cinco profissionais atuantes, 100% não tiveram experiência profissional prévia com Direito de Família. Em relação à formação acadêmica, 60% fizeram durante a graduação curso opcional de curta duração sobre Psicologia Jurídica e/ou atuação do psicólogo no Direito de Família. Brito et.al (2002) aponta situação semelhante quanto a preocupação e reivindicação dos profissionais que iniciaram o trabalho de Psicologia no Direito de Família no TJRJ, afirmando que dos 14 profissionais entrevistados na pesquisa, 71% não apresentavam nenhuma experiência na área, solicitando aperfeiçoamento profissional.

As profissionais do Serviço de Psicologia foram recebidas pelo Diretor do fórum, o qual lhes deu a instrução de que deveriam fazer o que fosse solicitado pelos juízes, afirmando ele próprio não conhecer qual seria o trabalho a ser realizado pelas profissionais. A situação apresentada consistia na ocupação de vagas, para as quais o chefe direto não conhecia as atribuições, as profissionais não tinham conhecimento específico do cargo, nem espaço físico ou material de trabalho. Tal situação relaciona-se ao descaso à população a que o setor público remete, e ao despreparo do Poder Judiciário para a implantação do Serviço de Psicologia.

Diante desta realidade, as psicólogas passaram a buscar em livros e artigos material que pudesse norteá-las em relação a atuação do psicólogo nesse campo. A única referência oficial que dispunham ao iniciarem o trabalho consistia nas Atribuições do Cargo constantes no edital do concurso público.

De acordo com o Art. 4º, § 1º do Código de Ética no que tange às relações com as instituições, o psicólogo “atuará na instituição de forma a promover ações para que esta possa se tornar um lugar de crescimento dos indivíduos, mantendo uma posição crítica que garanta o desenvolvimento da instituição e da sociedade” (CFP, 1987). Nesse sentido, todas as psicólogas apresentaram preocupação com uma atuação crítica, e a partir das indicações descritas no edital do concurso público, algumas profissionais passaram a pensar nas atribuições, discutindo o que poderia ser e de que maneira poderia se dar cada uma delas e como poderia ser uma postura crítica nesse meio. Tal preocupação sinaliza uma formação profissional preocupada com as finalidades humanas de atuação, uma vez que problematizar e analisar de maneira crítica a própria ação demonstrou o esforço das profissionais em compreender quais as contribuições da Psicologia, no campo do Direito, para os usuários do Poder Judiciário. Muito embora algumas ações, em determinados momentos, explicitaram a

preocupação em relação a quais as contribuições da Psicologia enquanto técnica a serviço do Direito.

Embora nenhuma das profissionais tenha apresentado experiência prévia com a Psicologia Jurídica ou o Direito de Família, algumas apresentam experiência profissional no setor público, o que auxiliou no início do exercício em relação aos procedimentos administrativos e técnicos, relacionados ao fazer da Psicologia. As experiências foram sendo somadas e estruturando as atividades do setor. Um dos primeiros instrumentais elaborados para entrevista psicológica em processo judicial de Vara de Família teve por base e por título a *Anamnese Psicológica*, pois fazia parte de um instrumental conhecido de uma das profissionais a partir da sua experiência com Saúde Mental em ambulatórios. Outros instrumentos foram elaborados, a partir de leituras na área em conjunto com as experiências profissionais, para fazer parte do trabalho desenvolvido.

Foi possível observar que a elaboração de alguns modelos instrumentais foi motivada pelo aumento da demanda, verificada a necessidade de aprimorar técnicas que dinamizassem o trabalho, e ao mesmo tempo garantissem as condições necessárias ao atendimento adequado das pessoas. Os modelos passaram a auxiliar os atendimentos iniciais em processos de Varas de Família, com adaptações necessárias a cada caso. Em grupo ou de maneira individual tal instrumental passou a ser revisto e refeito em momentos diversos da atuação, conforme surgiam novas temáticas.

Ao buscar discussões atuais e relevantes sobre a Psicologia no judiciário, um dos documentos encontrados e estudados pelas profissionais no início da implantação do Serviço de Psicologia consiste nas *Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família* (CFP, 2010), cuja fundamentação teórica versa tanto sobre clássicos como materiais recentes em Psicologia Jurídica. O documento aborda temas que vão ao encontro das dúvidas, receios e inquietações durante a prática de psicólogos que iniciam a atuação nesse campo. Muitos dos temas são abordados por meio de questionamentos, como reflexões que os profissionais na prática devem fazer constantemente.

No campo específico do trabalho nas Varas de Família, pode-se indagar quais seriam as atribuições do psicólogo e como os conhecimentos atuais da Psicologia podem ser empregados nesse contexto. Estas são questões que, [...] devem ser formuladas pelo profissional ao iniciar sua atuação na área, possibilitando que sejam traçados planos e metas de trabalho” (CFP, 2010, p.14).

A busca por leituras que envolvessem técnicas de atuação apresentou-se maior do que as que proporcionavam uma reflexão sobre a Psicologia no campo do Direito, tornando-

se, estas, leituras isoladas. Esta postura é contraditória quando se pensa em profissionais que buscam uma atuação crítica. No entanto, as técnicas utilizadas eram discutidas a partir de questionamentos sobre quais as possíveis consequências para a criança que é submetida ao processo de perícia psicológica, como as técnicas utilizadas poderiam produzir efeitos positivos para os envolvidos, e auxiliar as pessoas em meio a seus conflitos, tendo também a função de responder ao magistrado sobre a situação psicológica que envolve os conflitos de família.

Diante da situação de construção de um serviço para o qual nenhuma das profissionais demonstrou experiência prévia, passaram a responder à demanda solicitada pelo juiz, que consiste em avaliação psicológica. Nomeadas para a referida avaliação, com ou sem quesitos formulados por advogados ou assistentes técnicos, as psicólogas passaram a se deparar com suas atribuições à medida que surgiram os processos para o setor.

As atribuições? Acredito que nossa atribuição, os pedidos que vêm a nós, é pra fazer uma avaliação, geralmente, na maioria dos casos, em relação à disputa de guarda, ou regulamentação de visitas, mas a maioria eu acredito que seja a guarda, e a atribuição seria avaliar as condições dos genitores, e qual seria o guardião mais adequado a permanecer com a guarda daquela criança, então sempre prevalecendo qual seria o melhor interesse da criança, a gente vai ver a responsabilidade de um genitor e do outro, ou de uma guarda compartilhada, a maioria dos pedidos vem no sentido de dar uma resposta a essas perguntas, de fazer realmente uma avaliação [...] (ENTREVISTAS)

As Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família, e as atribuições dadas a partir das determinações para a avaliação psicológica, foram delineadores para iniciar a atuação. Um dos documentos que a nortearam foi a Resolução CFP Nº 008/2010 que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito¹⁸ e assistente técnico¹⁹ no Poder Judiciário.

Art. 1º - O Psicólogo Perito e o psicólogo assistente técnico devem evitar qualquer tipo de interferência durante a avaliação que possa prejudicar o princípio da autonomia teórico-técnica e ético profissional, e que possa constranger o periciando durante o atendimento.

Art. 2º - O psicólogo assistente técnico não deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e

¹⁸ Os peritos são profissionais nomeados pelo juiz ou oficialmente constituídos por concurso público para realizarem a perícia. Têm entendimento técnico do assunto e oferecem sua verificação e interpretação dos fatos, emitidos através do laudo. Schaefer et. al. (2012).

¹⁹ Assistente Técnico é o profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões do psicólogo perito, elaborando quesitos que esclareçam pontos não contemplados ou contraditórios, identificados a partir de criteriosa análise (CFP, 2010).

vice-versa, para que não haja interferência na dinâmica e qualidade do serviço realizado.

Parágrafo único - A relação entre os profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, cada qual exercendo suas competências, podendo o assistente técnico formular quesitos ao psicólogo perito.

Art. 3º - Conforme a especificidade de cada situação, o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

Art. 4º - A realização da perícia exige espaço físico apropriado que zele pela privacidade do atendido, bem como pela qualidade dos recursos técnicos utilizados.

Art. 6º - Os documentos produzidos por psicólogos que atuam na Justiça devem manter o rigor técnico e ético exigido na Resolução CFP nº 07/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes da avaliação psicológica.

Art. 7º - Em seu relatório, o psicólogo perito apresentará indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o Juiz na solicitação realizada, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar nas decisões, que são exclusivas às atribuições dos magistrados.

Considerando a necessidade de estabelecimento de parâmetros e diretrizes que delimitem o trabalho dos psicólogos no contexto da perícia, o Conselho Federal de Psicologia elaborou e publicou a Resolução CFP Nº 017/2012 que dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos. Resolve no Art.1º que “A atuação do psicólogo como perito consiste em uma avaliação direcionada a responder demandas específicas, originada no contexto pericial” (CFP, 2012). Dessa forma, durante o processo de Perícia o profissional fica restrito à avaliação da demanda específica, o que dificulta, em alguns momentos, a atuação das profissionais do Serviço de Psicologia.

[...] da Vara de Família teve uma época que me deixou bastante frustrada, por questão das avaliações limitar tanto o trabalho pra fazer algo maior em relação a auxiliar aquela família a resolver aquele conflito e chegar ao acordo junto, superar aquela dificuldade real mesmo, não apenas avaliar como é o pai, como é a mãe, ter essa postura só avaliativa. Na medida do possível, com relação às estratégias, quando eu vejo que dá pra eu desenvolver o trabalho que eu acredito pra cada caso, eu procuro desenvolver (ENTREVISTAS).

A partir das considerações de todas as profissionais que atuam no Serviço de Psicologia, dentre as temáticas que envolvem os casos de Vara de Família atendidos pelo serviço durante o período desta pesquisa estão presentes:

- disputa de guarda por casais separados;

- regulamentação da guarda de filhos, por pais separados e não separados, para evitar problemas futuros;

- regulamentação de visitas;
- guarda compartilhada;
- alienação parental;
- abuso sexual e suspeita de abuso sexual;
- violência doméstica;
- negativa de paternidade;
- estudo social para fins de alimentos²⁰;
- solicitação de guarda por avós.

Estes são temas que aparecem explicitamente nos autos. Durante o processo de avaliação psicológica também estão presentes as temáticas: homofobia e mágoas da separação. Todas estas temáticas específicas de atuação são abordadas na literatura sobre atuação do psicólogo junto às Varas de Família, como pode ser observado na pesquisa bibliográfica, sendo que as profissionais do Serviço de Psicologia recorrem à literatura já existente, e às discussões de caso entre elas para lidar com os desafios pertinentes a cada situação.

Dentre as questões subjetivas que envolvem os processos analisados pelo Serviço de Psicologia é comum encontrar pessoas que não conseguem resolver os seus conflitos e delegam ao judiciário a função de julgar o que devem fazer. Conferem poder ao judiciário para as decisões de suas vidas, exaltando o processo de judicialização da vida. Abrem mão do direito de decidirem por elas mesmas para formalizarem o litígio. Entram em um processo que as deixam presas não apenas ao conflito, como à disputa litigiosa, que em geral aumenta o conflito. Para fins de produção de prova, é determinada a avaliação psicológica.

Segundo as Referências Técnicas para a atuação do psicólogo em Vara de Família, durante a atuação “Cabe aos profissionais buscar avanços que possam ir além do aperfeiçoamento dos métodos de exame e avaliação das pessoas, direcionando o sentido do trabalho para a consolidação dos direitos humanos e da cidadania” (CFP, 2010, p.16). Durante as entrevistas foi possível verificar que as profissionais identificam e refletem sobre as possibilidades de atuação junto às Varas de Família que vão além da perícia.

²⁰ Apesar do Estudo Social ser feito por profissional do Serviço Social, alguns pedidos são encaminhados ao Serviço de Psicologia. Após esclarecimento sobre a impossibilidade de realiza-lo, o serviço coloca-se à disposição para realizar Avaliação Psicológica.

[...] eu particularmente gostaria de fazer mais, trabalhar num processo mais de mediação, de sentar, provocar os próprios casais, em algum acordo, trabalhar mais a questão da mediação das relações aqui, mas ainda é algo que a gente só faz um caso ou outro quando há uma abertura, a maioria dos pedidos é pra avaliar mesmo (ENTREVISTAS).

[...] acho que a gente precisaria de um trabalho mais amplo, em grupo, desenvolver projetos mesmo, algo mais amplo, trabalhar guarda compartilhada, fazer um trabalho que envolva a percepção nessas dificuldades de visitas, fazer um trabalho que dá pra refletir sobre essa temática, mas como ainda não chegamos a tanto, o que eu procuro fazer é em cada caso particularmente tentar ir até onde acho que dá pra ir, [...] Também a gente já conversou com o juiz específico, propondo um trabalho diferente, [...] um plano de trabalho pra fazer acompanhamento, [...] ainda assim nos casos específicos não se efetivaram, por outras questões burocráticas, mas dá pra ter essa abertura, que se você se propuser a fazer um atendimento diferente, o juiz que julga o caso, só que tem outros que não tem essa abertura, só quer a avaliação e às vezes dá um prazo de 15, 30 dias, que pra nós não dá pra fazer um trabalho diferenciado [...] (ENTREVISTAS).

Então ele tinha um trabalho de, atender a pessoa e compreender a demanda, que a demanda que vinha muitas vezes não era uma demanda jurídica. Então ele fazia o trabalho de discriminar o que que era uma demanda jurídica e o que era uma demanda que ia pra além do jurídico. E de trabalhar com estas pessoas antes delas ..., antes do processo mesmo. Um trabalho interessante (ENTREVISTAS).

[...] uma das ideias que a gente teve foi fazer palestra ou alguma coisa mais informativa pra essas pessoas, que é mais abrangente também. Não só o que o juiz sente a necessidade. O que a gente poderia estar contribuindo então para essas pessoas que estão vindo junto as Varas de Família, considerando as dificuldades que aparecem, o que isso gera nessas relações, nesses conflitos, o que isso gera pras crianças. Algumas coisas que talvez a gente pudesse estar acrescentando, [...] que eu acho que também poderia ser uma atribuição do psicólogo. Só que até agora não é algo que a gente chegou e não sei se a gente vai chegar a trabalhar dessa forma ou não e o que a gente vai desenvolver ainda. Outra coisa que foi tentado e que eu fico tentada a fazer é tentar fazer algumas intervenções no sentido de estar entendendo melhor esse conflito, as pessoas entenderem melhor e de repente poder diminuir um pouco o conflito. (ENTREVISTAS)

Das possibilidades de atuação identificadas pelas profissionais, para além da perícia, estão:

- discriminar e refletir com os usuários sobre as demandas jurídicas e as que vão para além do jurídico;
- atendimento de demanda espontânea, a fim de orientar sobre dificuldades da separação e da guarda dos filhos;
- trabalho de mediação dos conflitos;
- palestras para os usuários da Vara de Família que apresentam litígio em relação à guarda ou à regulamentação de visitas dos filhos/netos para tratar das possíveis consequências do litígio para a criança;

- trabalho em grupo para apresentar e refletir sobre as temáticas de guarda compartilhada e as dificuldades relacionadas às visitas;
- acompanhamento dos casos por um prazo maior do que o determinado para realizar a avaliação.

As possibilidades apresentadas pelas profissionais mostram finalidades humanas da atuação do psicólogo junto às Varas de Família. Todas estas possibilidades estão voltadas para auxiliar as pessoas em seus conflitos, e torná-las mais conscientes de suas potencialidades em relação a resolverem as dificuldades que se apresentam como desdobramentos da dissolução do casamento, dentre outros eventos de família. Neste tipo de atuação, o auxílio aos usuários se sobrepõe ao auxílio aos juízes para a tomada de decisões. Consiste em um processo no qual a judicialização dos conflitos familiares deixa de ser exaltada, para buscar a apropriação da capacidade de reflexão e tomada de decisão pelos usuários em relação aos seus conflitos.

A judicialização da vida consiste em um produto dos desdobramentos de um modo técnico de pensar. Retira-se a experiência dos indivíduos, ela é desapropriada, perdendo estes a possibilidade de reflexão sobre suas vidas. No Direito de Família, os interesses antagônicos do casal ficam expostos no processo judicial, e no processo de avaliação psicológica, o que acirra ainda mais o conflito. O psicólogo tem a possibilidade de exercer nesse contexto uma função emancipatória, que se relaciona com a capacidade de um modo crítico de pensar estes conflitos, leve as pessoas a se apropriarem e refletirem sobre o próprio conflito, e o fato de o levarem à esfera jurídica.

Nesta pesquisa, mais do que identificar possibilidades de atuação que podem ser verificadas em outras pesquisas, surgiu a possibilidade de analisar a seguinte questão: por que essas e outras possibilidades de atuação presentes na literatura não são realizadas no Serviço de Psicologia? Durante as entrevistas, diante da pergunta sobre quais as condições necessárias para que pudessem ocorrer as possibilidades consideradas adequadas à Psicologia no campo do Direito de Família, as profissionais apresentaram respostas que individualizavam o conflito, como por exemplo, a necessidade de que uma das profissionais se dispusesse a assumir esse trabalho mais amplo e o número pequeno de pessoas para realizá-lo. Também foi apontada a dificuldade de mostrar para os juízes que o trabalho da Psicologia poderia ter outra ênfase que não apenas o auxílio ao magistrado.

Eu acho que deveriam ter profissionais...nem sei quantas, quem, nem como...mas profissionais que sejam responsáveis por tal projeto, [...], acho que essa é uma condição, porque eu acho que ninguém se responsabiliza, ao mesmo tempo em que a função é de todos, fica muito vago, quem vai implantar realmente, então delimitar isso, eu acho que teria que ter...buscar uma parceria com os juízes, explicar, elaborar um projeto e levar ao conhecimento dele, porque com essa parceria, fica bem mais fácil desenvolver o trabalho também, você vai mediar um caso ou outro, tentar trabalhar uma guarda compartilhada ou outra, mas há trabalhos que tem que ter a parceria dos juízes, tem que discutir, saber melhor a opinião dele sobre essas temáticas. Acho que às vezes a gente busca pouco isso, e às vezes a gente encontra algumas portas fechadas que acabam fazendo com que a gente recue, tem toda essa dinâmica de não ter tempo, [...] que às vezes a gente acaba recuando, ao invés de insistir numa conversa, numa discussão mais ampla (ENTREVISTAS).

Eu acho que falta de capacitação, de material, acho que o principal é isso, acho que é isso: capacitação e material. Espaço adequado, tem uma questão que é de valorização, dos juízes, dos operadores dentro do Direito, pra quem a gente trabalha, valorizarem o trabalho, entenderem mais e a gente também ganhando mais espaço. Eu penso que o trabalho é valorizado, mas de uma maneira limitada. Eu penso que da mesma maneira como a gente ainda está construindo, a gente mesmo pesquisou, tá se localizando, tá se questionando sobre a nossa identidade profissional, tá pensando e repensando, tá construindo e reconstruindo a nossa prática. Se pra gente é algo novo, pra eles mais ainda. A gente ignora muitas possibilidades, eles mais ainda. **Então é uma questão que é da gente amadurecer, e da gente poder mostrar as contribuições que a gente tem pra oferecer** (ENTREVISTAS, grifo nosso).

Disponibilidade dos técnicos em fazerem isso. Eu acho que é isso. Porque no momento em que você tem disponibilidade, que você quer, deseja fazer isso, você vai tentar fazer com que isso seja importante, isso aí é uma outra etapa, você vai ter que realmente convencer, de determinar que as pessoas participem desse grupo, mas acho que primeiro passo é a equipe querer e acreditar naquilo "quero desenvolver esse trabalho, acredito que vai dar certo" e aí você tentar convencer o resto, tenta abrir espaço pra Psicologia na ordem das audiências preliminares...mas acho que o principal é você querer, é a equipe querer, a equipe se disponha também (ENTREVISTAS).

Levar propostas aos juízes que vão no sentido contrário ao poder que eles têm de decidir sobre a vida das pessoas e buscar conferir esse lugar a elas mesmas, supõe uma equiparação de valorização profissional, que é explicitamente inaceitável no âmbito forense, em decorrência das determinações sociais estabelecidas. Portanto, a questão pode ser entendida também a partir do lugar que a Psicologia ocupa no Direito de Família. Como já dito anteriormente no item *A construção do espaço*, o profissional de Psicologia ocupa uma posição inferior em relação ao magistrado. A este cabe a função de decisão sobre o conflito das pessoas que se expressam através dos autos. Ao psicólogo, cabe expressamente a função de prestar serviço aos juízes conforme determinarem, e não de atuar sobre os conflitos.

Existe uma consciência das profissionais de que realizar um trabalho com finalidades humanas junto às Varas de Família requer esforço e enfrentamento de

dificuldades. No entanto, não é mencionado o sentimento de ameaça diante do desafio de propor este trabalho ao magistrado e realizá-lo da maneira como a Psicologia entende importante para os usuários, podendo-se levantar a hipótese de um medo reprimido no grupo. Adorno (1995) se dá conta da importância de prestar atenção aos sentimentos presentes nas relações interpessoais “Quando o medo não é reprimido, quando nos permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá provavelmente grande parte dos efeitos deletérios do medo inconsciente e reprimido (p.129)”, dessa forma seria importante um espaço de diálogo entre esses profissionais para que os sentimentos sejam explicitados.

Em análise documental verificou que no final do ano de 2012, o Serviço de Psicologia recebeu do tribunal uma prévia (121 páginas) de um documento de referencial para a atuação de assistentes sociais e psicólogos nas Varas de Família e Varas da Infância e da Juventude do referido tribunal, solicitando a colaboração dos profissionais para elaborá-lo. Nele consta que

A equipe interprofissional das Varas de Famílias tem atribuições para atuar em ações de Divórcio, Separação Judicial, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Medida Cautelar de Separação de Corpos, Investigação de Paternidade, negatória de Paternidade, medida Cautelar de Busca e Apreensão, Tutela e, principalmente, Guarda e Responsabilidade, Regulamentação de Visitas e Alimentos (ANÁLISE DOCUMENTAL).

Este documento aborda as atribuições dos psicólogos que atuam em Varas de Família como relacionadas estritamente ao processo de avaliação. São descritos pontos a serem investigados em cada tipo de ação em Vara de Família durante o processo de perícia psicológica. Não são mencionadas possibilidades que possam ir além do auxílio aos juízes.

Até a realização das entrevistas as profissionais do Serviço de Psicologia não haviam tido acesso à nenhum referencial de seu próprio tribunal sobre as atribuições do psicólogo na Vara de Família. Mesmo sem nenhum documento neste sentido, as psicólogas sinalizaram que dentre as possíveis atribuições, a não realização de uma atuação que pudesse ir além do auxílio aos juízes já consistia em algo imposto pela própria instituição, apesar de terem apontado motivos relacionados à incapacidade das mesmas de se organizarem para construir um trabalho nesse sentido, individualizando a questão. **“Então é uma questão que é da gente amadurecer, e da gente poder mostrar as contribuições que a gente tem pra oferecer (ENTREVISTAS, grifo nosso)”** a quem? Se as propostas apresentarem contribuições aos juízes e forem ao encontro dos interesses jurídicos, o saber da Psicologia será valorizado.

Porém, se as propostas apresentam contribuições que não se relacionam diretamente com os interesses jurídicos, as finalidades jurídicas de atuação deverão ser alcançadas antes das finalidades humanas.

Certa vez, quando a gente viu a necessidade e a possibilidade de um trabalho de mediação com um casal a gente foi falar com o juiz pra saber se ele autorizava um trabalho mais prolongado, porque seria mais interessante para a criança que estava no meio daquela disputa do casal. O juiz respondeu “o trabalho de vocês é fazer diagnóstico”, mas que se a gente tivesse com tempo pra fazer isso, podia fazer sim. (ENTREVISTAS).

Segundo Shine e Souza (2008), é possível que a atuação do psicólogo como perito contribua não apenas para o juiz, mas para os envolvidos no processo. É possível atuar com finalidades humanas em meio às finalidades jurídicas.

Consideramos que a contribuição do psicólogo judiciário se dá exatamente na possibilidade de servir de elemento intermediário entre a família e o juiz, podendo exercer uma capacidade de traduzir em palavras aquilo que é evacuado de forma violenta pelas múltiplas projeções identificativas em jogo. Em relação à família que atendemos, pensamos que a intervenção diagnóstica pode contribuir, no limite, para restituir as projeções excindidas do *self* por meio de nossa capacidade de contenção e *reverie*. E ao final, podermos dar um testemunho deste processo para que sirva de subsídio ao próprio magistrado (SHINE e SOUZA, 2008 p.13).

O momento avaliativo consiste, para algumas famílias, na possibilidade de se expressarem fora dos autos, usufruindo da escuta do psicólogo da maneira que não têm oportunidade de fazer com o juiz. No entanto, a finalidade da atuação do psicólogo é predominantemente o auxílio aos juízes. É nesse sentido que se observa as possibilidades de atuação com finalidades humanas, em meio às finalidades jurídicas as quais a Psicologia está submetida no contexto forense.

Observa-se no Direito de Família o importante papel da Psicologia como técnica para o Direito. No entanto, é preciso considerar que a Psicologia Jurídica apresenta desafios de diversas ordens, que requerem uma postura crítica dos psicólogos para os possíveis desdobramentos de sua atuação no judiciário. Um dos desafios refere-se aos projetos de lei que apontam novas possibilidades de práticas profissionais dos psicólogos (BRITO, 2012).

Em alguns projetos é nítido que o discurso sobre os direitos individuais passa a ser usado para justificar controle, segurança e redução de liberdade. Além disso, evidencia-se que em alguns projetos, os conhecimentos da Psicologia são evocados não para ultrapassar a lógica da punição, mas para legitimá-la. Dessa maneira torna-se necessário um constante acompanhamento desses projetos pela categoria para não

se deixar seduzir por um discurso que reduz a questão à justificativa de valorização do trabalho de psicólogos. [...] cabe recordar o Código de Ética dos psicólogos, o qual, no segundo princípio fundamental dispõe que: “o psicólogo trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRITO, 2012, p.7).

A prática da Psicologia no controle social pode ser observada e criticada em outras áreas e momentos de sua atuação, como na institucionalização dos socialmente desajustados ou rotulação de alunos com problemas de aprendizagem, remetendo a práticas que podem ser entendidas como uma forma de violência. Para não repeti-las, agora como Psicologia Jurídica, é preciso se apropriar dessas experiências e refletir sobre as finalidades de sua atuação de maneira constante, para que o modo técnico de pensar não venha submergir a consciência crítica necessária a uma atuação que tenha por objetivo as finalidades humanas.

4.3 Adaptação

Nos primeiros contatos das profissionais com os casos de Vara de Família percebeu-se a necessidade de se familiarizarem com o manuseio dos autos, as folhas do processo. Em princípio, não compreendiam a diferença entre autos²¹ e processos. Tal diferenciação foi entendida por meio da orientação de um dos assessores de juízes de maneira sintética, dizendo que o **processo** é o instrumento, o meio do qual se utiliza para a criação do próprio Direito, sendo os **autos** a parte física. Dentro de um fórum, o processo consiste em um dos elementos principais, são com os processos que a maioria daqueles que circulam diariamente dentro do fórum lidam, sejam como partes ou atuando profissionalmente sobre eles.

É através do processo que se concretiza, se objetivam as questões subjetivas dos envolvidos. Muitas vezes perde-se a dimensão do subjetivo, passando a valer exclusivamente o que está no processo, o que constam nos autos, que é submetido a uma série de formalidades jurídicas, passando por mãos específicas, tramitando de um lado para outro, com prazos ora deveras curtos, ora longo demais, podendo se prolongar por anos. A partir dessa forma de

²¹Segundo o dicionário online *autos*: s. m. pl. Peças constitutivas de um processo. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=autos>>. Acesso em 10 abr. 2013.

lidar com o processo, as questões subjetivas das pessoas se modificam ao longo do tempo, por acontecimentos em suas vidas, amadurecimento, perdas, motivos diversos, enquanto o processo pode permanecer estagnado por anos. Situações assim foram observadas nos processos de Vara de Família de pessoas atendidas pelo Serviço de Psicologia, submetidas à perícia psicológica.

Neste contexto é possível refletir sobre as finalidades jurídicas e humanas da atuação do psicólogo no Direito de Família. O Direito, ainda que a serviço da regulamentação das relações humanas, apresenta uma forma de lidar com os conflitos de família colocando-os como pano de fundo do objeto principal, o processo. Os trâmites do processo são rigorosamente respeitados pelos profissionais do Direito, ainda que por vezes estes trâmites sejam contrários aos interesses dos envolvidos, atendendo assim às finalidades jurídicas. A perícia psicológica tem finalidade jurídica, fornece subsídios para o magistrado realizar o juízo e tomar a decisão. No entanto, existem possibilidades de atuação do psicólogo no Direito de Família que atendam finalidades humanas diante das temáticas atendidas por ele como pôde ser observado nas *Possibilidades de atuação*.

As discussões iniciais das profissionais que implantaram o Serviço de Psicologia no fórum eram de que a Psicologia no campo do judiciário deveria contribuir para o olhar voltado para as pessoas envolvidas em um processo, buscando conhecer, identificar, analisar e responder (quando possível) primeiramente às questões subjetivas de um processo. Dessa forma, no início da atuação junto às Varas de Família, foi possível observar a preocupação em relação a uma intervenção junto às famílias e junto às crianças envolvidas nos processos, entendendo que o exercício de reflexão deveria ser constante, tendo em vista as implicações das finalidades jurídicas a que a Psicologia é submetida enquanto técnica ao Direito, principalmente as particularidades da perícia e do laudo psicológico. Segundo Foucault (1984),

O exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um <<caso>>: um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. O caso, não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. [...] Esta transcrição por escrito das existências reais [...] funciona como processo de objetivação e de sujeição (FOUCAULT, 1984, p. 170).

Preocupadas com a função que o exame abrange, e a busca por finalidades humanas de atuação, algumas questões como: de que maneira atender a demanda subjetiva e a demanda objetiva (manifestar-se nos autos através de laudos/relatórios)? Como objetivar nos autos as questões subjetivas, levando-se em consideração prazos e questões éticas? Como realizar um trabalho de respeito e escuta às necessidades do outro, de cuidado com o outro, ainda que um dos resultados desse trabalho (o relatório) seja utilizado como prova, contra (e/ou a favor de) um e outro? Estas questões eram frequentes entre as profissionais no início da atuação.

Com a experiência, que veio acompanhada do aumento da demanda, da necessidade de adaptação ao trabalho e de pensar na atuação junto às demais varas, além da obrigação de cumprir prazos, estas questões foram perdendo o lugar de destaque, protagonizaram-se questões como: Quais as informações necessárias ao magistrado? Como elaborar o Laudo Psicológico de maneira a não incorrer em falta ética? Quais as técnicas adequadas para responder aos quesitos? Nesse sentido, a ideia de um Serviço de Psicologia que priorizasse oferecer um lugar de cuidado aos envolvidos nos processos de Vara de Família foi ficando distanciada, ganhando destaque uma atuação a serviço do Direito, como esperado pelos magistrados. Mesmo em meio a uma atuação a serviço do Direito, a ideia de cuidado com o outro durante a prática observou-se sempre presente, a qual cultivava a semente que em determinados momentos faz surgir questionamentos próprios ao pensamento crítico sobre a atuação. As respostas, no entanto, são supostamente encontradas na técnica.

As contradições presentes na atuação do psicólogo no campo do Direito são ocultadas por meio da integração das finalidades humanas de atuação às finalidades jurídicas da atuação do psicólogo neste contexto. Eis um aspecto do processo de adaptação da Psicologia ao campo do Direito.

Como responder à demanda objetiva do magistrado (produção de prova) e à demanda subjetiva dos atendidos (compreensão do conflito e intervenção)? Como a atuação do psicólogo nas Varas de Família pode auxiliar de fato, ao invés de, conforme aponta Altoé (2006), favorecer o controle social e reforçar a natureza repressora inserida no Direito? Foi possível observar que este tipo de questionamento no início da implantação do Serviço de Psicologia era mais presente entre as profissionais. Entende-se que no início do trabalho havia presente uma consciência mais clara acerca da Psicologia, proveniente em parte da experiência profissional em outros espaços nos quais a atuação era voltada para as pessoas, como na Saúde Mental, na Assistência Social e outros programas sociais. Após

aproximadamente dois anos de atuação já é possível observar questionamentos diferentes dos iniciais, e a preocupação em responder aos juízes, com técnicas apropriadas para a realização da avaliação psicológica e elaboração de laudos, ganhando espaço cada vez mais consistente, ocultando as contradições que em princípio eram mais visíveis. A partir da Teoria Crítica da Sociedade, pode-se dizer que a consciência crítica inicial submergiu frente às ameaças presentes no contexto institucional.

O que permite a adaptação a uma sociedade contraditória é a ideologia, que substitui, em grande parte, a forma bruta direta necessária para que a ordem social se mantenha segundo os interesses dominantes, mas a ameaça da força é a sua substância. Assim, a consciência não reage diretamente ao conteúdo da ideologia, mas à ameaça. O que nos faz trabalhar continuamente é menos a justificativa ideológica e mais o medo do que aconteceria se assim não o fizessemos (CROCHÍK, 2003, p.21).

A busca e a preocupação das profissionais por técnicas de atuação que auxiliem na produção de Laudos Psicológicos e outras atividades, relaciona-se ao que Crochík (2011) chama de “ideologia da racionalidade tecnológica”, pois ambas buscam encontrar uma racionalidade aparente no uso da técnica, quando esta impede o pensamento crítico.

A ideologia da racionalidade tecnológica, como ideologia moderna, traz como ilusão a possibilidade da perfeição do mundo existente, deixando-a de fora, o que impede um mundo justo. Como as contradições sociais acirram-se cada vez mais, mais se torna visível o seu caráter falso. Isso mantém as questões frankfurtianas: o que leva os indivíduos a aderir a um ideário contrário à racionalidade, ainda que aparentemente racional? Que transformações ocorrem na consciência individual para que essa adesão seja possível? (CROCHÍK, 2003, p.34)

A técnica, no contexto da produção de laudos psicológicos para fins jurídicos, está a serviço do Direito, não dos usuários. A técnica vale para auxiliar uma atuação que melhor atinja às finalidades da perícia, que ajude a responder de maneira objetiva aquilo que o magistrado deseja saber com a determinação para o laudo psicológico, este mesmo, por si só já consiste em uma técnica, que no contexto jurídico denomina-se prova para fins de julgar. A aparente racionalidade da técnica no contexto da atuação profissional entra em contradição com a racionalidade da busca pelo pensamento crítico neste mesmo contexto.

Pelo aparente distanciamento das forças produtivas das relações de produção, o ajuste técnico é imposto em todas as esferas: os problemas individuais são considerados desajustes pessoais, que a psicoterapia pode solucionar; os problemas de aprendizagem são, ou falhas do aluno ou do professor, e um método tecnicamente desenvolvido pode resolvê-los; os problemas políticos são convertidos em problemas administrativos; a pobreza individual resolve-se presumidamente pela

educação para o trabalho e com a criação de empregos. Para tudo há solução, quando se considera quer o indivíduo, quer a sociedade como sistemas, cujas falhas podem ser resolvidas tecnicamente (CROCHÍK, 2011, p. 122).

Crochík (2011) aborda a contradição do progresso da civilização, considerando que além da possibilidade de desenvolvimento, tal progresso “contribui com o regresso: a presença da barbárie, contra a qual aquele se define” (p.117). O progresso do Sistema de Justiça, ao utilizar como técnica a atuação do psicólogo nos processos judiciais, obsta a autonomia de decisão individual, aprimorando suas formas de poder, dominação e controle social. Para o Direito, o sentido da Psicologia nesse contexto consiste em fins jurídicos, em uma técnica que auxilie os operadores do Direito na busca pela razão.

Os meios – a técnica, a coletividade, a razão - tornam-se fins, o fim é esquecido: uma vida digna de ser vivida. Como a emancipação é freada, resta a adaptação ao existente, mas a adaptação a uma sociedade irracional, que insiste em fixar os indivíduos em um estágio infantil de desenvolvimento, no qual o prazer se associa com a crueldade e não com o amor; mesmo esse é vivido na competição, na frieza dos parceiros que compartilham interesses de sobrevivência, até que esses interesses tornem-se antagônicos no casal (CROCHÍK, 2011, p. 118-119).

No processo de adaptação ao campo do Direito, a Psicologia repete a prática já observada anteriormente na participação da reprodução da violência (oferecendo suporte para o controle social e produzindo provas contra e/ou a favor das pessoas em litígio), a mesma violência a qual o Direito [e o Poder Judiciário] produz para sua instauração e manutenção. Segundo Benjamin (2011)

Toda violência como meio é ou instauradora ou mantenedora do direito. Se não pode reivindicar nenhum desses predicados, ela renuncia por si só a qualquer validade. Daí resulta que toda violência como meio, mesmo no caso mais favorável, participa da problemática do direito em geral. E mesmo que [...] não se possa enxergar com certeza o alcance dessa problemática, o direito [...] aparece sob uma luz ética tão ambígua, que se impõe naturalmente a pergunta se não existiriam outros meios, não-violentos, para a regulamentação dos interesses humanos em conflito. A pergunta obriga, sobretudo, a constatar que uma resolução de conflitos totalmente não-violenta jamais pode desembocar num contrato de direito. Mesmo que esse tenha sido firmado pelas partes contratantes de maneira pacífica, o contrato leva, em última instância, a uma possível violência. Pois o contrato dá a cada uma das partes o direito de recorrer à violência, de um modo ou de outro, contra a outra parte contratante, caso esta rompa o contrato. E não apenas isso: do mesmo modo como o seu desfecho, também a origem de qualquer contrato aponta para a violência. Esta não precisa estar imediatamente presente no contrato como violência instauradora do direito, mas está nele representada na medida em que o poder [Macht] que garante o contrato de direito é, por sua vez, de origem violenta, mesmo que este poder não tenha sido introduzido no contrato pela violência. (BENJAMIN, 2011, p. 136-137).

É contraditório pensar na atuação do psicólogo no Direito de Família como uma forma de violência. No entanto, o exercício do Direito [contrato de direito], conforme Benjamin (2011), supõe a participação da violência. A atuação do psicólogo no contexto judiciário surge também para garantir o direito, por meio do exame psicológico (FOUCAULT, 2003). “O exame supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber [psicológico] a uma certa forma de exercício do poder [judiciário]” (FOUCAULT, 1984, p. 166, grifo nosso).

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação <<ideológica>> da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a <<disciplina>>. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele <<exclui>>, <<reprime>>, <<recalca>>, <<censura>>, <<abstrai>>, <<mascara>>, <<esconde>>. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1984, p.172).

Diante das possibilidades de atuação que as profissionais observam, as quais se relacionam com finalidades humanas, a Avaliação Psicológica continua sendo a atuação possível neste momento da construção do Serviço de Psicologia. Ainda que haja consciência sobre a necessidade de pensar outras formas de atuação, a necessidade de ajustamento leva à submersão da consciência crítica, levando à adaptação.

Quando eu entrei, a única atribuição que me foi dada, foi pelo diretor do fórum, que minha função era auxiliar o juiz, inclusive quando ele perguntou pra mim o que eu achava que ia fazer, eu comecei falar tudo que eu achava, que era um trabalho voltado pra casos de disputa de guarda, entrevistas psicológicas com as partes, aí ele logo me cortou e falou "não, seu trabalho é auxiliar o juiz" (ENTREVISTAS).

Este foi o cenário presente desde o início da construção do Serviço de Psicologia. Entendo que apesar da adaptação necessária à sobrevivência no campo, as profissionais que atuam no setor apresentam, quando conseguem espaço para reflexão, um pensamento crítico acerca da Psicologia no Direito de Família, no entanto a manutenção desse pensamento de maneira constante levaria à exclusão. Os desdobramentos do pensamento crítico fazem emergir as contradições, desestabilizam o grupo e criam um pensamento de ameaça sobre as consequências punitivas frente à instabilidade causada no grupo em processo de adaptação, e

do enfrentamento do poder dominante.

Uma das profissionais aponta que a maior dificuldade para construção do Serviço de Psicologia consiste na contradição presente quanto à interlocução entre Psicologia e Direito, tendo em vista que, nessa seara, a dominância é plenamente do Direito.

Abrir um espaço na cabeça, no pensamento jurídico pra psicologia, que são campos completamente diferentes, um é um campo objetivo, um campo prático, na lei que determina o que as pessoas devem fazer. E tem a psicologia, que tudo é muito subjetivo, [...]. A minha visão, [...], é muito difícil pra eu ter que dizer o que o outro deve fazer. Eu não sei o que você tem que fazer. Com a base que eu tenho, que eu estudei, que eu acredito, [...] eu não tenho que saber do que você tem que fazer, e na prática jurídica, a justiça determina "você tem que fazer isso!", ela quer que eu avalie se a pessoa tem condições de ficar ou não com aquela criança. Então pra mim, [...] o mais difícil é abrir espaço pra uma coisa que é mais subjetiva, que é mais individual, que é no caso a caso. Abrir espaço num meio já tão determinado, como o meio jurídico. Um meio tão objetivo, que as pessoas têm que se enquadrar na lei, tem que seguir aquilo que tá pré-determinado, e as pessoas não são assim, não é assim que acontece. E abrir espaço na cabeça dos juízes pra isso, não é sempre que a gente vai conseguir, fazer com que a pessoa cumpra exatamente o que tá determinado ali. Abrir espaço pra uma certa subjetividade, que no jurídico não tem esse espaço, tem que ser aquilo ali pra todo mundo, não é individualizado, a lei é pra todo mundo. [...] Eu acho que são saberes bem divergentes, cada um vai pra um lado, mas a gente tá tentando uma interlocução, essa que é a maior dificuldade... a maior dificuldade é criar essa interlocução entre Psicologia e Direito. No início eu tentava ler sobre isso pra tentar a interlocução e tal, mas essa parte é a mais difícil (ENTREVISTAS).

No início, quando ainda havia espaço amplo para se pensar o lugar da Psicologia no contexto forense, e as determinações dominantes ainda não haviam sido assimiladas, buscava-se conhecimentos teóricos que auxiliassem essa reflexão crítica. O aumento da demanda de trabalho, o contato com os juízes e demais servidores, a maneira como são estabelecidas as relações no Poder Judiciário, e a assimilação das determinações sociais das quais elas decorrem, levaram à busca por conhecimentos técnicos que auxiliassem na adaptação. Dessa forma:

O mundo gira em falso. O trabalho, do qual já se poderia prescindir, torna-se imprescindível; a tecnologia que deveria libertar, aprisiona, e como a contradição é cada vez mais visível, a descrença é inevitável; contudo, quanto menos há fé, mais ela se torna necessária, e o indivíduo subjugase ao que é contrário aos seus interesses mais racionais (CROCHÍK, 2003, p. 34).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurei refletir sobre a experiência de construir um Serviço de Psicologia em um fórum e da atuação dos profissionais que participaram da implantação desse serviço. Busquei na Teoria Crítica da Sociedade um suporte teórico para auxiliar uma análise crítica desta experiência.

A Psicologia Jurídica pode ser considerada uma especialidade ou campo de atuação/reflexão/pesquisa recente na Psicologia, assim entendo a necessidade de mais estudos com um olhar crítico que possam embasar a construção da atuação do psicólogo no contexto forense.

Na experiência descrita neste estudo, verificou-se que a atuação do psicólogo judiciário em Vara de Família está restrita a auxiliar os juízes nas decisões, por meio de avaliações e laudos psicológicos. Algumas intervenções durante o processo avaliativo, para auxiliar as partes em conflito ou a criança/adolescente envolvida no litígio são realizadas conforme há possibilidade de fazê-las sem interferir na avaliação ou diagnóstico. O Art.1º da Resolução 017/2012 diz que “A atuação do psicólogo como perito consiste em uma avaliação direcionada a responder demandas específicas, originada no contexto pericial”, sendo assim, intervenções que não tenham o objetivo de responder estas demandas, ultrapassam a atribuição pericial.

Em outros fóruns é possível encontrar práticas de psicólogos no Direito de Família que vão além da atuação como peritos, visando contribuições para as famílias envolvidas em litígio (BEIRAS; MÜLLER; CRUZ, 2007). No entanto, práticas que priorizem finalidades humanas não são comumente efetivas na maioria dos Tribunais de Justiça do país, como pode ser verificado diante do número de pesquisas que apontam a necessidade de refletir sobre as novas possibilidades de atuação que possam ir além da avaliação psicológica. Esta reflexão sobre as possibilidades de atuação do psicólogo judiciário foi um dos temas mais presentes nas pesquisas identificadas no levantamento bibliográfico, o que aponta a preocupação dos profissionais nesse sentido, e sinaliza a dificuldade para efetivar práticas diferenciadas da Perícia Psicológica.

Alguns autores que apresentam reflexões sobre a atuação do psicólogo no Direito de Família voltada para a importância de oferecer apoio às famílias em conflito judicial são: Beiras, Müller e Cruz (2007); Berlim (2003); Castro (2001); Costa, et.al. (2009); Lago, et. al.

(2009); Miranda Junior (2009); Perucchi (2009); Reis (2005); Santos (2005) e Shine e Souza (2008). Poucas são as pesquisas que apontam uma efetiva atuação, mas assinalam possibilidades. Projetos executados por faculdades de Psicologia junto às Varas de Família também mostram uma atuação neste sentido, o que demonstra uma formação preocupada com as finalidades humanas da atuação do psicólogo no judiciário.

Esta dissertação apresentou uma análise possível, dentro dos limites estabelecidos por seus objetivos, da atuação do psicólogo junto às Varas de Família, a partir da experiência e da perspectiva de profissionais que participaram da implantação de um Serviço de Psicologia em um fórum. Durante a análise, foi possível perceber que as determinações sociais que naturalizam as desigualdades e as relações estabelecidas no contexto institucional do fórum dificultam uma atuação voltada principalmente para as finalidades humanas, predominando as finalidades jurídicas da atuação do Psicólogo.

Os limites desta dissertação possibilitaram o olhar para a perspectiva dos profissionais de psicologia que atuam no fórum em Varas de Família. Outras pesquisas que reflitam sobre experiências em outros contextos ainda são necessárias para reunir elementos que subsidiem propostas que avancem nas possibilidades de delimitação do papel do psicólogo no Poder Judiciário. Além disso, sugere-se pesquisas que possam considerar e analisar esta atuação a partir da perspectiva dos usuários desse serviço, investigando as expectativas deles em relação ao serviço, os efeitos após terem passado pela situação de avaliação psicológica para fins de prova judicial ou em outro contexto no qual sejam priorizadas as finalidades humanas de atuação do psicólogo no Direito de Família.

Para finalizar, a fim de incitar novos questionamentos a serem investigados em outras pesquisas acerca da atuação do psicólogo no Poder Judiciário, gostaria de deixar uma passagem de Adorno (2010) do texto *Educação após Auschwitz*. O autor trata de como a humanidade, anestesiada pela frieza produzida e reproduzida pela sociedade, é capaz de trabalhar contra seus próprios interesses, e permitir que um massacre como o de Auschwitz tenha ocorrido. O direito do Estado se faz mais importante que o direito das pessoas que o integram, e aqueles que executam as ordens do Estado compactuam com esse modo de organização social, ferindo os próprios interesses.

Finalmente, o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita. Isto só será possível na medida em que ela se ocupe da mais importante das questões sem receio de contrariar quaisquer potências. Para isto teria de se transformar em sociologia, informando acerca do jogo de forças localizado por trás da superfície das formas políticas. Seria preciso tratar criticamente um conceito tão respeitável como o da razão de Estado, para citar apenas um modelo: na medida em

que colocamos o direito do Estado acima do de seus integrantes, o terror já passa a estar potencialmente presente.

Em Paris, durante a emigração, quando eu ainda retornava esporadicamente à Alemanha, certa vez Walter Benjamin me perguntou se ali ainda havia algozes em número suficiente para executar o que os nazistas ordenavam. Havia. Apesar disto a pergunta é profundamente justificável. Benjamim percebeu que, ao contrário dos assassinos de gabinete e dos ideólogos, as pessoas que *executam* as tarefas agem em contradição com seus próprios interesses imediatos, são assassinas de si mesmas na medida em que assassinam os outros. Temo que será difícil evitar o reaparecimento de assassinos de gabinete, por mais abrangentes que sejam as medidas educacionais. Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, enquanto serviçais, façam coisas que perpetuam sua própria servidão, tornando-as indignas; que continue a haver Bojeis e Kaduks, contra isto é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento (ADORNO, 1995, 137).

Espero ter contribuído aos que buscam analisar o papel da Psicologia no âmbito forense, especificamente no Direito de Família, e instigar os que se interessam pela reflexão acerca da atuação do psicólogo nesse contexto a realizarem novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 12 ed. São Paulo, Campinas: Papirus, 2005.

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALTO É, S. **Atualidade da Psicologia Jurídica**. Disponível em: <<http://psijur.blogspot.com/2006/01/atualidade-da-psicologia-jurdica.html>>. Acesso: 22 ago. 2011.

ALVARENGA, Lidia Levy de; GOMES, Isabel Cristina. **Conflitos e Litígios em Família e Casal: Interface entre a Psicologia Clínica e Jurídica**. Anotações de slides e discussões de aula ministrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo, nov. 2010.

AUTOS. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=autos>>. Acesso em: 16 de out. 2011.

BARROSO, Luis Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática**. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/12685_Cached.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2012.

BEIRAS, Adriano; MÜLLER, Fernanda Graudenz; CRUZ, Roberto Moraes. O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. **Revista Aletheia**. n.26, p. 196-209. Santa Catarina, jul. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades; Coleção Espírito Crítico. ed. 34. 2011, p.121-156.

BERLIM, Cynthia Schwarcz. **O psicólogo jurídico portoalegrense: trajetória profissional, atuação e perspectivas**. Dissertação (Mestrado – Faculdade de Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e da Personalidade) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BRASIL. **Resolução CFP Nº 02/01**. Altera e regulamenta a Resolução CFP n. 014/00 que

institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais. Disponível em: <
http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao_2001_2.pdf>. Acesso em 16 out. 2011.

_____. **Resolução nº 010/2010.** Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. Disponível em: <
http://www.pol.org.br/pol/export/sites/default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/resolucao_2010_010.pdf> Acesso em 16 out. 2011.

_____. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.

_____. Lei nº 11.690, de 9 de junho de 2008.

BRITO, Leila. O “poder” segundo Foucault. In: **Chá.comLetras**. 2010. Disponível em: <
<http://letraporletra.com.br/wordpress/?p=754>> Acesso em: 10 dez. 2012.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 1, mar, 2007 . Disponível em:
 <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2011.

_____. **Separando: um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, 1993.

BRITO, L. M. T. de; NERY, A. F. de M; GOMES, J. D; CARVALHO, M. L. de M; PEÇANHA, R. F. Que lugar é esse? Sobre psicólogos da vara de família. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <
http://www.revipsi.uerj.br/v2n2/artigos/comunic_pesquisa.html>. Acesso em: 21 ago.2012.

BRITO, L. M. T. de. Psicologia Jurídica: um campo em debate. [out.2012]. Brasília: **Psicologia, Ciência e Profissão**. Entrevista concedida a Diálogos, Ano 9, n. 8, out.2012.

BROCKHAUSEN, Tamara. **SAP e psicanálise no campo psicojurídico: de um amor exaltado ao dom do amor.** Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção Ciências da Educação, Portugal: Porto Editora, 1994, p.19-51.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de. Contribuições para a formação de psicólogos jurídicos: uma década de experiências. In: ROEHRIG, L. D. [et al.]. **Série técnica: caderno de psicologia jurídica**. Curitiba: Unificado, 2007.

CASTRO, Lídia Rosalina Folgueira. **A compreensão psicológica de ex-casais periciados em processo de disputa de guarda e regulamentação de visitas**. Tese (Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2001.

CASTRO, Ana Elisa Ferreira de; YAMAMOTO, Oswaldo H.. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 3, n. 1, jun. 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2010.

_____. **Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família**. Brasília: CFP, 2010.

_____. **Resolução nº 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica. Brasília: CFP, 2003.

_____. **Resolução nº 008/2010**. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário – Brasília: CFP, 2010.

_____. **Resolução nº 017/2012**. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como Perito nos diversos contextos – Brasília: CFP, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. Entrevista à **Revista de História**. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/jurandir-freire-costa>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

COSTA, Liana Fortunato (et al). As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 2, agosto

2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000200010>.

CROCHÍK, José Leon. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. In.: **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ.** UFG, 28 (1): 15-35, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:w1mEbwqZqaQJ:www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/1438/1441+racionalidade+tecnologica&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESivoyxuRmf1TCaGm64GIZg243NfzS_k65hrEA8gL_IM70HIRfDlmb-7vG_tc_zE8TclQHxjQJbmCG9x-22Ves5mnmyfrWiMIRfyXG7b67-GHGPgqOTuz35yspGRQAcIRpUMKwl&sig=AHIEtbRaRh4p4VuenvJ5O4zc6QTq7oWH-g> Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **Teoria crítica da sociedade e psicologia: alguns ensaios.** São Paulo, Araraquara. Junqueira&Marin; Brasília, DF: CNPq. 2011.

DELAMONT, Sara. Ethnography and Participant Observation. In: **Qualitative Research Practice.** London: SAGE. Cap. 14, 2005, p.217-229.

DESIGUALDADES de gênero no mercado de trabalho: dois passos adiante, um atrás. Publicado no site: **OIT - Organização Internacional do Trabalho.** Escritório no Brasil, dez. 2012. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/content/desigualdades-de-genero-no-mercado-de-trabalho-dois-passos-adiante-um-atras>>. Acesso em: 6 mar.2013.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. A escola: relato de um processo inacabado de construção. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa Participante.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. P. 9-30.

FARKAS, Melanie. O luto de uma separação. In: GROENINGA, G. C. e PEREIRA, R. C. **Direito de família e psicanálise – rumo a uma nova epistemologia.** Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 365 - 372.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro : NAU Editora, 2003.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1984.

GOMES, I.; LEVY, L. O mal-estar e a complexidade da parentalidade contemporânea.

Cadernos de Psicanálise. SPCRJ, v.25, p. 217-238, 2009.

GONZAGA, Maria Teresa Claro. [et al.] A Psicologia Jurídica no Programa Pró-Egresso de Maringá: Resgate de sua História. In: ROEHRIG, L. D. [et al.]. **Série técnica: caderno de psicologia jurídica.** Curitiba: Unificado, 2007.

HARTZ, T. O Projeto de Lei sobre o Depoimento sem Dano e o posicionamento da Psicologia. [outubro de 2012]. Brasília: **Psicologia Ciência e Profissão.** Depoimento concedido a Diálogos, ano 9, n. 8, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2294&id_pagina=1> Acesso em: 23 jan.2013.

LAGO, Vivian de Medeiros. **As práticas em avaliação psicológica nos casos de disputa de guarda de filhos no Brasil.** Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.). Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LAGO, Vivian de Medeiros et al . Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 26, n. 4, Dec. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400009>.

LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. A Psicologia e as demandas atuais do direito de família. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 2, jun. 2009 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-8932009000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2012.

LEAL, Liene Martha. Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Diversa.** Ano I. n.2, p. 171-185; jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed2ano1_artigo11_Liene_Leal.PDF>. Acesso em: 16 out. 2011.

LIMA, Liliana Pereira. **O lugar da psicologia no processo judicial em vara de família.** Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.

LITÍGIO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** [em linha], 2010. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=Litígio>>. Acesso em: 23 de jan. 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Saidy Karolin. **Perícia psicológica e resolução de conflitos familiares**. Dissertação. (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Processos Psicossociais, Saúde e Desenvolvimento Psicológico). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: **29º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Minas Gerais, 2006. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em 09 set. 2011.

MARTINS, A. Síndrome da alienação parental: controle e punição sob o discurso da patologia. In: Diálogos. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília: ano 9, n. 8, 2012.

MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MIRANDA JUNIOR, Hélio Cardoso de. Psicologia e justiça: A psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 18, n. 1, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931998000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2011.

_____. **O psicanalista no tribunal de família: possibilidades e limites de um trabalho na instituição**. Tese (Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Um psicólogo no Tribunal de Família: a prática na interface Direito e Psicanálise**. Belo Horizonte: ArteSã, 2010.

OLINDA, E. O Projeto de Lei sobre o Depoimento sem Dano e o posicionamento da Psicologia. [outubro de 2012]. Brasília: **Psicologia Ciência e Profissão**. Depoimento concedido a Diálogos, ano 9, n. 8, 2012.

PELLEGRINELLI, Katia. O psicólogo nas Varas de Família. **Viver Psicologia**. v. 22, n. 2,

p.22-23. São Paulo, 1994.

PERUCCHI, Juliana. Nos trâmites da lei: uma crítica à perspectiva tradicional da noção de família no âmbito da psicologia jurídica brasileira. **Psicologia em Pesquisa**. Universidade Federal de Juiz de Fora, v.4, n.1, Juiz de Fora, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2010/07/v4n1a02.pdf>>. Acesso em 17 jun 2012.

PRADO, L. R. A. Neutralidade e imparcialidade dos juízes? In: GROENINGA, G. C. e PEREIRA, R. C. **Direito de família e psicanálise** – rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, p. 301-310, 2003.

PROCESSO. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=Processo>>. Acesso em: 16 de out. 2011.

REIS, Érika Figueiredo. **Varas de família: do agonismo das identidades parentais à criação de um novo direito relacional**. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. Área de concentração: Psicossociologia de Comunid. e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

ROCKWELL, Elsie. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. (Autores associados). 2 ed. São Paulo: Cortez, 1989. p. 31-54.

_____. La Etnografía em El Archivo. In: **La experiência etnográfica: história y cultura em los procesos educativos**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

SANTOS, Jeane Patrícia dos. **Percepções e expectativas de profissionais do campo jurídico sobre a atuação do psicólogo nesse campo de trabalho**. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Aprendizagem, Processos Organizacionais e Trabalho). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

SANTOS, Marcia Regina Ribeiro dos e COSTA, Liana Fortunato. O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça. **Rev. Dep. Psicol.,UFF**[online]. 2007, vol.19, n.1, p. 111-126. ISSN 0104-8023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000100009>>. Acesso em: 16 de jun. 2012.

SARTI, Cynthia Andersen. A Família Como Ordem simbólica. **Psicol. USP**, São Paulo, v 15, n. 3, 2004. Disponível a partir do <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

65642004000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 de agosto de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642004000200002>.

SCHAEFER, Luiziana Souto; ROSSETTO, Silvana; KRISTENSEN, Christian Haag. Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 28, n. 2, June 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 fev. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000200011>.

SHINE, Sidney Kiyoshi. **Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça**. Tese (Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Avaliação psicológica para determinação de guarda de criança: um estudo de psicologia jurídica**. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **A espada de Salomão: a psicologia e a disputa de guarda de filhos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

_____. Contribuições da psicologia para a justiça nas Varas de Família. **Aletheia**. n.7, p. 93-99. São Paulo, jun.1998.

_____. **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SHINE, S. . ; SOUZA, A. S. L. . Atendendo Famílias incapazes de pensar: a perspectiva do judiciário. **Boletim de Psicologia**, v. IX, p. 01-14, 2010.

SILVA, Cristina Martins Cunha da. **Compreender para intervir: um estudo sobre a prática alienativa nas varas de família**. Dissertação (Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Aplicada. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental: o que é isso?** (Coleção armazém de bolso) Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2009.

SILVA, Denise Maria Perissini da. Jogos colusivos nas varas da família. **Psyche**, v. 7, n.12, São Paulo, dez. 2003. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/307/30701209.pdf>>. Acesso em: 18 de jun. 2012.

SILVA, Evani Zambon Marques da. A prova de Rorschach nas varas de família e sucessões. **Bol. Soc. Rorschach São Paulo**. v.11, n. 1, p. 95-103. São Paulo, dez, 2001.

SILVA, Marieuza T. A. O uso dos testes psicológicos no trabalho de perícia das varas de família e das sucessões do “Fórum João Mendes Júnior – São Paulo – Brasil”. **Bol. Soc. Rorschach São Paulo**. v.10, n. 1, p.23-33. São Paulo, jan. 2000. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/92895109/AnaisPgsIntrod-parteI-1>> Acesso em: 17 jun.2012.

SOUZA, Ivone Maria Candido Coelho de. Psicologia Jurídica, dimensionando o sentimento no direito de família. **Rev. Soc. Psicol.** n.8, v.1, p.122-129, Rio Grande do Sul, jun. 2009.

SOUZA, Raquel Pacheco Ribeiro de. Os filhos da família em litígio judicial. Uma abordagem crítica. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2129, 30 abr. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12721>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

VAINER, Ricardo. **Anatomia de um divórcio interminável: o litígio como forma de vínculo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

APÊNDICE A**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM AS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA****IDENTIFICAÇÃO:**

Entrevistada #_____

Atuando no serviço de Psicologia desde ____/____/____

Contato com prévio com Psicologia Jurídica/ Direito de Família:

PERGUNTAS:

- 1) Quais foram as suas impressões ao iniciar o trabalho como psicóloga no Serviço de Psicologia? Como foi para você se inserir no processo de construção do Serviço de Psicologia?
- 2) Quais foram as orientações/informações acerca das suas atribuições junto à Vara de Família? Por quem elas foram fornecidas e de que maneira?
- 3) Como você descreveria as suas atribuições junto à Vara de Família?
- 4) A partir da sua experiência, quais as maiores dificuldades para a construção de um serviço de Psicologia junto às Varas de Família?
- 5) Que fatores contribuíram para a construção do Serviço de Psicologia?
- 6) Quais temáticas envolvem os casos da Vara de Família atendidos por você?
- 7) Pensando nas temáticas atendidas, quais as dificuldades/desafios durante sua atuação? Quais estratégias você utiliza para enfrentar/superar tais dificuldades?
- 8) Você identifica demais possibilidades de atuação do psicólogo junto à Vara de Família? Quais? Quais as condições necessárias para que elas possam ocorrer?
- 9) Você identifica elementos intrínsecos ao âmbito jurídico que interferem na sua atuação junto aos casos atendidos? Pode exemplificar?
- 10) Quais as contribuições do serviço de Psicologia no seu contexto de trabalho?

APÊNDICE B**CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA²²**

Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Diretor do Fórum

Eu, Pollyana Cristiane de Melo Santos, mestranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof. Dra. Marie Claire Sekkel, solicito autorização para realização de minha pesquisa de mestrado no Serviço de Psicologia deste Egrégio Tribunal de Justiça.

A pesquisa intitulada “Limites e possibilidades de atuação do psicólogo judiciário na Vara de Família: reflexões a partir de uma experiência” tem como objetivo refletir sobre características da atuação do psicólogo judiciário nas Varas de Família, a partir da experiência de um serviço de Psicologia. Pretendo realizar a pesquisa principalmente por meio de observação da atuação dos psicólogos judiciários no serviço de Psicologia, depoimentos destes profissionais, entrevistas e conversas informais com os mesmos. As conversas formais e informais com os psicólogos poderão ser gravadas em áudio, mediante consentimento dos participantes. Farei uso de diário de campo. Todo o material obtido durante a pesquisa será analisado em seu conjunto, e tanto o diário de campo quanto as possíveis conversas gravadas serão armazenadas em local reservado. As gravações serão eliminadas ao final da pesquisa. Garanto o sigilo absoluto sobre o nome dos sujeitos observados, conforme acordado com os mesmos a partir do Termo de Consentimento. A participação da instituição e de todos os que vierem a se envolver com a pesquisa é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento do estudo sem prejuízo algum aos mesmos. Não será explicitado neste estudo a identificação de qual comarca do Tribunal de Justiça pertence o Serviço de Psicologia campo desta pesquisa. A divulgação futura dos resultados terá finalidade acadêmica, em meios impressos e / ou eletrônicos, no sentido de contribuir para um maior conhecimento do tema estudado.

²² Algumas modificações foram realizadas no modelo do termo em virtude da preservação da identidade dos participantes. O título da pesquisa é apresentado neste modelo de acordo com o termo original, antes das alterações.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende as exigências legais, o Meritíssimo Senhor Juiz de Direito Dr. _____, diretor do fórum da Comarca de _____, após a leitura da Carta de Autorização para realização de pesquisa, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu Consentimento Livre e Esclarecido quanto à realização da pesquisa. Fica claro que a instituição, através de seu representante legal, pode, a qualquer momento, deixar de participar do estudo alvo da pesquisa, sendo que todo o trabalho realizado torna-se confidencial, guardado por força do sigilo profissional.

Cidade, ____ de _____ de ____.

Assinatura do representante da instituição

APÊNDICE C**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO²³**

Eu, Pollyana Cristiane de Melo Santos, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP, venho solicitar o seu consentimento e colaboração no sentido de participar da pesquisa intitulada: “Limites e possibilidades de atuação do psicólogo judiciário na Vara de Família: reflexões a partir de uma experiência”. Essa pesquisa será realizada sob a orientação da Prof^a Dr^a Marie Claire Sekkel do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade – PSA do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e tem como objetivo refletir sobre características da construção do serviço de Psicologia e atuação do psicólogo judiciário junto às Varas de Família, a partir da experiência de um Serviço de Psicologia. Pretendo realizar a pesquisa principalmente por meio de observação da atuação dos psicólogos no serviço de Psicologia, depoimentos destes profissionais, entrevistas e conversas informais com os mesmos.

As conversas formais e informais poderão ser gravadas em áudio, respeitando a sua preferência. Farei uso de diário de campo. Todo o material obtido durante a pesquisa será analisado em seu conjunto, e tanto o diário de campo quanto as possíveis conversas gravadas serão armazenadas em local reservado. As gravações serão eliminadas ao final da pesquisa. Garanto o sigilo absoluto sobre o seu nome se assim desejar. Garanto também o sigilo absoluto, caso você os cite, sobre o nome, apelido, endereço e nacionalidade das pessoas envolvidas nos casos de Vara de Família atendidos por você, utilizando, portanto, apenas aspectos essenciais para a compreensão do que se pretenda abordar no caso. Não será explicitado neste estudo a identificação de qual comarca do Tribunal de Justiça pertence o serviço de Psicologia campo desta pesquisa. Os resultados da pesquisa serão divulgados em eventos e publicações científicas, em meios impressos e / ou eletrônicos, no sentido de

²³ Algumas modificações foram realizadas no modelo do termo em virtude da preservação da identidade dos participantes. O título da pesquisa é apresentado neste modelo de acordo com o termo original, antes das alterações.

contribuir para um maior conhecimento do tema estudado. Em todos os casos garanto seu anonimato.

A sua participação é voluntária, você pode pedir os esclarecimentos que desejar e também tem a liberdade, a qualquer momento da pesquisa, de recusar ou retirar o consentimento sem nenhuma justificativa, consequência, penalidade ou prejuízo a você ou à instituição. Este termo de consentimento é feito em duas vias, sendo que uma dela pertence à você e outra à pesquisadora.

Eu,.....
RG nº.....após ter lido e entendido as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes a este estudo com a pesquisadora Pollyana Cristiane de Melo Santos CONCORDO VOLUNTARIAMENTE em participar do mesmo. Declaro que este termo de consentimento foi apresentado em duas vias, sendo que uma dela pertence à mim e outra à pesquisadora.

Assinatura do participante

Cidade/...../.....

Obs: qualquer dúvida ou maiores esclarecimentos procurar a pesquisadora no endereço X, ou no telefone (xx) xxxx- xxxx.

ANEXO A

CARTA DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 04 de fevereiro de 2012.

Ilmo(a). Sr(a).

Dra. Marie Claire Sekkel

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade
Instituto de Psicologia
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REFERENTE: **Projeto de Pesquisa** “Limites e possibilidades de atuação do psicólogo judiciário na Vara de Família: reflexões a partir de uma experiência” – **Pesquisador(a) responsável:** Dra. Marie Claire Sekkel – **Pesquisadora Executante:** Pollyana Cristiane de Melo - **Registro CEP-HU/USP:** 1171/11 – **SISNEP CAAE:** 0053.0.198.000-11.

Prezado(a) Senhor(a)

O Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, em reunião ordinária realizada no dia 03 de fevereiro de 2012, analisou o Projeto de Pesquisa acima citado, considerando-o como **APROVADO**, bem como o seu **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**.

Lembramos que cabe ao pesquisador elaborar e apresentar a este Comitê, relatórios anuais (parciais ou final, em função da duração da pesquisa), de acordo com a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, inciso IX.2, letra “c”.

O primeiro relatório está previsto para 03 de fevereiro de 2013.

Atenciosamente,

Dr. Maurício Seckler
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa
Hospital Universitário da USP

ANEXO B**NOTA COMPLETA DO CFP SOBRE A SUSPENSÃO DA RESOLUÇÃO Nº 10/2010.**

18/07/2012 - 18:44, atualizado em 07/08/2012 - 15:14

Resolução**Suspensão da Resolução CFP Nº 10/2010**

O Sistema Conselhos de Psicologia, desde 2005, tem provocado e participado de debates em diferentes espaços sobre o tema da escuta de crianças e adolescentes no Sistema de Justiça, vítimas ou testemunhas de violência. Tais debates, fundamentados nos parâmetros éticos e técnicos da Psicologia como ciência e profissão e nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta de crianças e adolescentes, previstos na Lei nº 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), resultaram na publicação da Resolução CFP Nº10/2010, que indicou princípios norteadores e referenciais técnicos para a realização da escuta psicológica na Rede de Proteção.

A publicação da normativa foi considerada polêmica pelo fato de vedar ao psicólogo o papel de inquiridor e o debate não cessou. A interlocução com profissionais do Serviço Social, Direito, Antropologia, Medicina e outras ciências humanas e da saúde, fez prosperar a compreensão dos argumentos contrários à inquirição de crianças e adolescentes, em diferentes segmentos da sociedade e outros espaços de debates se abriram. A discussão se ampliou para além do aspecto procedimental e passou-se a questionar se a mudança de ambiente e de estratégia de fato reassegura direitos, visto que coloca crianças e adolescentes apenas como “objeto” de produção de prova, com vistas à responsabilização do agressor.

Há consenso entre os que repudiam e os que defendem a criação de salas especiais para que se realizem o denominado “depoimento sem dano” ou “depoimento especial” de que é necessário evitar a revitimização de crianças e adolescentes que são colocados em sucessivas situações de repetição da história da violência vivida ou presenciada. Não há consenso, entretanto, no entendimento de que a inquirição não seja revitimizante ou violadora de direitos, mesmo em ambientes mais humanizados, visto que seu único objetivo é a responsabilização do agressor. “Procedimentos voltados para sobrecarregar a criança com a produção de prova precisam ser repensados e reexaminados à luz dos Direitos Humanos, da proteção integral e dos conhecimentos científicos disponíveis em diferentes áreas do saber”, afirma a Procuradora de Justiça, Maria Regina Fay de Azambuja (2012). Muitas outras questões vêm sendo incorporadas ao debate que continua tendo como desafio a articulação entre o sistema de justiça penal e a necessária garantia da proteção dos direitos de crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas.

Ainda que sejam imputadas decisões judiciais aos profissionais, o debate está longe de ser finalizado. Importa destacar, nesse contexto, a Moção de Repúdio aprovada na 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada entre 11 e 14 de Julho de 2012, em Brasília. Nessa moção, repudia-se o financiamento de “salas especiais” pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e destaca-se a importância de que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), instância máxima de deliberação das políticas da infância e adolescência no país, estabeleça um amplo debate e se posicione frente ao tema.

No campo da Psicologia, especificamente, destaca-se que não é papel do profissional realizar inquirição, monitorado pelo juiz que lhe determina as perguntas a serem feitas à criança e ao adolescente. A inquirição é um procedimento jurídico, constitui-se em um interrogatório, cujo objetivo é levantar dados para instrução de um processo judicial, visando à produção de prova, sendo as perguntas feitas à criança e ao adolescente orientadas pelas necessidades do processo. A escuta psicológica caracteriza-se por ser uma relação de cuidado, acolhedora e não invasiva, para a qual se requer a disposição de escutar, respeitado-se o tempo de elaboração da situação traumática, as peculiaridades do momento do desenvolvimento e, sobretudo visando a não revitimização. A escuta leva em conta a dimensão subjetiva, que também deve ser considerada na perspectiva dos direitos humanos. Ao entender que a inquirição não é atribuição do profissional de Psicologia e regulamentar o exercício do profissional, o Conselho Federal de Psicologia passa a ser questionado pelo Poder Judiciário. Desde a publicação da Resolução 10/2010, inúmeras ações judiciais, em diferentes Estados foram desencadeadas visando à sua suspensão.

No dia 9 de julho de 2012, o Juiz da 28ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, decidiu pela suspensão da Resolução CFP nº 10/2010 em todo Território Nacional. Todavia, o Conselho Federal de Psicologia foi intimado no dia 16 de Julho de 2012 para cumprir a decisão proferida. Diante dessa decisão, o Conselho Federal de Psicologia esclarece que tomará as providências cabíveis no âmbito da justiça.

Sustentado em razões éticas e técnicas, o CFP informa ainda que, à despeito dos profissionais estarem judicialmente autorizados a realizar a inquirição, mantém as orientações às psicólogas e psicólogos brasileiros que atuam no âmbito da justiça, destacando a necessária atenção ao Código de Ética Profissional do Psicólogo e à defesa intransigente da autonomia do profissional, entendendo que o diálogo entre os saberes não se sustenta numa lógica vertical e hierárquica.

Ao reafirmarmos nossos princípios e convicções, reiteramos a necessidade de que o tema seja amplamente debatido de forma articulada no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos, envolvendo todos os seus atores como corresponsáveis pela defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente.

ANEXO C

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010.

[Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre a alienação parental e altera o
art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a alienação parental.

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Art. 3º A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas.

Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

§ 1º O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor.

§ 2º A perícia será realizada por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, exigido, em qualquer caso, aptidão comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de alienação parental.

§ 3º O perito ou equipe multidisciplinar designada para verificar a ocorrência de alienação parental terá prazo de 90 (noventa) dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial baseada em justificativa circunstanciada.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII - declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único. Caracterizado mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução à convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Art. 7º A atribuição ou alteração da guarda dar-se-á por preferência ao genitor que viabiliza a efetiva convivência da criança ou adolescente com o outro genitor nas hipóteses em que seja inviável a guarda compartilhada.

Art. 8º A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

Art. 9º [\(VETADO\)](#)

Art. 10. [\(VETADO\)](#)

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ	INÁCIO	LULA	DASILVA
<i>Luiz</i>	<i>Teles</i>	<i>Ferreira</i>	<i>Barreto</i>
<i>Paulo</i>	<i>de</i>	<i>Tarso</i>	<i>Vannuchi</i>
<i>José Gomes Temporão</i>			

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.8.2010 e [retificado no DOU de 31.8.2010](#)